

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Henrique José Domiciano Amorim

A Valorização do Capital e o Desenvolvimento das Forças Produtivas:
uma discussão crítica sobre o trabalho imaterial

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas,
sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Este exemplar corresponde à versão final
da Tese defendida em 31/05/2006,
perante à Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes. - Orientador (IFCH/UNICAMP)

Prof. Dr. Josué Pereira da Silva. (IFCH/UNICAMP)

Prof. Dr. Jesus Ranieri. (IFCH/UNICAMP)

Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto. (FFLCH/USP)

Prof. Dr. José dos Santos Souza. (UFRRJ)

Suplentes:

Prof. Dr. Alvaro Bianchi. (IFCH/UNICAMP)

Prof. Dr. Edilson Graciolli. (UFU)

Prof. Dr. Igor José de Reno Machado. (UFSCAR)

Campinas
2006

AGRADECIMENTOS

Para essa pesquisa de doutorado foi de fundamental importância o incentivo financeiro do CNPq. Agradeço e reconheço a absoluta necessidade dessa instituição de fomento à pesquisa. Gostaria de agradecer à banca examinadora composta pelo Prof. Dr. Josué Pereira da Silva, Prof. Dr. Jesus Ranieri, Prof. Dr. José dos Santos Souza, Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto e pelo Prof. Dr. Ricardo Antunes ao qual deixo aqui registrada minha gratidão e respeito pela orientação.

 α

Agradeço aos membros de meu grupo de estudos sobre classes sociais. São grandes amigos e pesquisadores criteriosos com os quais desfruto momentos de muita descontração e, sobretudo, de intensa discussão teórica. A Jair Batista da Silva, Danilo Martuscelli, Paula Marcelino, Elaine Amorim, Andriei Gutierrez, Santiane Arias e Carol Alves sou grato por todas as discussões e comentários desta tese.

Gostaria ainda de fazer um agradecimento especial ao Prof. Josué Pereira da Silva por seu incentivo, atenção e discussão sempre constantes e por ter me apresentado pessoalmente a André Gorz — sua amizade me é valiosa —, ao Prof. Armando Boito Jr. pela sua amizade e pelo debate crítico e sempre aberto, ao Prof. Sergio Lessa pela troca de informações a Tâmara Abreu pelo carinho com que realizou a correção desse texto, sou-lhe muito agradecido, e a Sara Tobias pela digitação muito atenciosa dos meus fichamentos.

A minha família um forte sentimento e uma grata estima. Aos amigos sempre presentes deixo aqui registrada meu respeito e apreço. Aos meus primos-irmãos Daniel e Frederico Normanha, ao meu caríssimo amigo Rodrigo Spessotto um forte abraço e a Eleonora Frenkel pela sua inestimável presença no mundo. A André Pereira (Zé), a Sérgio Dela-Sávia, a Aldo

III

Zaiden, a Vinícius Carvalho e a minha querida amiga Rose Reis um carinho especial pela sua amizade.

“Nada acontece, ninguém vem, ninguém vai, é terrível.”

Esperando Godot de Samuel Beckett

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO OU CIVILIZAR COMPLETAMENTE O CAPITAL É IMPOSSÍVEL</u>	11
A EXPANSÃO DO CAPITAL NO CONTEXTO DA ÚLTIMA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	12
<u>CAPÍTULO I – AS FONTES TEÓRICAS DO TRABALHO IMATERIAL: UMA ANÁLISE DOS GRUNDRISSE</u>	25
I.1. A DESCOBERTA DO NOVO-VELHO MUNDO	28
I.2. O DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO E A CONVERSÃO DO TRABALHADOR EM APÊNDICE DA MÁQUINA: A PRODUÇÃO TÍPICAMENTE CAPITALISTA	36
I.3. TEMPO DE TRABALHO, VALORIZAÇÃO DO CAPITAL E TEMPO LIVRE	47
I.3.1. PRODUÇÃO INDUSTRIAL E SERVIÇOS, TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO	64
I.4. CAPITAL FIXO E FORÇAS PRODUTIVAS: A MÁQUINA COMO REPRESENTAÇÃO DA DOMINAÇÃO DE CLASSE	72
<u>CAPÍTULO II – A ANTE-SALA DA TEORIA DO TRABALHO IMATERIAL: A NÃO-CENTRALIDADE DO TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS</u>	93
II.1. UM BREVE RETORNO À FORMAÇÃO DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO	98
II.2. A RECUSA DO TRABALHO: DO <i>OPERÁRIO MASSA</i> AO <i>OPERÁRIO SOCIAL</i>	106
II.3. A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE E A AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	114
II.3.1. O OPERARISMO ITALIANO E O CARÁTER SOCIAL DA PRODUÇÃO CAPITALISTA	117
II.4. REFORMISMO, POLÍTICA E TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO	129
II.5. A INDIVIDUALIZAÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO OU AQUEM DA ANÁLISE DAS CLASSES SOCIAIS	135
II.6. TEMPO DE TRABALHO E TEMPO LIBERADO: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E REVOLUÇÃO NO CONTEXTO DA AUTOMAÇÃO	146
<u>CAPÍTULO 3 – O TRABALHO IMATERIAL E A EXTENSÃO DA DOMINAÇÃO DO CAPITAL HOJE</u>	155
III.1 O PROBLEMA QUE SE RETOMA: DOS TRABALHADORES TECNO-CIENTÍFICOS AOS PRODUTORES-CONSUMIDORES	158
III.2. CAPITALISTA X EMPRESÁRIO POLÍTICO OU O FIM DO ANTAGONISMO CLASSISTA?	167
III.3. A EXTENSÃO DA DOMINAÇÃO DO CAPITAL E AS TEORIAS DO IMATERIAL	177
III.4. ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE MARXISTA SOBRE AS MUTAÇÕES NO TRABALHO	190
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	197
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	201

Introdução ou civilizar completamente o capital é impossível

Nas formações sociais capitalistas nas quais se desenvolvem o modo de produção fundado na relação social capital há pelo menos uma e importante equivalência: a expansão do capital coloca-se como imperativo central de todas estas formações sociais. O modo de produção de tipo capitalista, então, se eleva na contradição já posta entre aqueles que detêm e aqueles que não detêm a propriedade privada dos meios de produção. Nessa lógica produtiva, constituída em coletivo organizado, as classes sociais reproduzem contraditoriamente esta expansão necessária ao capital. Contudo, por que é necessário ao capital expandir? Por que é intrínseca às sociedades capitalistas a necessidade de ampliar crescentemente seus excedentes de produção?

O capital desenvolve sua dominação social em relação ao trabalho com base na lei geral do valor, em sua autovalorização. Esta lei geral — percebida pela Economia Política Clássica¹ — será em Marx pensada com base na mais-valia, na teoria da exploração do trabalho excedente e também como uma teoria político-revolucionária. Aqui é importante esclarecer que, do nosso ponto de vista, a teoria política de Marx (revolução, transição e socialismo) não pode ser pensada em separado de sua análise econômico-política da sociedade capitalista. Na verdade, elas são uma única e mesma teoria.

Com base nesse raciocínio, acreditamos que foi possível para Marx distinguir sua análise social tanto de representações universalizantes (de universais abstratos), quanto de

¹ Duas proposições são fundamentais à Economia Política Clássica; são elas: a de que a sociedade capitalista se baseia em uma relação de troca e de que os valores de troca estão relacionados, de alguma forma, a quantidades de trabalho. Iremos discutir mais detalhadamente essa questão no capítulo 1.

uma interpretação de cunho empiricista; pelo contrário, o conjunto de suas formulações “(...) *é ao mesmo tempo ciência e práxis.*”²

A análise histórico-social iniciada por Marx não se fundamenta, assim, apenas em uma leitura econômica da produção capitalista. Ela é um instrumento de desmistificação das formas de consciência que são constituídas com base no interesse do capital. Ela permite compreender, dessa forma, os campos de força políticos de diferentes conjunturas, momentos históricos para além do “terreno do econômico”. Isto significa que não é possível, ou pelo menos nos parece limitado, dividir a análise marxista em dois campos. Aquele das obras ou temas científicos e aquele de obras ou temas histórico-políticos como se fossem expressão de uma real divisão no seio da sociedade.

Nessa perspectiva, a afirmação de que “*O Capital é uma obra científica, mas também, ao mesmo tempo e na mesma relação, isto é, de maneira inseparável, é uma obra revolucionária, ou seja, uma teoria revolucionária.*”³ nos parece apropriada. Com base nessa hipótese, diferentes momentos históricos que particularizam a produção em geral podem ser apreciados dentro de uma estrutura específica como a capitalista. Seguramente este é um dos legados mais importantes que a teoria de Marx nos deixou.

A expansão do capital no contexto da última reestruturação produtiva

As formas de exploração do trabalho caracterizadas nas últimas três décadas, por um lado, com o operário polivalente, a subcontratação, os cortes salariais, as práticas toyotistas e, por outro, com a flexibilização de direitos trabalhistas e o enfraquecimento dos

² BIRNBAUM, P.. *La Fin du Politique*. Paris: Éditions du Seuil, 1975, p. 58. Ver também: POSTONE, M.. *Time, Labor, and Social Domination: A reinterpretation of Marx's critical theory*. Nova York: Cambridge University Press, 1993.

³ BENOIT, H.. “Sobre a Crítica (Dialética) de O Capital”. In: *Crítica Marxista*: Brasiliense, nº 3, 1996, p. 14 – grifos do autor.

partidos e sindicatos ligados às classes trabalhadoras em diferentes países, foram gestadas pelo capital para salvaguardar e ampliar seus domínios políticos e sua valorização.

Os elementos centrais da reestruturação iniciada nos anos 1970 tiveram e ainda têm o objetivo duplo de, no momento em que aprofundam as bases de sua dominação e de valorização na produção de mercadorias, afetam a organização política da classe trabalhadora. Para tal, a substituição de trabalhadores por máquinas e robôs, além da implementação de formas mais eficazes no processo de controle e gestão do coletivo de trabalhadores foram largamente utilizadas em vários setores da produção. Dessa forma, o número relativo de trabalhadores foi reduzido, o que fez acumular as funções dos trabalhadores que permaneceram empregados.

Essa reestruturação produtiva foi objeto de muitas e variadas interpretações. Fundamentalmente, o acentuado processo de transformação da produção é considerado como um novo momento de reorganização da produção capitalista que alterou a dinâmica das relações sociais dentro e fora das empresas. Atualizar-se-iam as bases de dominação ao alargarem-se as formas de exploração do trabalho, o que, finalmente, corroboraria a validade e a abrangência do trabalho como relação social. Não obstante, a centralidade do trabalho em sua positividade ou negatividade foi questionada nos anos 1990.

Tal reorganização da produção foi caracterizada, por exemplo, como uma transformação dos processos de trabalho, da estrutura de hierarquias dentro das fábricas, da qualificação de novas funções produtivas, de novas responsabilidades e de autocontrole produtivo no setor industrial e de serviços.

“(…) o setor administrativo foi um dos mais atingidos na última reestruturação produtiva. Em geral, as atividades são ‘simplificadas’ e

aqueles trabalhadores do chão da fábrica assumem antigas funções da gerência. A hierarquização diminui na proporção direta do acúmulo de funções aos trabalhadores ainda presentes na indústria (...) Contudo, a tendência de expansão dos preceitos científicos da gerência para fora dos laços da indústria e as formas de radicalização e aplicação desses preceitos são cada vez mais determinantes para o processo de valorização do capital. Os investimentos no setor de serviços, por exemplo, configuram um novo momento da luta de classes que vem, por fim, confirmar a idéia de que as dimensões de exploração da força de trabalho são muito versáteis e merecem atenção e crítica privilegiada.”⁴

Nesse sentido, o quadro de competências foi alargado e imposto aos trabalhadores. A polivalência e a formação profissional apresentaram-se, com isso, como atributos básicos para o preenchimento de antigas ocupações que são reorganizadas e também para as novas ocupações profissionais.⁵

“Em outros termos, podemos também sublinhar que a reestruturação produtiva foi, por exemplo — em um momento de crise do capital — um meio de desorganizar as formas de resistência da classe trabalhadora para, então, restaurar as formas de dominação dos grupos dirigentes impondo novos processos de trabalho, de gestão do capital, de redefinição dos parâmetros de qualificação do trabalhador, de reordenamento das políticas públicas, como também de redefinição das leis trabalhistas e das prioridades sociais ditadas pelo Estado.”⁶

⁴ AMORIM, H. *Teoria Social e Reduccionismo Analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho*. Campinas/SP: Unicamp, 2001. Dissertação de Mestrado, p. 47.

⁵ Sobre essa discussão ver: INVERNIZZI, N. “Qualificação e Novas Formas de Controle da Força de Trabalho no Processo de Reestruturação da Indústria Brasileira: tendências dos últimos vinte anos”. In: *Trabalho e Crítica*, (GT Trabalho e Educação da ANPED), nº 2, 2000, pp. 45-61.

⁶ AMORIM, H. *Teoria Social e Reduccionismo Analítico, op. cit.*, p. 57.

Contudo, o sentido e as causas dessas transformações não foram questionados, bem como o processo de “requalificação” profissional da classe trabalhadora. Não se interroga, por exemplo, quais seriam os nexos causais da necessidade de constituição de um novo tipo de trabalhador mais adequado aos interesses dos grupos dirigentes e também do aumento de trabalhadores desempregados como fruto do movimento, intrínseco ao processo de valorização do capital, de redução do tempo de trabalho necessário.

A exploração combinada da força de trabalho de tipo fordista com a do trabalhador “recomposto”, muito mais funcional e submetido ao novo padrão de acumulação garante um crescente aumento das taxas de mais-valia relativa. A pressão causada pelo aumento do desemprego influencia perversamente o trabalhador. Ele se vê forçado e convencido a assimilar novas “qualificações”, a acumular novas funções como as de autocontrole, definição de metas e de objetivos produtivos que estão diretamente relacionadas, por fim, a uma ideologia meritocrática que conclama sua dedicação, iniciativa e comprometimento profissionais. Consagra-se a perspectiva de um trabalhador participativo submetida à idéia de parceiro na qual estaria pressuposta a comunidade de objetivos e interesses, quando, na prática, apenas faz intensificar o ritmo de trabalho e a subordinação do trabalhador coletivo ao capital.

O fracionamento das categorias profissionais amplia, dessa forma, os limites de exploração da força de trabalho se comparada ao período taylor-fordista, permitindo que o capital ative vários dispositivos produtivos ou estatais para o aumento de sua lucratividade. Inesperadamente, é nesse contexto da reestruturação produtiva, da recomposição do domínio do capital, que as teses sobre o trabalho imaterial começam a ser formuladas. Em linhas gerais, o argumento central vincula-se à idéia segundo a qual as novas formas de

exploração do trabalho demandaram um novo tipo de trabalhador, cujos conteúdos comunicacionais, informativos, cognitivos, em geral, suas qualificações profissionais deslocariam sua subordinação, em relação ao capital, a um novo estágio político e social. Assim, o capital ao “acionar” um tipo de trabalhador adaptado e essencial às suas demandas produtivas, teria acabado por criar seu próprio algoz: um tipo de trabalho imaterial — nosso objeto de pesquisa.

No entanto, a emergência desse tipo de trabalho possibilitou às empresas capitalistas relegar e transferir o enfrentamento político entre as classes, dos sindicatos e partidos para dentro de suas portas⁷. Configura-se, dessa forma, um quadro político no qual ao mesmo tempo em que o capital racionaliza seus objetivos, ao circunscrever a luta de classes em seus domínios, faz desse projeto uma reivindicação de cunho aparentemente trabalhista, projetando-o para o conjunto da sociedade.⁸

A ampliação dos domínios do capital na produção passa, assim, pela incorporação da idéia do capital como *parceiro*, o que exigiria a renúncia às pretensões socialistas de controle dos meios de produção por parte da classe trabalhadora e das organizações políticas a ela ligadas.⁹ Esse conjunto de argumentos permite indicar, ao mesmo tempo, que a luta contínua do capital no processo de requalificação/desqualificação da força de

⁷ É importante frisar que, historicamente, os interesses capitalistas procuram naturalizar as formas do embate entre as classes sociais. A luta política é individualizada e passa a ser tratada no universo da empresa, obviamente controlada por ela, rechaçando, dessa forma, os sindicatos e os partidos vinculados à classe trabalhadora.

⁸ Um exemplo desse apelo aparentemente contraditório do capital seria o processo de flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil. Por um lado, os capitalistas demandavam, no fim da década de 1980 e durante os anos 1990, a quebra de certos direitos para que houvesse uma elevação no número de postos de trabalho, com a justificativa de que os impostos e direitos trabalhistas eram elevados, por outro, parte da classe trabalhadora empregada e desempregada via nesse apelo uma possibilidade de novos empregos e, nesse sentido, admitia tal demanda, juntamente com a concordância de alguns sindicatos e centrais como no caso da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e também da Força Sindical.

⁹ BIHR, A.. *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

trabalho e a necessária ampliação do controle sobre a produção ainda se mostram fundamentais à organização da produção capitalista e ao processo de valorização do capital.

Entendemos que na atualidade a diminuição do efetivo de trabalhadores no setor industrial e o alargamento de outras áreas, ligadas sobretudo ao setor de serviços, não criam uma ruptura prática ou conceitual com as relações de exploração da força de trabalho baseada na produção de mais-valia. Na prática, este redirecionamento da exploração somente demonstra a capacidade historicamente inigualável de recomposição do capital sobre seus domínios e, por consequência, explicita a inconsistência de teses revolucionárias que enfatizam as crises econômicas capitalistas, pensadas com base em um desenvolvimento econômico e independente dos interesses políticos em presença, como elemento decisivo para a constituição de intervenções políticas organizadas pelo conjunto dos trabalhadores.

No entanto, deve-se sublinhar que existe uma tendência de substituição de trabalho vivo por trabalho passado e de incorporação da ciência e da tecnologia nesse processo. Vemos, assim, a importância da passagem na qual Marx indica que “(...) *Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza*”.¹⁰ Uma das questões, portanto, que orientam a nossa análise repousa na implicação de que historicamente o capital tende a limitar e reduzir sua dependência em relação ao trabalho vivo, porém não pode fazê-lo por completo, pois depende de sua exploração para gerar mais-valia.

¹⁰ MARX, K.. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, vol. II, p. 15.

A exploração do trabalho hoje faculta ao capital a possibilidade de restringir os saberes empíricos constituídos pelos coletivos de trabalhadores ao circunscrevê-los à racionalidade da produção de mercadorias, de submeter a capacidade intelectual das classes trabalhadoras à lógica do mercado e à lógica produtivista da expansão dos valores de troca. Trata-se, dessa forma, de um processo de expansão do capital e de seus domínios em relação ao período fordista, no qual a organização sindical e partidária das classes trabalhadoras prescrevia certos limites aos interesses capitalistas, mesmo que não rompesse com a estrutura de produção de mais-valia, de lucro e de expansão do capital.

Tendo como base essa caracterização generalizada sobre o movimento do capital faz-se necessário algumas ponderações. A constituição e a aplicação desse movimento de avanço da dominação capitalista causado pela reestruturação da produção, dita Terceira Revolução Industrial, devem ser relacionadas a formações sociais específicas e distintas. Nesse sentido, podemos projetar um movimento geral do capital no mundo, uma abstração geral que implica uma forma concreta de existência. No entanto, devemos tornar claro que tal movimento se submete, ou melhor, adéqua-se não apenas a historicidades particulares: formas de resistência da classe trabalhadora, governos, conjunturas sócio-econômicas, organizações partidárias, sindicais; e também, ao nível de desenvolvimento das forças produtivas de uma dada formação histórica.

Para sermos mais explícitos, somente seria possível generalizar as formas de organização da produção presentes em alguns países da Europa, dos Estados Unidos e do Japão para todos os países do mundo se tomássemos a historicidade específica de cada formação social como resultado de um processo geral. O caso brasileiro ou chinês é um exemplo dessas diferenças. Entretanto, ainda que utilizássemos, por um recurso didático,

um desenvolvimento tendencial de expansão do capital de forma irrestrita, ele só se tornaria coerente quando da sua particularização. Pressupomos, assim, a existência de um movimento singular do capital em seu processo de autovalorização, que pode ser apreendido em geral, mas que, não se aplica senão em estruturas sociais particulares.

Assim, temos como hipótese de nossa análise a existência de situações conjunturais distintas, de formações sociais específicas, as quais o capital em seu movimento intrínseco de expansão tenta romper, utilizando, para tal, armas e estratégias diferentes. Em determinadas situações a “persuasão” do mercado basta, em outros é necessária a força física.¹¹

Tais estruturas formam-se, nessa perspectiva, com base em diferenças sociais de classe; com base em uma luta, originária de uma diferença central entre aqueles que detêm os meios de produção e os que não detêm os meios de produção. Uma diferença que é fruto de acomodações históricas oriundas de lutas entre classes que formavam o antigo modo de produção feudal.

A relevância das classes sociais para a análise do trabalho imaterial, parece-nos central. Na prática, uma de nossas pressuposições de fundo é a de que a quase totalidade dos autores que fundamentam suas teorias em uma economia política imaterial como força

¹¹ É importante lembrar que a expansão do capital ao longo da história do capitalismo e das formações sociais particulares dá-se de diversas maneiras. No século XIX, essa expansão pode ser caracterizada pelo chamado colonialismo ligado ao movimento de mono e oligopolização dos capitais produtivos. Isto fundamentava, por exemplo, as possibilidades de criação de novos mercados consumidores com base em um processo de “civilização” territorial. Hoje, essa expansão tem outros entornos. Pode-se vislumbrar dois movimentos de expansão do capital que se complementam. Ao mesmo tempo em que algumas empresas capitalistas deixam a Europa, os Estados Unidos e o Japão para explorarem a força de trabalho barata de países com legislações trabalhistas flexibilizadas pela ofensiva das reformas neoliberais ou ainda incipientes fruto do parco avanço das lutas por conquistas democráticas nestes países, há também uma concentração de capitais que desenvolve as formas do capital fictício desses centros econômicos. Temos, assim, um movimento de expansão da mais-valia com sua concentração em determinadas regiões do mundo. Ver sobre essa discussão: CHESNAIS, F.. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

produtiva central hoje propõe seja uma revisão completa da estratificação social relegando a existência ou a pertinência da classe social ao segundo plano, seja descartando completamente a existência desta.

Esta caracterização é fruto de uma interpretação vinculada a uma leitura específica das transformações na produção no capitalismo. A teoria marxista influenciada pela Segunda Internacional indicava ser o desenvolvimento econômico em geral e das forças produtivas em particular o eixo central para a fundamentação de toda uma sociabilidade. Com base nesse desenvolvimento justificava-se e reconhecia-se a existência de classes sociais potencialmente revolucionárias, de políticas reformistas, de diretrizes para a ação partidária e sindical, como também de política estatais. Como pilar de estruturação de uma teoria revolucionária esse desenvolvimento inexorável das forças produtivas justificava também as formas do antagonismo de classe, dos conflitos sociais, das políticas anticapitalistas e, portanto, da própria transição ao socialismo.

Com a reestruturação da produção nos anos 1970 esse manto teórico pareceu cair. O industrialismo, foco de análise e nexos causal de todo o desenvolvimento das forças produtivas, foi colocado em xeque. Questionado, o industrialismo passa a sofrer críticas que extravasam não somente sua existência social, mas também, as interpretações teóricas que o sustentavam. No centro dessas críticas estava a teoria marxista hegemônica, isto é, aquela que ao fundamentar uma análise social baseada no primado das forças produtivas realizava uma leitura fundamentalmente econômica das relações sociais no capitalismo.

O problema nos parece sintomático. No processo de constituição de novas ideologias foi necessário descartar completamente as teses que sustentavam as antigas formas de resistência teórica, política e social. Nesse contexto, o triunfo da sociedade

capitalista foi explicitado. Tratou-se, então, de compreender quais seriam as melhores formas de administrar a inexorável dinâmica capitalista, já que a teoria central que edificava o socialismo estava morta.

Na prática, uma das formas de descartar as teorias revolucionárias e, em especial, a teoria marxista, foi relacioná-la ao industrialismo. Se — como a própria reestruturação produtiva havia caracterizado — o industrialismo tinha sido superado por novas e mais eficazes formas de produção, que faziam desenvolver a subjetividade do trabalhador e ainda mantinham a dominação social do capital, a teoria que dava sustento ao “velho” embate entre classes sociais deveria ser considerada no mínimo uma teoria anacrônica ou ultrapassada.

A partir desse universo de rechaço ao marxismo, as teorias sobre a não-centralidade do trabalho e depois sobre a imaterialidade do trabalho foram desenvolvidas. Em um primeiro momento, a negação do marxismo e do trabalho industrial, pensado em sentido generalizado, foi o objetivo central das teses sobre a não-centralidade do trabalho.

A racionalização da produção advinda do desenvolvimento econômico, leia-se, das forças produtivas, teria transformado o trabalho em uma atividade fadada à alienação. A redução do trabalho industrializado nos principais países da Europa Ocidental foi, nestes termos, apontada como um futuro próximo para todas as sociedades capitalistas.¹² Com isso, o processo de racionalização capitalista não daria margem a qualquer possibilidade de desestruturação deste modo de produção; a classe trabalhadora teria como única alternativa a possibilidade de “*administrar*” este processo “*inevitável*” de substituição de homens por máquinas, que teria como consequência principal o fim do trabalho. Por sua vez, o trabalho

¹² GORZ, A.. *Adeus ao Proletariado - Para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1987, p. 11.

deixou de ser considerado como expressão de qualquer forma de poder, não guardando nenhum critério de sociabilidade; a classe trabalhadora, assim, não teria mais possibilidades materiais e tampouco vocação para revolucionar o poder institucionalizado.¹³

André Gorz talvez seja o autor que melhor sintetiza essa perspectiva. Em suas palavras:

“A extensão do campo da racionalidade econômica, tornada possível pelas economias de tempo de trabalho, conduziu às economias de tempo até dentro das atividades que, até lá, não eram contadas como trabalho. Os ‘progressos tecnológicos’ colocam inevitavelmente a questão do conteúdo e do sentido do tempo disponível, melhor ainda: da natureza de uma civilização e de uma sociedade onde o sentido do tempo disponível leva vantagem sobre o sentido do tempo de trabalho e onde, por conseqüência, a racionalidade econômica cessa de reger o tempo de todos.”¹⁴

Ou ainda,

“(...) Essa estratificação da sociedade é diferente da estratificação em classes. Diferente dessa última, ela não reflete as leis imanentes ao funcionamento de um sistema econômico dentro no qual as exigências impessoais se impõem aos gerentes do capital, aos administradores de empresas da mesma forma que aos trabalhadores assalariados, pelo menos em relação aos prestadores de serviços pessoais, trata-se agora de uma submissão e de uma dependência pessoal em relação a aqueles e aquelas que se fazem servir. Uma classe servil, a qual as

¹³ GORZ, A., *Adeus ao Proletariado*, op. cit., p. 86.

¹⁴ GORZ, A., *Métamorphoses du Travail. Quête du Sens: critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988, p. 17-18. Todas as traduções dos textos originais são de nossa responsabilidade.

industrializações, depois a segunda guerra mundial haviam abolido, renasce.”¹⁵

Nas entrelinhas, a perspectiva do autor nos sugere que a teoria das classes sociais não é mais válida para as sociedades que foram reconstruídas com base nas novas formas de produção da última reestruturação produtiva. No entanto, um novo segmento nasce nos escombros do modelo industrialista de produção: os trabalhadores do imaterial. A desvinculação com as formas tradicionais de produção cria nesse novo segmento, na interpretação do autor, uma negação em relação à produção tipicamente capitalista, uma vez que o seu trabalho extravasaria a lógica da exploração do tempo de trabalho criadora de mais-valia.

Os conteúdos do novo tipo de trabalho são interpretados como qualificações anticapitalistas. A pergunta central para o autor seria: como mensurar conteúdos cognitivos? A resposta é simples, diz ele: é impossível! Assim, Gorz pode concluir um tipo de trabalho que na sua essência é portador de uma outra forma de produção, entendida como comunista.

Estabelece-se teoricamente o trabalho imaterial. Um trabalho que é divulgado como social, mas que depende da qualificação individual; que se fundamenta na capacidade de reconhecimento da informação; que não pode ser restringido pelo capital, mas acaba por, novamente, circunscrever-se à lógica de valorização do capital.

Aqui pretendemos realizar uma crítica às teorias do trabalho imaterial ligadas a uma leitura específica dos *Grundrisse* de Marx. Para tal, iremos, no primeiro capítulo, propor uma análise dos *Grundrisse*, texto este que informa as teses sobre a não-centralidade e

¹⁵ GORZ, A., *Métamorphoses du Travail*, op. cit., p. 20.

também as do trabalho imaterial. No segundo capítulo, realizaremos a exposição crítica das teses e das origens das teses que informam a discussão sobre a não-centralidade do trabalho. Já, no terceiro e último capítulo, descreveremos as possíveis ligações entre as discussões sobre o trabalho imaterial e as teses sobre a não-centralidade, caracterizando muito mais uma continuidade de problemática acompanhada de possíveis rupturas teóricas. A discussão do segundo e do terceiro capítulos estará centrada nas análises de André Gorz Antonio Negri e Maurizio Lazzarato, três importantes autores representam sinteticamente as teses que pretendemos criticar.

Partimos, assim, da hipótese segundo a qual as teorias sobre o trabalho imaterial como força produtiva central são fruto de uma ruptura com uma interpretação particular sobre as transformações das forças de produção; uma leitura que está centrada no primado das forças produtivas. Dessa forma, expor a continuidade das teses presentes nesses autores antes e depois da última reestruturação produtiva, além de referenciá-la dos *Grundrisse* de Marx implica esboçar uma leitura, mesmo que breve, sobre as classes sociais, a transição e a formação da classe revolucionária, implica ainda, e antes de tudo, uma interpretação sobre o tempo de trabalho e as formas de apropriação conceituais da teoria do valor em Marx: é o que realizaremos no capítulo primeiro.

Capítulo I – As fontes teóricas do trabalho imaterial: uma análise dos *Grundrisse*

As transformações na base produtiva ocorridas nas três últimas décadas, associadas à desestruturação da antiga União Soviética¹⁶, acabaram por redefinir as prioridades dos países de economia capitalista avançada do Ocidente. Constituíram-se, por consequência, significativas transformações produtivas e organizacionais ávidas de formulações teóricas e ideológicas que as reproduzissem.

As concepções teóricas conservadoras, apoiadas na idéia de que o capitalismo havia vencido o socialismo no que se refere à organização da burocracia, à produtividade e à distribuição de bens na sociedade, puderam desenvolver-se amplamente, influenciando o campo marxista e afastando dele muitos autores. A pauta estava colocada da seguinte forma: “A grande questão agora parece ser quão rapidamente será a transformação do socialismo em capitalismo, e não o contrário.”¹⁷

De diversas formas, o campo marxista foi influenciado por essas transformações. Algumas teses, outrora alheias ao marxismo, foram incorporadas e outras tantas redefinidas, gerando embates entre problemáticas teóricas distintas. Surgiram, com isso,

¹⁶ Mészáros realiza a distinção entre capital e capitalismo que ilumina as implicações sobre o modo de produção na antiga União Soviética. Diz ele: “*Eu salientei inúmeras vezes que Marx não intitulou sua principal obra O capitalismo, e sim O Capital e também anotei que o subtítulo do volume I foi mal traduzido, sob a supervisão de Engels, como ‘processo de produção capitalista’, quando, de fato, é ‘o processo de produção do capital’, o que tem um sentido radicalmente diverso. O que importa aqui, sem dúvida, é que o objetivo, o alvo da transformação socialista é superar o poder do capital. O capitalismo é um objetivo relativamente fácil nesse empreendimento, pois você pode, num certo sentido, abolir o capitalismo por meio do levante revolucionário e da intervenção no plano da política, pela expropriação do capitalista. Ao fazê-lo, você colocou um fim no capitalismo, mas nem sequer tocou no poder do capital.*”. MÉSZÁROS, I.. “Entrevista com István Mészáros”. In: *Crítica Marxista*, nº 2, vol. 1, 1995, p. 130. Ver também: BETTELHEIM, C.. *A Luta de Classes na União Soviética (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; MIGLIOLI, J.. “Marx e o Colapso da União Soviética”. In: *Crítica Marxista*, nº 01, vol. 1, 1994, p. 61-63; NAVES, M.. “Marxismo e Capitalismo de Estado”. In: *Crítica Marxista*, nº 01, vol. 1, 1994, pp. 71-74.

¹⁷ CHILCOTE. ED. D. & CHILCOTE. R. H.. “A Crise do Marxismo: Uma apreciação de Novos Rumos”. In: *Revista de Ciências Sociais*, nº 22, 1991, p. 06.

teorias sobre os processos de trabalho e, sobretudo, sobre a categoria trabalho interferiram particularmente nas compreensões sobre o papel das classes sociais na atualidade e na transição ao socialismo.

O conjunto dessas teorias difundiu-se dentro de um eixo teórico orientado pelas novas formas de exploração do trabalho na indústria e pela sua expansão no setor de serviços. No entanto, nessas novas análises existia e continua a existir uma contradição fundamental: ao mesmo tempo que se impõe a necessidade de negar a teoria marxista, entendida como teoria restrita ao industrialismo, recorre-se aos *Grundrisse* com o objetivo de orientar suas teses centrais. Aparentemente, fundar-se-ia uma perspectiva esquizofrênica sobre Marx, já que comitadamente à necessidade de negá-lo, são erigidas novas teorias, sistemas analíticos e mesmo novos “estilos de vida”¹⁸ com base em suas formulações teóricas.

A retomada dos *Grundrisse* não tem nada de esquizofrênico. Ela é eficaz e versátil à construção de um objeto teórico que é hoje utilizado indiscriminadamente. Falamos aqui das teses sobre o trabalho imaterial considerado como força produtiva central. Conceito figurativo, metafórico que Marx usou em determinados momentos de sua análise do capitalismo para ilustrar relações mercadológicas de transição que não compreenderiam particularmente o “espírito do capitalismo”, mas que, nem por isso, não poderiam ser controladas pelas relações sociais fundamentais que as orientam na direção da extração de mais-valia.

¹⁸ NEGRI, T.. « De l’Avenir de la Democratie » (Débat avec Olivier Mongin). In : *Aternatives Internationales*. Paris, n° 18, 2004, pp. 44-47. Confrontar com a leitura de LESSA, S.. *Para Além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã (Coleção Labirintos do Trabalho), 2005.

Acreditamos que a retomada interpretativa dos *Grundrisse* pode ser explicada com base em um percurso teórico que antecede o neoliberalismo alavancado por Margaret Thatcher na Inglaterra, a partir de 1979, e por Ronald Reagan nos Estados Unidos, a partir de 1981, pela desestruturação política e econômica da União Soviética e pela ofensiva do capital marcada, sobretudo, pela imposição da reestruturação produtiva e da acomodação da vida estatal às novas formas de exploração da força de trabalho¹⁹.

Os *Grundrisse* merecem ser analisados e discutidos à luz dessas novas teorias sobre o trabalho imaterial, primeiro, porque é utilizado como base teórica dessas novas formulações e, segundo, porque alguns pontos, dessa base consultada, nos parecem — na atualização realizada por Gorz, Negri e Lazzarato — fadados a uma compreensão forçosamente ligada ao aspecto técnico das transformações impostas pelo desenvolvimento das forças produtivas. O que faz Gorz afirmar que “*O tempo de trabalho não poderá mais ser a medida do valor econômico. O salário não poderá mais estar em função da quantidade de trabalho, nem o direito a uma renda estar subordinado pela ocupação de um emprego.*”²⁰

Pretendemos realizar uma análise dos *Grundrisse*, tomando-o como ponto de partida teórico para discutirmos as teorias do trabalho imaterial. Nosso argumento fundamenta-se na idéia de que o trabalho e a sua liberação nos *Grundrisse* consiste na própria caracterização de uma transformação geral da sociedade, isto é, liberar o trabalhador coletivo das amarras do tempo de trabalho é fundar uma sociedade de tipo comunista. No

¹⁹ Reestruturar a economia mundial é, para nós, caracterizar a ofensiva do capital no âmbito da luta de classes e da expansão imperialista implementadas sistematicamente pelos Estados capitalistas centrais. Sobre o tema ver: ANDERSON, P.. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, E. (org.). *Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. HOBBSBAWM, E.. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. PETRAS, J.. *Ensaio Contra a Ordem*. São Paulo: Scrita, 1995.

²⁰ GORZ, A.. *Les Chemins du Paradis: L'Agonie du Capital*. Paris: Galilée, 1983, p. 69.

entanto, esta possibilidade só poderia ser caracterizada com base em uma transformação radical dos interesses das classes em presença, o que, portanto, caracterizaria a necessidade de reorganização da política, dos objetivos políticos gerais que orientam a construção da sociedade.

Nesse primeiro capítulo, discutiremos algumas teses centrais que relacionam os *Grundrisse* às novas teorias sobre o trabalho imaterial.

I.1. A descoberta do novo-velho mundo

Ao longo do século XX muitas interpretações sobre a teoria do valor foram desenvolvidas²¹. Cada uma ao seu modo, críticas e reinterpretações, rechaços e incorporações à teoria do valor, desenvolvida por Marx, foram realizadas. Também durante o século XX um eco matemático perpassou as interpretações sobre o valor-trabalho, que pode ser resumido na seguinte questão: seria possível quantificar/calcular exatamente esse valor que é embutido e agregado às mercadorias antes de ser nelas transformado? Essa questão pressupõe a existência, na problemática teórica de Marx sobre o valor-trabalho, uma tentativa de determinação do valor como algo essencialmente calculável, matematicamente mensurável, aritmeticamente previsível. No entanto, essa perspectiva não foi desenvolvida por Marx. O valor é concreto, pois é derivado de um “(...) *dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc.*”²²; mas só se torna mercadoria, intercambiável, na medida em que nega a utilidade do produto e a submete, como trabalho

²¹ Sobre o tema, ver: FRIEDMAN, M.. *Capitalismo e Liberdade*. S/L: Artenova, 1977; KALECKI, M.. *Teoria da Dinâmica Econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983; KEYNES, J. M.. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983; LA GRASSA, G.. *Valore e Formazione Sociale*. Roma: Riuniti, 1975; SCHUMPETER, J. A.. *Fundamentos do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; RUBIN, I.. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980; SWEEZY, P.. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973; entre outros.

²² MARX, K., *O Capital*, *op. cit.*, p. 51.

abstrato a uma relação entre quantidades de mercadorias produzidas num determinado espaço de tempo, em um momento histórico da luta de classes, no qual forças produtivas²³ representam um momento da produção capitalista que, destaca-se, está em processo contínuo de transformação²⁴.

²³ Como nos indica Bottomore, está presente em Marx a idéia: “(...) de que há uma contradição entre as forças e as relações de produção implícita na dinâmica do modo de produção capitalista. Em termos gerais, essa contradição explica a existência da história como sucessão de modos de produção, já que leva ao desmoronamento de um modo de produção e a sua substituição por outro. O par forças/relações de produção, em qualquer modo de produção, fundamenta os processos de toda a totalidade social, não somente os econômicos.”. BOTTOMORE, T. *Diccionario del Pensamiento Marxista*. Madrid: Tecnos, 1984, p. 336.

²⁴ São muitas as referências em Marx sobre a relação entre forças produtivas e relações de produção. Algumas do *Manifesto do Partido Comunista* (doravante, *Manifesto*) são incisivas e remetem a uma determinação unilateral do econômico se tratadas em destaque do conjunto do texto e do conjunto da obra de Marx. A necessidade de uma afirmação positiva das forças produtivas, como elemento central do desenvolvimento capitalista, mas também negativa no sentido em que impõe uma revolução das relações de produção obriga Marx a pressupor, por exemplo, um comportamento futuro do proletariado (seu crescimento), que se não é hoje negado, deve, pelo menos, passar por rigorosa verificação. Marx indica no *Manifesto* que: “As relações burguesas de produção e de troca, as relações burguesas de propriedade, a moderna sociedade burguesa, que fez surgir como por encanto possantes meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro (*Hexenmeister*) que já não pode controlar as potências infernais por ele postas em movimento. Há mais de uma década a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são a condição de existência da burguesia e de seu domínio” (...) “As forças produtivas disponíveis já não favorecem mais o desenvolvimento da civilização burguesa e das relações burguesas de propriedade; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e passam a ser por elas **travadas**; e assim que vencem esse **obstáculo, desarranjam** toda a sociedade, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se **estreitas demais** para conter a **riqueza** por elas mesmas criada. E de que modo a burguesia vence tais crises? De um lado, através da destruição forçada de uma massa de forças produtivas; de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa dos antigos. De que modo, portanto? Mediante a preparação de crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios de evitá-las.”. MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1996, pp. 71-72 – (grifos meus). Em *A Miséria da Filosofia*, este caráter devastador da relação forças produtivas versus relações de produção também se verifica, diz o autor: “A burguesia começa com um proletariado que, por seu turno, é um resto do proletariado dos tempos feudais. No curso do seu desenvolvimento histórico, a burguesia desenvolve necessariamente o seu caráter antagônico que, inicialmente, aparece mais ou menos disfarçado, existindo apenas em estado latente. À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se no seu interior um novo proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre a classe proletária e a classe burguesa, luta que, antes de ser confessada e proclamada abertamente, manifesta-se previamente apenas por conflitos parciais e momentâneos, por episódios subversivos. Por outro lado, se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse, enquanto formam uma classe frente a outra classe, eles têm interesses opostos, antagônicos, enquanto se defrontam entre si. **Esta oposição de interesses decorre das condições econômicas da sua vida burguesa**. Dia após dia, torna-se assim mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter **dúplice**; que nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações onde há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que estas relações só produzem a riqueza burguesa, ou seja: a riqueza da classe burguesa, destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes desta classe e produzindo um proletariado sempre crescente.” MARX, K. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p. 117 – grifos meus.

Nos últimos trinta anos, esse eco aritmético sobre o valor do trabalho tomou significativas proporções e, guardadas as devidas diferenças, possibilitou a crítica da lei geral de valorização do capital no sentido em que apontava a sua incompatibilidade com as novas formas de exploração do trabalho. O *quantum* de trabalho sugerido por Marx foi interpretado como sendo passível de uma quantificação aritmética.

O que foi caracterizado por Marx como uma relação de proporcionalidade entre horas necessárias à produção e quantidades de mercadorias produzidas acabou por ser reduzida a uma operação matemática que pleiteava um resultado numérico, pressupondo que a força de trabalho explorada (frise-se intelectual e fisicamente), em horas de trabalho, poderia ser transformada em “fatores de produção” de uma equação matemática. Pressupõe-se, dessa forma, que haveria no interior à teoria do valor de Marx a possibilidade do cálculo “contabilístico” do valor do trabalho em si e que esse cálculo não seria mais possível hoje devido a uma suposta predominância de trabalhos não-manuais como agentes da geração de mais-valia.

Com respeito à apropriação contabilista da teoria do valor, Michel Husson comenta que:

“A idéia que o capital aproveita da faculdade de se apropriar dos progressos da ciência (ou do conhecimento) não é uma idéia nova, já que é um elemento fundamental de análise marxista do capitalismo. Pretender que se trate de uma descoberta recente e de uma real novidade faz retornar a uma compreensão estreita da teoria marxista do valor conduzida a um simples cálculo do tempo de trabalho.”²⁵

²⁵ HUSSON, M.. *Nouvelle Économie: Capitalisme Toujours!* In: Critique Communiste, n° 159/160, été/automne, 2000, p. 02.

No entanto, atribuir a Marx uma interpretação/reformulação da teoria do valor presente em Adam Smith e em David Ricardo²⁶, que configure e restrinja sua análise a um

²⁶ Para Smith, *“a quantidade de trabalho normalmente empregada para adquirir ou produzir qualquer mercadoria é a única circunstância passível de regular a quantidade de trabalho que ela pode comprar ou pela qual pode ser trocada.”* SMITH, A.. *“A Riqueza das Nações”*. In: *Os Pensadores*, São Paulo: Abril, 1974, p. 47. Com base nessa premissa, Smith considera que o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho que essa mercadoria pode adquirir e que é decomposta em três partes: os salários, a renda da terra e o lucro capitalista. Esta afirmação ganha validade com a teoria do “trabalho comandado” na qual repousa a idéia segundo a qual existe um possuidor que comanda o trabalho exatamente por possuir a mercadoria que ele troca pelo trabalho. Podemos afirmar, assim, que a teoria do valor de Smith parte da idéia de que os valores de troca são constitutivos de certa quantidade de trabalho e da quantidade de trabalho que as diversas mercadorias estão em condição de “dirigir”, de “por em movimento”. A partir dessa designação, Smith pôde afirmar que tanto os salários, quanto o lucro capitalista estavam comandados na mercadoria, ou seja, que seria possível identificar na mercadoria uma parte referente à reposição dos salários e outra destinada aos lucros. Essa indicação faz com que Smith reconheça uma desigualdade na relação de troca entre capitalista e operário. Quando Smith analisa a questão do salário, percebe que não há equivalência, mas sim uma diferença entre o custo do trabalho e o que é pago por ele. *“O fato de que o trabalho comandado corresponda, por uma parte, aos salários e, por outra, ao lucro, é índice de uma situação especificamente capitalista, ou seja, de uma situação na qual – precisamente em virtude da presença do lucro – a quantidade de trabalho que se pode pôr em movimento, ou que se pode comandar, mediante uma mercadoria é maior do que a quantidade de trabalho que essa mercadoria exigiu para ser produzida.”* NAPOLEONI, C.. *“Lição 1: Introdução. A Crítica da Economia Política”*. In: *Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981, p. 17. No mesmo momento em que Smith observa a dinâmica de apropriação do trabalho alheio ao afirmar que existiriam dois componentes no preço das mercadorias, quais sejam, salário e lucro, além da renda da terra, justifica o lucro por um critério de “responsabilidade”. Estas indicações de Smith, quanto à determinação de um sobretrabalho, têm um caráter inovador. As causas dessa estrutura produtiva, contudo, não são problematizadas e talvez seja por isso que Smith não tenha conseguido, quando perguntado sobre o que constituiria o trabalho comandado, dar uma resposta convincente. Todavia, Smith, por permanecer no terreno da circulação dos valores de troca, não compreendeu claramente a medida do valor e as formas do excedente, mesmo que a partir deste último tenha observado um sobretrabalho como expressão de um trabalho não pago que fundamentaria uma relação de troca desigual. Respondendo à análise smithiana do valor como equivalente do trabalho comandado nas mercadorias, Ricardo percebe que Smith permanecia no terreno da circulação e de que o valor era muitas vezes confundido com o valor de troca, sobretudo quando da explicação do trabalho comandado. Diz ele: *“para cada mercadoria particular, a determinação da quantidade de trabalho que cada mercadoria está em condições de “por em movimento” comporta a determinação prévia da relação de troca entre a própria mercadoria e o trabalho; assim, a relação de troca que é precisamente o que se deseja determinar, é pressuposta a seu próprio processo de determinação.”* Napoleoni, *op. cit.*, p. 96. Ricardo, contrariamente, desenvolve o conceito de trabalho contido tentando reconstruir a explicação de Smith ao deslocar a constituição desse valor para o terreno da produção. Trabalho contido, nesse sentido, faz referência não apenas ao trabalho empregado diretamente na produção da própria mercadoria, mas também a todo trabalho necessário para a produção dos meios de produção. Com isso, pode-se submeter a produção de mercadorias à determinadas condições históricas que teriam um determinado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas. Napoleoni, *op. cit.*, p. 16-17. Para Ricardo, a quantidade de trabalho contido na mercadoria não pode ser confrontada com a quantidade de “trabalho vivo”. A troca real se verifica entre o capital e a força de trabalho. Nesse sentido, Ricardo nos mostra que a lei geral da troca está presente na sociedade capitalista e que o trabalho contido numa mercadoria (capital) deve ser relacionado ao trabalho contido na força de trabalho. Pode-se, assim, entender a determinação do valor de troca. Ricardo combate Smith no momento em que observa a validade da lei geral da troca para a economia capitalista. No entanto, permanece preso a essa designação e não aproveita a idéia smithiana de que a força de trabalho dá origem a um trabalho vivo maior que o trabalho contido naquela mercadoria. Por isso, Ricardo não conseguiu perceber a presença de um sobretrabalho, isto é, não conseguiu fundamentar concretamente a presença de um excedente produtivo como lucro capitalista contido na mercadoria, ou seja, não percebeu que a mercadoria

esquema objetivista da determinação das relações sociais que fundamentam a produção de tipo capitalista, seria reduzi-la a uma teoria economicista do capitalismo. Talvez seja este o grande problema das questões levantadas sobre a teoria do imaterial. No entanto, parece-nos que a intenção primeira de Marx, para realizar a crítica da Economia Política Clássica, foi a de superar uma perspectiva naturalizadora e monetarista do capitalismo²⁷. Nas palavras de Marx:

“A. Smith hesita no tocante à definição do valor de troca. Particularizando: ora confunde a determinação do valor das mercadorias pela quantidade de trabalho requerida para produzi-las, com a determinação pela quantidade de trabalho vivo mediante a qual se pode comprar a mercadoria ou, o que dá no mesmo, com a determinação pela quantidade de mercadoria mediante a qual se pode comprar certa quantidade de trabalho vivo. Faz então do valor de troca a medida do valor das mercadorias. Na verdade, faz do salário essa medida, pois o salário é igual à quantidade de mercadorias que pode ser comprada com determinada quantidade de trabalho vivo, ou igual à quantidade de trabalho que pode ser comprada com determinada

força de trabalho era uma mercadoria particular no processo de produção capitalista. Ricardo não explicou o “valor do trabalho” e por consequência o lucro que seria uma parte do valor geral de uma mercadoria, sobretudo porque estava preocupado com a medida do valor. Contudo, observou, a partir dessa afirmação, que o que se troca na sociedade são tempos de trabalho objetivados, o que fundamentaria toda a troca na sociedade capitalista. “Portanto, para Ricardo a lei do valor, medido pelo tempo de trabalho cristalizado nas mercadorias, preside, sem exceção, o processo de troca na sociedade capitalista, E, neste tempo de trabalho, Ricardo inclui não só o trabalho imediato, mas também o trabalho gasto na fabricação dos ‘instrumentos, ferramentas e edifícios com que se complementa o trabalho imediato’.” BELLUZZO, L. G. de M.. *Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política*. Campinas: Unicamp, 1988, p. 47. Ver: RICARDO, D.. “Princípios de Economia Política e Tributação”. In: *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

²⁷ Em *A Miséria da Filosofia*, *op. cit.*, Marx realizara três grandes projetos: 1) a crítica à religião; 2) a crítica à filosofia idealista de Hegel; e 3) um ajuste de contas com a Economia Política Clássica. Ao discutir questões como a emancipação política e a emancipação humana, dialoga com Hegel no sentido em que projeta como etapa necessária à emancipação política, ou seja, que o homem se emancipe no terreno político, não pensado apenas em função do Estado, mas também no terreno da estrutura produtiva e de sua ação concreta, ao transformar as relações de produção. Nesse sentido, Marx articula o terreno da imediatividade com o terreno das mudanças estruturais, isto é, o terreno da prática política estrito senso, com o do movimento da estrutura edificada com base na relação contraditória entre forças produtivas e relações de produção. Nota-se esta perspectiva na célebre frase na qual o proletariado é exaltado como única classe que pode transformar em liberdade o que é hoje necessidade.

quantidade de mercadorias. O valor do trabalho, ou antes, da força de trabalho, varia como o de qualquer outra mercadoria e em nada se distingue especificamente do valor das outras mercadorias. Faz-se aí do valor medida do valor e fundamento para explicá-lo: um círculo vicioso portanto.”²⁸

As diferenças que informam a ruptura da teoria do valor da Economia Política Clássica com as de Marx podem ser pensadas com base em uma hipótese: a teoria do valor de Marx, ao contrário de tentar solucionar os problemas da Economia Política Clássica tem a intenção de caracterizá-los como problemas sem solução²⁹. Em virtude disso, Marx teve a necessidade de criar uma nova problemática distinta daquela criticada por ele, isto é, foi necessário perguntar-se sobre a constituição da sociedade capitalista; como são constituídas historicamente determinadas relações de produção e como estas são reproduzidas dentro de uma estrutura social específica.³⁰ Dessa forma, a perspectiva de Marx pode preliminarmente ser sintetizada a partir da crítica da perspectiva clássica que tinha por finalidade explicar como se produz *na* sociedade capitalista e não como se produz *a* sociedade capitalista. A

²⁸ KARL, M.. *Teorias da Mais-valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol. I., p. 49. Ver sobre o tema: MAZZUCHELLI, F.. “O Pioneirismo de Smith”. Mimeo.

²⁹ BALIBAR, E.. *A Filosofia de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995; BENOIT, H. *op. cit.*; BRAGA, J. C. S.. *Temporalidade da Riqueza*. Campinas: Unicamp, 2000; MAZZUCHELLI, F.. *A Contradição em Processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985; entre outros.

³⁰ Segundo Belluzzo, Marx “(...) questionou, em bloco, a problemática de seus predecessores, entre os quais Ricardo é certamente o mais importante, e não se limitou a responder de maneira mais coerente às mesmas perguntas, mas formulou, ele próprio, um outro conjunto de questões.” In: BELLUZZO, L.. *op. cit.*, p. 37. Assim, Marx vai contradizer o princípio de neutralidade da ciência positiva, que pretendia mostrar como as relações sociais capitalistas estruturavam-se objetivamente, bem como de que forma operavam. Isso porque tal prerrogativa científica naturalizava as determinações históricas do processo de produção e reprodução das relações sociais, submetendo toda a história à história das relações sociais capitalistas. O objetivo central de Marx seria, então, o de problematizar a forma valor de troca com base na mercadoria, discutindo em que medida as formas do trabalho humano adquirem a forma valor (de troca). Sua pergunta central converge para: como se move o valor (como ele se acumula) sob o regime do capital?

pergunta foi, assim, por Marx reformulada para que uma análise histórico-revolucionária sobre a constituição do valor pudesse ser estruturada.³¹

“Em outras palavras: tudo o que a economia política pressupõe deve, ao contrário, ser explicado (...). A operação crítica de Marx consiste em investigar, antes de mais nada, a razão pela qual todas essas coisas existem, ou seja, qual é a característica essencial do processo histórico em ato que constitui a raiz comum de todas essas categorias, e, portanto, o fundamento daquele conjunto de relações que as constitui em sistema. ‘Em suma, a pergunta não é: como é o capital?; mas sim: por que existe o capital?’.”³²

A preocupação de Marx — distinta da Economia Política Clássica — repousa em determinar as condicionantes históricas da produção de mercadorias na sociedade capitalista, ou seja, em caracterizar o modo de produzir, as relações sociais capitalistas de produção e as teorias que explicitam tais relações com base na constituição do valor. Este, por si só, já engendra uma dimensão histórica que remete a uma determinada historicidade, com características próprias; diferentemente dos outros modos de produção, fundamenta a sua dominação em um fetiche, em um elemento da produção que obscurece a sua própria compreensão, justamente na constituição do valor de troca como representação fenomênica do valor. Como sintetiza Marx:

³¹ Marx ainda nos informa ao criticar a metafísica da economia política de Proudhon, que: “*Os economistas [Smith e Ricardo] exprimem as relações da produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda, etc., como categorias fixas, imutáveis, eternas.*” “(...) *Os economistas nos explicam como se produz nestas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem estas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra.*” E finaliza ao precisar o papel da economia política clássica em seu tempo: “*Os economistas como Adam Smith e Ricardo, que são os historiadores desta época, não têm outra missão que a de demonstrar como a riqueza se adquire nas relações de produção burguesa, de formular estas relações em categorias, em leis e de demonstrar como estas leis, estas categorias são, para a produção de riquezas, superiores às leis e às categorias da sociedade feudal. A miséria, a seus olhos, é apenas a dor que acompanha toda gestação, tanto na natureza como na indústria.*” *A Miséria da Filosofia, op. cit.*, pp. 102 e 117, respectivamente.

³² NAPOLEONI, C., *Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx, op. cit.*, p. 15.

“(…) *Há um limite que não é inerente à produção em geral, mas sim à produção baseada no capital* (...). Basta demonstrar que o capital contém uma limitação da produção (que é) *particular* – limitação que contradiz sua tendência universal a superar toda trava oposta àquela – para pôr assim a descoberto (...) que, ao contrário do que afirmam os economistas, o capital não é a forma *absoluta* do desenvolvimento das forças produtivas, forma absoluta que, como forma da riqueza, coincidiria absolutamente com o desenvolvimento das forças produtivas.”³³

Não nos parece, assim, que poderíamos conferir às teses de Marx a respeito da formação do valor de troca uma dimensão estritamente aritmética com base em um suposto cálculo do valor presente em uma determinada mercadoria. Com efeito, e presas à negação da teoria do valor-trabalho como teoria contabilista do valor, as teses³⁴ sobre a incomensurabilidade dos produtos advindos do trabalho imaterial ganharam, nos últimos anos, uma projeção teórica significativa. As teses de Gorz, Negri e Lazzarato desenvolvem a idéia de que o cálculo para determinar os valores contidos nas mercadorias teria se tornado impossível, visto que o trabalho formador do valor não poderia ser apreendido objetivamente.

Essa afirmação, na verdade, só é possível porque em suas análises anteriores a constituição do capital era realizada reducionista. As mudanças na base produtiva apenas permitiram a esses autores radicalizar suas formulações teóricas anteriores. Uma questão, portanto, remete-nos ao que foi descrito acima e sintetiza nosso ponto de partida: em que

³³ MARX, K.. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1972, Vol. II, p. 367. Doravante: *Borrador*. No original em inglês: *There is a limit, not inherent to production generally, but to production founded on capital* – grifos do autor.

³⁴ Falo aqui de duas teses específicas de André Gorz e Antonio Negri que serão desenvolvidas nos capítulos 2 e 3 desta tese.

momento da obra de Marx há uma indicação que fundamente a possibilidade de calcular aritmeticamente o valor do trabalho?

O retorno às discussões presentes nos *Grundrisse* sobre o tempo de trabalho, a extensão do tempo liberado como tempo libertário, e a conseqüente possibilidade de superação da teoria do valor, nos parece fundamental para problematizarmos essa questão. Sobretudo, se explicitarmos a relação direta entre o fim da sociedade capitalista e o fim da lei do valor; isto é, pensar a transição para uma sociedade socialista implicaria pensar a superação da produção geradora de mais-valia. Como nos indica Rosdolsky:

“Conforme o plano original de Marx, o último livro de sua obra deveria investigar os fatores que prenunciam ‘a superação do que existe’ e impulsionam ‘o surgimento de uma nova forma histórica’. Deveria ocupar-se da transição ao socialismo, com a ‘dissolução do modo de produção e da forma de sociedade baseada no valor de troca’. O centro da atenção, nesse caso, era a interrogação sobre as vicissitudes da lei do valor.”³⁵

Esta pesquisa de doutorado problematiza a tese do suposto fim da teoria do valor, amplamente divulgado pelas reflexões acerca do trabalho imaterial como força produtiva central.

I.2. O desenvolvimento dos meios de produção e a conversão do trabalhador em apêndice da máquina: a produção tipicamente capitalista

A produção especificamente capitalista tem como fundamento o desenvolvimento do trabalho e de todas as potências que ele agrega. Entretanto, como nos lembra Marx,

³⁵ ROSDOLSKY, R.. *Gênese e Estrutura de O Capital*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001, p. 345. Doravante: *Gênese*.

“(...) o capital só consegue colocar essas potências a seu serviço porque, desde o início, é uma força coletiva; como tal, ‘não se depara com o trabalho isolado, mas sim com o trabalho combinado’. Pois a finalidade da produção capitalista não é a produção de valores de uso, mas sim de valores de troca ou mais exatamente, de mais-valia.”³⁶ Nas origens da produção capitalista, por exemplo, a coordenação do trabalho pelo capital é apenas formal, no sentido em que é limitada ao produto do trabalho e não ao trabalho como tal. A relação entre capital e trabalho é meramente formal, pois não há o controle do capital em relação à maneira pela qual se produz. Os trabalhadores têm uma relação com o capitalista e essa relação é estritamente relacionada a uma troca simples.

“O trabalho cooperativo só existe *em si*, já que todos trabalham para o capital (...) sem que trabalhem juntos (...). Logo que essa etapa é superada; chega-se a uma situação em que o capital já não emprega os trabalhadores do jeito que os encontrou, mas os faz cooperar em uma empresa.”³⁷

Segue-se, não obstante, que toda produção capitalista tem como base a cooperação simples, como forma de organização que se desenvolve em torno de um conjunto de trabalhadores organizados em um “*mesmo momento e no mesmo espaço*”. No entanto, a produção tipicamente capitalista não se limita à cooperação simples. Apesar de conservá-la como pressuposição central³⁸, o capital não pode limitar-se a ela. A evolução dessa cooperação simples à manufatura é fruto de uma reorganização do processo de trabalho com vistas a sua segmentação, sempre tendo em mente a produção de mais-valia como um

³⁶ ROSDOLSKY, R., *Gênese, op. cit.*, p. 202.

³⁷ MARX *apud* ROSDOLSKY, R., *Gênese, op. cit.*, p. 203 - grifos do autor.

³⁸ É certo que para Marx não se pode atribuir a um momento historicamente determinado a utilização da cooperação simples como prática produtiva estável. Trata-se, na prática, de um modo de organização da produção historicamente irregular, mas que fundamenta e ajuda na compreensão das outras formas de organização da produção: manufatura, maquinaria e grande indústria. Ver: *Gênese, op. cit.*

excedente ampliado em relação ao excedente passado. Configura-se, nesse sentido, uma especialização do trabalho que divide o processo de trabalho em parciais e específicas operações produtivas. A manufatura capitalista instaura a produção seriada, sendo que sua finalidade geral é a produção de mais-valia, desatada, não necessariamente, da qualidade dos produtos. No entanto,

“(...) por mais que a manufatura capitalista primitiva aspire a produzir mais-valia relativa por meio da cooperação e da divisão do trabalho, as leis que a regem não são de modo algum idênticas ‘às da grande indústria’. Apesar de todo o desenvolvimento da divisão do trabalho, seu fundamento permanece sendo a habilidade artesanal, e seu ‘mecanismo específico [...] [é] o trabalhador coletivo formado pela combinação de muitos trabalhadores parciais’.”³⁹

A mais-valia relativa é, nesse momento, muito reduzida já que o tempo necessário à produção e o tempo disponível quase se equivalem. No entanto, as taxas de lucro são maiores que na maquinaria, visto que há um grande número de trabalhadores que são empregados simultaneamente.

A ruptura mais significativa e que vai transformar de modo central a produção capitalista — gerando um tipo de produção especificamente voltado à produção de mais-valia relativa — e, portanto, vai instaurar a produção particularmente capitalista, desenvolve-se com a introdução da maquinaria, com a formação da grande indústria baseada na máquina. Essa possibilidade é aberta graças à transformação do eixo perspectivo da direção da produção. A força de trabalho que fundamentava a produção passa a ser apendicizada em relação aos meios de produção acumulados. A relação entre o

³⁹ ROSDOLSKY, R., *Gênese, op. cit.*, p. 204.

trabalhador e os meios de produção é completamente alterada. O capital fixo acumulado exerce agora uma predominância produtiva e estrutura a elevação das taxas de mais-valia relativa com relação às taxas de mais-valia absoluta produzidas. Transforma-se a produção, domínio do trabalhador, em uma produção, domínio da máquina ou do sistema automático de máquinas, como vislumbra Marx.

Forma-se, assim, um “(...)‘monstro vivo’ [que] ‘materializa o pensamento científico e passa a exercer, de fato, o papel de coordenação’, dominando todo o processo; a partir daí, o trabalhador individual passa a existir como apêndice vivo e isolado.”⁴⁰ Os meios de trabalho não são incluídos no processo de trabalho: eles se tornam parte do processo de produção como representação material do capital, isto é, a máquina não é mais meio de trabalho.

“A máquina em nenhum aspecto aparece como meio de trabalho do operário individual. Sua diferença específica de nenhuma forma é, como no caso do meio de trabalho, a de transmitir ao objeto a atividade do operário, mas sim a de que esta atividade encontra-se posta de tal maneira que não faz senão transmitir à matéria prima o trabalho ou a ação da máquina, [ao] que vigia e preserva de avarias. Não é como no caso do instrumento, ao qual o operário anima, como a um órgão, com sua própria destreza e atividade, e cujo manejo depende, portanto da virtuosidade daquele. Sendo a máquina, dona no lugar do operário, da habilidade e da força, é ela mesma a virtuosa, possui uma alma própria presente nas leis mecânicas que operam nela, e assim como o operário consome alimentos, ela consome carvão, óleo, etc., (*matières instrumentais*) com vistas a seu automovimento contínuo.”⁴¹

⁴⁰ ROSDOLSKY, R., *Gênese, op. cit.*, p. 204.

⁴¹ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, pp. 218-219.

Dessa forma, o capital fixo que incorporou as habilidades do trabalhador coletivo e as desenvolveu toma seu lugar como centro da produção de mercadorias, toma a frente da produção. Passa a protagonizar, criar dentro da sua lógica uma fantástica atividade abstrata no sentido em que o processo de trabalho deixa de ser governado pelo trabalhador. Assim, o processo de produção deixa de ser processo de trabalho, sendo que o trabalho vivo encontra-se presente, mas pulverizado na maquinaria. Na prática, o elemento de carne e osso (torna-se um autômato) não é o trabalhador coletivo, mas sim a máquina, que passa a ter vida e controlar o processo de produção.

O fundamento presente na tendência de substituição de trabalho vivo por trabalho passado como questão de vida e morte para o desenvolvimento do capital, tem nesse momento uma significativa transformação. A conversão do trabalhador coletivo em apêndice da máquina, que é caracterizada pelo domínio do saber social, do saber científico inserido na produção, permite ao capital — ao retirar a presença ativa do trabalhador coletivo do processo de trabalho e se libertar das limitações ligadas às suas habilidades, desenvolver-se em um quadro tipicamente capitalista, no qual a organização do processo de trabalho responde completamente, mesmo que possa ser aperfeiçoada tecnicamente, aos interesses de valorização do capital.

Mesmo que nos primórdios da instauração da maquinaria o aumento da jornada de trabalho, acompanhado do aumento das taxas de mais-valia absoluta, tenham sido verificados, a maquinaria, estrito senso, tem como objetivo central produzir taxas cada vez mais altas de mais-valia relativa e para isso deve necessariamente relegar o trabalhador em apêndice do processo de produção. As funções de vigia e supervisão ganham sentido se levarmos em conta essa imposição do processo de transformação da manufatura em

maquinaria. A produção de tipo capitalista baseada na maquinaria é, na prática, a forma pela qual o capital tenta e consegue, até certo ponto, libertar-se do domínio do trabalhador coletivo. O saber-fazer do trabalhador é incorporado à máquina, faz parte dela, permitindo que a força de trabalho seja desqualificada e que o domínio do capital na produção e na sociedade seja expandido. Configura-se, dessa forma, a subsunção real do trabalhador ao capital.

No entanto, observa-se também que o processo de organização da produção alcançou um determinado estágio que, pensado como base material de uma historicidade específica, agrega um conhecimento determinado. Como nos lembra Marx, Não é “*a natureza [que] constrói máquinas, nem locomotivas, telégrafos, máquinas de fiação, etc. São estes produtos da indústria humana; são matérias da natureza transformadas em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atuação na natureza. São **órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força objetivada do conhecimento***”⁴², criados pela capacidade física e psíquica do homem. Marx reitera que o desenvolvimento do capital fixo revela em que medida o *conhecimento*⁴³ social geral foi convertido em força produtiva imediata e também até que ponto as condições materiais de vida encontram-se controladas pelo *intelecto geral*⁴⁴, isto é, “*até que ponto as forças produtivas sociais são produzidas não só na forma de conhecimento, mas também como órgãos imediatos da prática social,*

⁴² MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 229-230 - grifos do autor.

⁴³ No original em inglês: *Knowledge*.

⁴⁴ No original em inglês: “*general intellect*”. Marx realiza uma importante distinção entre o trabalho geral e o trabalho coletivo que esclarece a utilização da noção de intelecto geral em nosso texto. Para ele, “*Ambos [trabalho geral e trabalho coletivo] desempenham seu papel no processo de produção, ambos se fundem, mas também ambos se diferenciam. É o trabalho geral todo o trabalho científico, toda descoberta, toda invenção. Está condicionado, em parte, pela cooperação com seres vivos e, em parte, pela utilização dos trabalhos de antecessores*”. “*O trabalho coletivo pressupõe a cooperação direta dos indivíduos (ou seja, a organização comunista da sociedade)*.” (MARX apud ROSDOLSKY, *Borrador, op. cit.*, p. 539).

do processo real de vida.”⁴⁵ Há, podemos dizer, um saber social geral que é inserido na produção. No entanto, ele não é forçosamente libertador. Na prática, ele mesmo exerce a dominação do coletivo de trabalhadores no processo de produção. Reproduz, assim, uma dominação quando faz relacionar desiguais dentro de uma estrutura econômica que é jurídica e politicamente organizada em correspondência com essa produção. Como nos faz notar Rosdolsky quando aborda a instauração dos meios de trabalho,

“(…) a maquinaria – embora esta, sob controle do capital, só conduza à sujeição do trabalhador – oferece a mais segura perspectiva de sua futura libertação: ela permite reduzir radicalmente o tempo de trabalho, condição para que a eliminação da sociedade de classes deixe de ser uma expressão vazia.”⁴⁶

Portanto, caracterizar as formas de apropriação do saber coletivo como força produtiva direta e indiretamente relacionada às necessidades coletivas deve necessariamente passar pela questão da propriedade e gestão dos meios de produção, isto é, de sua extinção, sem a qual qualquer forma de repartição dos frutos da produção não passa de mera repartição da renda⁴⁷, fundamentada por reformas políticas.

Este estágio da produção, fruto da ação humana, aprofunda a contradição entre a necessidade da exploração do trabalho vivo e a tendência de sua substituição por novas

⁴⁵ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 230.

⁴⁶ ROSDOLSKY, R., *Gênese, op. cit.*, p. 207.

⁴⁷ A respeito da distribuição da renda na sociedade capitalista, ver: SAES, Décio. “Considerações sobre a análise dos sistemas de classe”. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. Vários Autores. São Paulo: Xamã, 2003. Mesmo não compartilhando da tese de Saes sobre os grupos funcionais, acreditamos valer a pena analisar criticamente os fundamentos do conflito social entendidos por Saes com base no terreno estritamente econômico. Saes, ao pensar a possibilidade de formação de uma classe revolucionária, tem o mérito de ser explicitamente economicista, no momento em que indica que não haveria classes no capitalismo, mas apenas grupos funcionais organizados em torno do conflito estimulado pela distribuição da renda. Digamos ser meritoria essa indicação do autor porque em que seus argumentos são categóricos, sem mediações, e de maneira singular remetem à formação das classes ao movimento das forças produtivas caracterizadas como conjunto de elementos independentes dos chamados grupos funcionais que disputam a distribuição da renda.

forças produtivas. Sendo uma “contradição em processo”, o capital cria a possibilidade de sua própria destruição no momento em que, ao diminuir o tempo de trabalho necessário, o fundamenta como única forma possível de formação de riqueza no capitalismo.

Diminui-se, com isso, a quantidade de trabalho necessário para aumentar a quantidade de trabalho excedente. O aumento deste último torna-se, como diz Marx, “*question de vie et de mort*”⁴⁸ para o tempo de trabalho necessário. Dessa forma, o capital coloca a seu serviço, e deve obrigatoriamente fazê-lo, todas as forças da natureza; todo o intercâmbio social serve para este fim: forças da natureza e intercâmbio social são utilizados para criar riqueza.

Em contrapartida, esse mesmo movimento do capital utiliza o tempo de trabalho para medir as forças sociais criadas nesse processo. Tais forças podem, por essa via, ser reduzidas aos limites do capital — a conversão é realizada ao transformar valor em valor de troca.

“As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem para o capital apenas como meios, e não são para ele mais que meios para reproduzir sua base mesquinha. *In fact*, porém constituem as condições materiais para fazer saltar essa base pelos ares. ‘Uma nação é verdadeiramente rica quando ao invés de 12 horas trabalham-se 6’”⁴⁹

⁴⁸ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 229.

⁴⁹ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 229.

Contudo, “*Riqueza não é disposição de tempo de mais-trabalho (riqueza efetiva), mas sim ‘tempo disponível, à parte e usado na produção imediata, para cada indivíduo e toda a sociedade’.*”⁵⁰

Estas duas passagens dos *Grundrisse* nos parecem sintomáticas do que aqui procuramos caracterizar. Sinteticamente, diríamos que elas estão referidas a dois ***mundos distintos***. A primeira projeta uma possibilidade já percebida por Marx no século XIX, a saber: a superação do modo de produção capitalista com base em suas contradições internas. Mas, na prática, a riqueza não é a riqueza imaginada para a sociedade futura; pelo contrário, é riqueza efetiva, riqueza extraída de mais-trabalho, o que impossibilita que se reduza, por exemplo, uma jornada de 12 horas para 6. A sociedade está ainda empenhada na produção de volumosos e sempre maiores excedentes, logo não é possível, que se reduza o tempo de trabalho e, mesmo se fosse reduzido, ainda sob o governo dessa lógica, o tempo disponível seria, do ponto de vista do indivíduo social, tempo negativamente liberado⁵¹. No entanto, do ponto de vista do capital, trata-se de economia de tempo de trabalho e aumento de produtividade.

⁵⁰ Segundo Marx, MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 229.

⁵¹ Como nos lembra Tosel, a sociedade atual ainda está baseada no tempo de trabalho vivo, ou seja, ainda tem como medida de valor o tempo de trabalho centrado na produção imediata. Este tempo de trabalho necessário, agora diminuído, não tem como finalidade própria permitir à maioria dos homens, liberados da produção, disporem livremente do tempo crescente de não-trabalho. Logo, conclui Tosel, a economia capitalista funciona com base no desperdício de recursos humanos e na marginalização/excedentarização de uma parte crescente da força de trabalho. Esta é “(...) a centralidade do trabalho abstrato que produz a não-centralidade do trabalho na massa dos excluídos do trabalho vivo, de todos aqueles que não podem mais (se fazer) aparecer como individualizados e socializados pelo trabalho, e que buscam desesperadamente formas de individuação e de socialização nas únicas esferas do não-trabalho (atividades de formação, de beneficência e de serviços)”. E Tosel ainda nos interroga: “Não é nesta aparente descentralização do trabalho que se enraízam as diversas teorias que opõem ao paradigma do trabalho os paradigmas concorrentes do agir comunicacional ou da esfera pública?” TOSEL, André. “Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus”. In: BIDEET, J. & TEXIER, J.. *La Crise du Travail*. Paris: PUF, 1994, p. 209.

A liberação do tempo no capitalismo fundamenta-se assim como uma liberação negativa, pois submete o trabalho, pensado como coletivo de trabalhadores, a uma subordinação ainda mais rigorosa e opressora. Dessa liberação Marx projeta as teses sobre a transformação da estrutura social e vislumbra uma possível ruptura que já estaria dada pela contradição entre a necessidade do capital em aumentar sua produtividade, diminuindo o tempo de trabalho, ao mesmo tempo em que só pode criar riqueza efetiva se explora maiores quantidades de trabalho. Isto posto, como pensar a liberação do trabalhador dos grilhões do capital ainda dentro da lógica de produção capitalista?

Podemos observar aqui uma tese cara a Marx e que hoje é base de reinterpretações confusas quando é relativizado o grau de sua realização no capitalismo. Em síntese, a teoria do trabalho imaterial hoje pode ser testada com base na seguinte questão: como imaginar uma construção social que coloque pelos ares o modo de produzir capitalista sem pensar a destruição completa do capitalismo? As teses de André Gorz, Antonio Negri e Maurizio Lazzarato sobre o trabalho imaterial - as quais trataremos nos capítulos dois e três desta tese — desenvolvem a idéia da convivência entre uma produção entendida como comunista e desatada da produção de mais-valia no interior da sociedade capitalista.

Nossa leitura dos *Grundrisse* parte da hipótese que a tendência de substituição do indivíduo parcial — vinculado a uma função especializada e restringente na produção — por um indivíduo social, cujas capacidades estivessem totalmente desenvolvidas e a serviço da coletividade, não poderia ser construída no capitalismo, mesmo que constatássemos que o capital, de maneira contraditória e necessária à sua existência, objetivasse o desenvolvimento desse indivíduo social. Portanto, ao admitirmos que as possibilidades materiais para a superação do capitalismo já estariam constituídas no capitalismo, não

podemos daí conceber a efetivação política e material do *intelecto geral*. Acreditamos contrariamente, que a formação desse indivíduo só pode estar na obra de Marx relacionada ao socialismo.

Diferentemente dos outros modos de produção⁵², o capitalismo instaura sua materialidade na contradição entre tempo de produção e tempo necessário. No entanto, interpretar as potencialidades dessa produção a partir da inexorabilidade do processo de libertação do indivíduo social em relação ao domínio do capital nos parece uma proposição que reduz o espectro de intervenção das classes sociais na construção de qualquer projeto político imerso na luta entre interesses distintos e irreconciliáveis, como aqueles que governam a luta entre capitalistas e trabalhadores.

Vale dizer, portanto, e não pretendemos encerrar essa discussão aqui, que a base material como síntese das forças sociais constituídas em um determinado momento da história está a cargo de possíveis movimentos e organizações políticas que acirrem as contradições em presença, sem a qual qualquer transformação seria fundada na retórica, ou no domínio da pura abstração teórica. As elaborações científicas devem ser consideradas, dessa forma, como um momento do processo da transformação da sociedade, sendo que

⁵² É importante mencionar que “*O conceito de ‘Modo de Produção’ é um conceito abstrato. Não implica nenhuma ordem de sucessão histórica em todo o período de história das civilizações, que se estende desde as primeiras formações diferenciadas até ao capitalismo.*” AMIN, S.. *O Desenvolvimento Desigual: um ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1973. Ver, também, BALIBAR, E.. “De la periodización a los modos de producción”. In: ALTHUSSER, L. & BALIBAR, E. *Para ler O Capital*. México: Siglo Veintiuno, 1977. BALIBAR, E.. “Sobre os Conceitos Fundamentais do Materialismo Histórico”. In: ALTHUSSER, L. *et alli.. Ler o Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. MANDEL, E.. “O ‘Modo de Produção Asiático’ e as Precondições Históricas do Impulso do Capital”. In: *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; além de: MARX, K.. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

toda intervenção teórica integra a realidade estruturada, as contradições e antagonismos sociais⁵³.

I.3. Tempo de trabalho, valorização do capital e tempo livre

A formulação geral de Marx sobre o processo de autodestruição da lei do valor como processo de autovalorização do capital nos *Grundrisse* pode ser resumida da seguinte forma: o distanciamento da valorização do capital de sua base material, tornada uma “*base miserável*”, aparece como uma *contradição em processo*, ou seja, o capital tende a se afastar cada vez mais do trabalho vivo, fonte de criação de toda a riqueza, mas, não pode se desprender por completo. O processo de valorização do capital tenderia a ficar livre do trabalho vivo, mas não consegue libertar-se da forma mercadoria dinheiro, a qual imporá um limite para a própria existência do capital.⁵⁴

⁵³ Aqui é importante ressaltarmos a necessidade sempre presente da luta teórica como representação conceitual dos interesses de classe numa determinada conjuntura político-social. Lênin em *Que Fazer?*, mas especificamente no capítulo 1: “Dogmatismo e ‘liberdade de crítica’”, nos remete a esta questão específica quando da discussão sobre a “liberdade da crítica” e a sua relação com o “economicismo” russo, aos quais Lênin indica ser um problema ligado à social-democracia reformista de Bernstein. Nas palavras de Lênin: “*Fazer da liberdade de crítica e da liberdade do bernsteinismo a condição da união dos sociais-democratas russos, sem uma análise das manifestações concretas e dos resultados do bernsteinismo russo, é falar sem nada dizer*”. Lênin descreve aqui o embate teórico que reflete interesses específicos sobre como e o que fazer para a construção de uma luta contra a classe dominante, o que poderíamos chamar de luta de classes no campo da teoria. Por fim, vale aqui mencionar a frase de Lênin que simboliza a necessidade de confrontação e síntese constantes do movimento da estrutura econômica com suas representações e lutas políticas, teóricas e ideológicas. Diz Lênin: “*Sem teoria, não há movimento revolucionário.*” E complementa de maneira atualíssima: “*Não seria demasiado insistir sobre essa idéia em uma época, onde o entusiasmo pelas formas mais limitadas da ação prática aparece acompanhado pela propaganda em voga do oportunismo.*” LÊNIN, V. I. *Que Fazer?*. São Paulo: Hucitec, 1978, pp. 11-12 e 18-21, respectivamente - grifos do autor.

⁵⁴ Não desenvolveremos aqui a relação entre o processo de independização do capital em relação ao trabalho vivo sob a óptica monetarista do dinheiro como forma de capital. Essa discussão merece ser realizada e criticada em um outro momento. No entanto, a idéia central seria que a equação, observada por Marx, que expressa a valorização do capital D-M-D’ dá lugar, “evolui”, na ótica do capital, para D-D’, isto é, dinheiro que se autovaloriza, que não precisa recorrer a sua base produtiva, lançando-se na circulação como dinheiro como capital. Dessa assertiva de Marx, derivou-se a tese de que a dinâmica capitalista não poderia ser pensada com base em quantidades de trabalho e nem a partir de decisões quanto à oferta de quantidade de trabalho. A lógica de valorização deveria ser, portanto, pensada a partir das “*avaliações sobre as magnitudes monetárias*”. Além de não concordarmos com tal perspectiva monetarista da geração de mais-valia que permitiu, entre outros equívocos, a fusão de Marx a Keynes, acreditamos que tal perspectiva fundamenta também uma das tentativas de rechaço da teoria do valor trabalho de Marx. Não obstante, ao caracterizar as

O tempo de trabalho necessário à produção e à manutenção da reprodução social torna-se, assim, tópico central das análises de Marx nos *Grundrisse*. Marx nos remete à forma histórica do funcionamento do capitalismo e o faz com base em um modelo dotado de limites e características intrínsecas que o condicionam a agir dentro de um determinado padrão. Mesmo tendo uma margem de manobra muito grande, seu funcionamento é visto por Marx dentro de *um prazo de validade sem data para expiração*; isto é, ao mesmo tempo em que reconhece a potência expansiva e dilacerante do movimento do capital, projeta, pensando seus limites, uma “*missão histórica*” que deve se completar sob, pelo menos, duas tendências⁵⁵. Uma diz respeito à tese de que haveria um momento no qual as necessidades tornar-se-iam tão desenvolvidas que a lógica geral de produção de excedentes seria incorporada ao universo individual, isto é, não se trataria mais de uma lógica geral que é imposta ao indivíduo, mas sim da construção de um excedente que parte da própria lógica individual absorvida ao longo de gerações anteriores. A outra, caracterizar-se-ia pela relação entre a busca sempre mais profunda da produção da riqueza e o desenvolvimento das forças produtivas, que diminuiria em tendência o tempo de trabalho necessário para o conjunto da sociedade e socializaria a produção.

formas do capital fictício aprofunda a discussão com rigor, mesmo que já colocada fora do campo marxista. Nesse momento fugiríamos do nosso objeto central: a crítica das teorias sobre o trabalho imaterial ancoradas na relação entre tempo de trabalho e tempo livre. Contudo, devemos frisar que os autores afeitos à fusão Marx-Keynes merecem ser discutidos, sobretudo, quando problematizam a transformação de dinheiro em capital a juros, capital fictício. Sobre estes temas ver, por exemplo: BRAGA, J. C. S.. *op. cit.*; TAVARES, M. C.. *Ciclo e Crise: o movimento recente da Industrialização Brasileira*. Campinas: Unicamp, 1998; entre outros.

⁵⁵ É curioso observar que Max Weber já notava a tendência expressa na social-democracia alemã de que a história caminhava para uma só direção, na qual os homens a partir do desenvolvimento do capitalismo tornar-se-iam livres. Mommsen, a esse respeito, comenta que para a social-democracia à época de Weber “*A História universal estava do seu lado e que por isso a vitória do socialismo seria uma questão de tempo.*”. Isto, segundo Mommsen, tratava-se de “*uma postura (...) lamentável não só por motivos morais mas, além disso, constituía um dos principais motivos da fraqueza política da Social-democracia alemã na Alemanha guilhermiana*”. MOMMSEN, W. “Capitalismo e Socialismo. O Confronto com Karl Marx”. In: GERTZ, R. (Org.) *Max Weber & Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 151. Nessa esteira, Weber nos informa que: “*(...) Não há nem uma nesguinha de probabilidade de que a ‘socialização’ econômica como tal deva trazer no seu bojo o desenvolvimento de personalidades internamente ‘livres’ ou então de idéias ‘altruístas’.*” WEBER, M. *apud* MOMMSEN, W. *op. cit.*, p. 151.

“(…) A sociedade se relacionará cientificamente com o processo de sua reprodução, em meio a uma abundância crescente: deixará de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que as coisas podem fazer em seu lugar [...]. Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho a ultrapassar os limites de sua necessidade natural, criando os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, multilateral na produção e no consumo. O trabalho, nesse caso não se apresenta como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade. Desapareceu a necessidade natural direta, substituída por uma necessidade historicamente produzida. *Por isso, o capital é produtivo; ou seja, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento das forças produtivas encontra um limite no próprio capital.*”⁵⁶

Deparamos-nos, após essa longa citação, portanto, com a seguinte questão: este limite do capital é um limite criado pelas forças sociais em presença ou haveria uma determinação estrutural que condiciona a humanidade a esse limite? Haveria um caminho lógico de morte do capital, ou a própria condição histórica de capital seria fruto da luta de classes? Ou ainda, como nos sugere Miglioli: “(…) *O capitalismo teria um fim automático, resultante de tendências internas degenerativas, ou precisaria ser derrubado por forças sociais revolucionárias?*”⁵⁷

Imediatamente, podemos utilizar uma passagem de Marx que problematiza essa questão. “*Se a sociedade, tal como é, não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e de circulação necessárias a uma sociedade sem classes, todas as tentativas de*

⁵⁶ ROSDOLSKY, R., *Gênese*, *op. cit.*, pp. 352-53 - grifos do autor.

⁵⁷ MIGLIOLI, J., “Marx e o Colapso da União Soviética”, *op. cit.*, pp. 62.

criá-la seriam quixotescas.”⁵⁸ Dessa afirmação podemos ainda nos indagar: quais condições materiais de produção tornam possível e necessária a transição a uma sociedade sem classes? É exatamente nesse contexto que o problema do tempo de trabalho coloca-se como elemento fundamental da análise sobre as transformações produtivas no capitalismo, sobretudo, se estamos colocando à prova a possibilidade de mensuração aritmética de determinação do valor do trabalho. Analisemos mais de perto.

Para Marx, o tempo é a medida do trabalho e o tempo de trabalho a medida do valor, mas nunca medida de riqueza. A função social dessa determinação implica pelo menos três pressuposições. A primeira é a de que *“a negação do repouso, como mera negação, como sacrifício ascético, não cria nada. Um indivíduo pode se mortificar, martirizar-se, etc., todo o dia como os monges, etc., e este quantum de sacrifício ocasionado por ele não serve absolutamente de nada”*⁵⁹, isto é, não cria valor algum do ponto de vista do processo de valorização do capital. A segunda é a de que *“para o operário uma hora de trabalho pode sempre ser um sacrifício igualmente grande. Porém, o valor das mercadorias em modo algum depende de seus feelings, nem tampouco o valor de sua hora de trabalho”*⁶⁰, ou seja, a universalização da forma valor tem relação direta com sua própria existência. Por fim, a terceira seria a de que, se o valor do trabalho é medida de valor, ele não pode ter valor em si; como medida de todas as relações de produção, o valor, como grandeza, deve isentar-se de um valor próprio.

O tempo de trabalho apresentado, dessa forma, como medida do valor, não tendo valor em si mesmo. Se for medida, deve “abstrair-se” de qualquer possibilidade real de

⁵⁸ MARX *apud* ROSDOLSKY, R., *Gênese, op. cit.*, p. 353.

⁵⁹ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 122.

⁶⁰ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 123.

quantificação de si. Fundamenta-se como um elo a quantificação geral de valores de troca com base em um tempo socialmente médio despendido para a produção de determinadas mercadorias, em um determinado momento da evolução das forças produtivas.

Dentro dessa perspectiva, abre-se a questão do aumento da produtividade pela constante inserção de novas tecnologias à produção, que tenderia a liberar uma quantidade de tempo de trabalho não mais necessária à determinada produção. Desse processo constante do capital que está fundamentado e fundamenta o caráter contraditório entre a expansão das forças produtivas e a dependência essencial do tempo de trabalho para a constituição de mais-valia, Marx projeta a possibilidade de constituição de uma nova sociedade socialista.

A discussão mais disseminada sobre este ponto teria sido enunciada após a publicação dos *Grundrisse* em 1939, discussão esta que daria vazão a múltiplas interpretações da obra de Marx, da teoria do valor e do tempo de trabalho em especial⁶¹. A questão é a seguinte: nos *Grundrisse*, estaria Marx falando de uma transformação já no interior das sociedades capitalistas, de uma convivência entre duas forças realmente antagônicas ou tratar-se-ia de uma projeção teórico-histórica da transformação da produção em uma sociedade de transição como a socialista?

Um dos primeiros a tratar esse tema foi Marcuse em seu livro *A Ideologia da Sociedade Industrial*⁶². Sua opção é clara e tornou-se a perspectiva hegemônica durante o século XX. O autor nos sugere a possibilidade do desenvolvimento de “*tendências*

⁶¹ DUSSEL, E., *La Producción Teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. México: Siglo Veintiuno, 1998.

⁶² MARCUSE, H.. MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 79.

centrífugas de dentro e de fora”⁶³ que conteriam a produtividade e a repressão crescentes. Ao citar Marx⁶⁴, dimensiona — e aqui está o ponto que nos interessa — a automatização como sendo um desdobramento do progresso técnico, e não apenas como um processo quantitativo de acúmulo de forças produtivas. A automatização é concebida pelo autor como um conjunto de elementos que poderia catalisar a transformação estrutural da sociedade capitalista. A luta no contexto do progresso técnico poderia dar início e, nesse sentido, fundamentaria a forma de transgressão de um modo de produção a outro.

“A automatização, ao se tornar o *próprio* processo de produção material, revolucionaria a sociedade inteira. O esbulho da força de trabalho humano, levado à perfeição, destruiria a forma espoliada pelo rompimento dos laços que atam o indivíduo à máquina — o mecanismo pelo qual o seu próprio trabalho o escraviza. A automatização completa na esfera da necessidade abriria a dimensão do tempo livre como aquela em que a existência privada e social do

⁶³ *Idem, op. cit.*, p. 51.

⁶⁴ “Com o progresso de grande escala, a criação da riqueza real depende menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho gasta do que do poder do instrumental (*Agentien*) posto em movimento durante o tempo de trabalho. Esses instrumentais e sua poderosa eficácia não estão em proporção alguma ao tempo imediato exigido pela sua produção; sua eficácia depende. Antes, do nível de progresso da ciência e tecnológico alcançado; em outras palavras, da aplicação dessa ciência à produção... O trabalho humano não mais parece, então, incluído no processo de produção – em vez disso, o homem se relaciona com o processo de produção como supervisor e regulador (*Wächter und Regulator*)... Fica fora do processo de produção em vez de ser o seu principal agente... Nessa transformação o grande pilar da produção e riqueza não é mais o trabalho imediato desempenhado pelo próprio homem, nem o seu tempo de trabalho, mas a apropriação de sua produtividade universal (*productivkraft*), isto é, seu conhecimento e seu domínio da natureza por meio da existência social (*des gesellschaftlichen Individuums*). O roubo do tempo de trabalho alheio, no qual ainda assenta atualmente a riqueza [social], parece então uma base mesquinha em comparação com as novas bases criadas pela própria indústria de grande escala. Assim que o trabalho humano, em sua forma imediata, deixe de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixará de ser, tendo necessariamente de deixar de ser a medida do valor de uso. O excedente de trabalho da massa [da população] terá, assim, deixado de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza social (*des allgemeinen Reichtums*) e o ócio de uns poucos terá deixado de ser a condição para o desenvolvimento das faculdades intelectuais universais do homem. A forma de produção que assenta no valor de troca, assim, sucumbirá...” In: MARCUSE, H., *A Ideologia da Sociedade Industrial*, *op. cit.*, p. 52.

homem constituiria ela própria. Isso seria a transcendência histórica rumo a uma nova civilização.”⁶⁵

Dessa formulação, levada ao exagero, podemos identificar alguns desdobramentos, como, por exemplo, a tese de que o comunismo teria surgido nos “interstícios” do capitalismo. Como indica Nicolas-Le-Strat,

“Nos interstícios da produção, os indivíduos [segundo Gorz], redescobririam aquilo que dá a qualidade de sua existência – dos valores não imediatamente quantificáveis, do tempo livre de cálculo e do rendimento, de uma auto-apropriação das causas de sua ação, dos compromissos voluntários e reflexivos... até a (...) esfera da integração social.”⁶⁶

A libertação da classe trabalhadora dos “grilhões” que a acorrenta seria anterior à própria sociedade socialista ou comunista. Como sugere Marcuse: “*O socialismo deve tornar-se realidade com o primeiro ato da revolução porque já deverá estar na consciência e na ação dos que realizam a revolução.*”⁶⁷ Devemos deixar claro, antes de tudo, que tal proposição está assentada no terreno do idealismo, no qual uma consciência política surgiria antes mesmo das bases materiais que a possibilitariam. No entanto, o que nos interessa aqui é problematizar a tese segundo a qual possibilidades de materialização de relações de produção comunistas — ainda no capitalismo — seriam constituídas, isto é, como nos sugere Gorz em *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*⁶⁸, a tese de que hoje

⁶⁵ MARCUSE, H., *A Ideologia da Sociedade Industrial*, op. cit., p. 53 – grifos do autor.

⁶⁶ NICOLAS-LE-STRAT, P. “Travail e constitution du sens à propos d’André Gorz”. In: *Futur Antérieur*, 1996/2, n°35-36, p. 103.

⁶⁷ MARCUSE, H., *A Ideologia da Sociedade Industrial*, op. cit., p. 57.

⁶⁸ GORZ, A.. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005. Discutiremos mais de perto a perspectiva de Gorz quanto ao trabalho imaterial no capítulo três dessa tese. Não obstante, devo adiantar que não compartilho da tese de que existiriam outros modos de produção, como por exemplo, o

vários modos de produção conviveriam no interior da sociedade capitalista e que o trabalho imaterial seria expressão de uma tendência geral em construção.

Voltando aos *Grundrisse*, vemos que Marx qualificou a constituição de algumas relações sociais como necessárias à criação de um tempo liberado que revolucionasse a lei do valor. São elas: 1. um alto nível de produtividade e de relativa abundância, pensada como relação direta entre capital circulante e capital fixo; e 2) a necessidade de uma população excedente, como também de uma produção excedente. Para Marx, a criação de *tempo disponível*⁶⁹, ao longo do tempo necessário à produção, tem assim, relação direta com a criação de tempo de não-trabalho. Do ponto de vista do capital, esse não-trabalho, esse tempo disponível, provém exatamente da redução de tempo de trabalho necessário. Dessa forma, para que o capital cresça, ele:

“(...) aumenta o tempo de mais-trabalho mediante todos os recursos da arte e da ciência, pois sua riqueza consiste diretamente na apropriação do tempo de mais-trabalho; *seu objetivo é diretamente o valor*, não o valor de uso. Assim, *malgré lui* desta condição, serve de instrumento para a criação de tempo disponível em escala social, para reduzir a um mínimo decrescente o tempo de trabalho de toda a sociedade e assim, tornar livre o tempo de todos para o próprio desenvolvimento dos mesmos.”⁷⁰

A tendência geral seria, então, a de criar tempo disponível. Contudo, quando o capital realiza tal tendência, cria mais tempo de mais-trabalho. Assim, a produção de valores de troca apresenta-se tendencialmente cada vez menos dependente do tempo de

“*comunismo do saber*” (pp. 10, 11 e em especial o capítulo III: “Rumo a um comunismo do saber?...”), no interior da sociedade capitalista hoje.

⁶⁹ No original em Inglês: *disposable time*, várias passagens: MARX, K., *Borrador, op. cit.*, pp. 216-237.

⁷⁰ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, pp. 231-232.

trabalho, entretanto só se fundamenta, como valor de troca, com base em quantidades dele mesmo (de tempo de trabalho).

“Quanto mais se desenvolve esta contradição, mais se faz evidente que o crescimento das forças produtivas já não pode estar ligado à apropriação de *surplus labour* alheio, mas sim que a massa operária mesma deve se apropriar de seu mais-trabalho.”⁷¹

Dessa forma, o tempo necessário como medida de trabalho deixaria de existir. O tempo disponível deixaria de ter uma forma antitética com relação ao tempo de trabalho, passando a ser governado por um tempo necessário, aquele pautado nas necessidades dos indivíduos sociais. Com isso, o desenvolvimento das forças produtivas sociais encontraria uma produção nunca antes vista e que, mesmo sendo calculada com base no interesse comum, ainda produziria tempo disponível, “(...) *já que a riqueza real é a força produzida desenvolvida de todos os indivíduos. O tempo de trabalho, já não é então, de modo algum, a medida da riqueza, mas sim o tempo disponível.*”⁷² O tempo de trabalho deixa de ser medida de valor, pois, por um lado, transforma a atividade do trabalhador em uma atividade de vigilância e regulação e, por outro, o produto do trabalho deixa de ser produto imediato, isolado, passando a ser uma combinação do trabalho social. A atividade social, nesse modelo, substitui aquele conjunto de indivíduos que formava a figura produtora, o trabalhador coletivo.

Esta questão — central para pensarmos a formação do trabalho imaterial hoje — deve ser remetida a algumas problematizações importantes. A primeira delas seria a do desenvolvimento do capital fixo. Fausto, em seu ensaio intitulado “A ‘*pós-grande indústria*”

⁷¹ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, pp. 232.

⁷² MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 232.

nos Grundrisse (e para além deles)”⁷³, dialoga com os *Grundrisse* indicando a presença de uma terceira forma de indústria que, em conjunto com a manufatura e a maquinaria, fecharia a seqüência lógica de desenvolvimento da sociedade capitalista e remeteria, necessariamente à criação de uma nova sociedade.

Na prática, a descrição que o autor realiza mostra que, na manufatura, a subsunção do trabalho ao capital era apenas formal. Havia, assim, uma oposição não plena entre indivíduos e condições objetivas. Com a maquinaria a subordinação torna-se plena. Como Marx frisou, a subsunção se torna real, isto é, não é informada apenas por algo externo à produção, mas também e centralmente pela própria objetividade da máquina, pelo sistema de máquinas ao qual o coletivo de trabalhadores está subordinado.

Constituir-se-ia, assim, uma oposição plena entre os produtores e as condições objetivas de produção. Nas palavras de Fausto, com a industrialização, verificar-se-ia uma subsunção formal-material do trabalho ao capital. Com a formação da “pós-grande indústria” criou-se uma outra e terceira forma. “*O homem não é mais sujeito do processo de produção (...) O homem é de certo modo 'posto para fora', liberado (freigesetzt) do processo, mas é assim mesmo que ele passa a dominar o processo.*”⁷⁴ A última reestruturação da produção com base no desenvolvimento da automação teria constituído uma nova condição de subordinação que não necessitaria mais de uma subordinação material do trabalho ao capital. A tese de Fausto é, portanto, a de que na “pós-grande

⁷³ FAUSTO, R.. “A pós-grande indústria nos *Grundrisse* (e para além deles)”. In: *Lua Nova*, 1989, n° 19, pp. 47-67.

⁷⁴ FAUSTO, R., “A pós-grande indústria nos *Grundrisse* (e para além deles)”, *op. cit.*, p. 52 - grifos do autor.

indústria” a subordinação material desapareceria, dando lugar a uma subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital.⁷⁵

Há, dessa forma, uma relativização da ruptura entre trabalho vivo e trabalho passado. A ciência contida na máquina a caracterizaria como uma força de trabalho intelectual, pois não necessitaria quase nunca de trabalho para estar em ação. A condição de vigia e supervisor da máquina, não implicaria, assim, a existência ativa do trabalhador. *“O autômato [diz Fausto] é agora autômato espiritual, não simples autômato ‘vivo’”*.⁷⁶ Aqui, o autor nos sugere uma retomada da presença ativa e do domínio do trabalhador no processo produtivo. Mas também podemos sugerir, desdobrando a lógica de Fausto, o retorno do processo de produção como processo de trabalho. Haveria, nestes termos, uma retomada do princípio subjetivo da manufatura; não se trataria do retorno à forma manufatura, mas de uma analogia. Isto seria posto por uma inadequação entre capital e a sua forma material. *“Assim, o capital que era uma alma apetitiva (ele tem ‘fome devoradora’) (Heisshunger) de trabalho alheio (...) se apossa de um intelecto, mas acaba sendo dominado por ele.”*⁷⁷

Fausto considera tanto a segunda forma de subsunção (formal-material), quanto a terceira (formal-intelectual) como subsunções reais. Nesse tipo de produção, no qual o tempo de trabalho não se coloca como fonte primeira de riqueza, mas sim como forma de aplicação tecnológica da ciência, o trabalhador passaria de mediador a sujeito do processo de trabalho. A subjetividade é reclamada porque a formação do valor estaria ancorada no processo, no “durante”, na capacidade intelectual e física despendida durante uma quantidade de tempo, no que concerne à qualidade da execução, da realização do trabalho e

⁷⁵ *Idem, op. cit.*, p. 60.

⁷⁶ *Idem, op. cit.*, pp. 58-59.

⁷⁷ FAUSTO, R., “A pós-grande indústria nos *Grundrisse* (e para além deles)”, *op. cit.*, p. 59 - grifos do autor.

da sua apropriação pelo trabalhador. *"A valorização não é mais a cristalização de um tempo posto. Ela se dá no tempo. De certo modo, o tempo volta a sua imediatidade. A 'valorização' se liberta do tempo de trabalho, mas com isto ela não será mais valorização."*⁷⁸ Estes fatores caracterizariam o desenvolvimento do indivíduo social. Ele seria na prática, segundo Fausto, interpretando Marx, o grande pilar da produção e da formação de riqueza da nova sociedade.

Com base em nossa leitura dos *Grundrisse* e contrariamente a tese de Fausto, podemos inferir em Marx a tese de que hoje desenvolver-se-ia um novo quadro de subsunção do trabalho ao capital. No entanto, seria precipitado conduzir a leitura da chamada "pós-grande indústria" no sentido de apontá-la como local revolucionário-libertador da classe trabalhadora. Como sugerimos inicialmente, a contradição interna imposta pela socialização crescente das forças produtivas e os limites das relações produtivas capitalistas estabelecem as bases para uma possível ruptura. O diagnóstico estaria feito dessa forma. O problema estaria nesse sentido em analisar formações sociais específicas, cujas classes sociais pudessem tomar proveito dessas contradições político-sociais hoje presentes.

Como nos indica Prado⁷⁹, o desenvolvimento da grande indústria levaria o capitalismo a uma fase de transição, "pós-grande indústria", na qual a produção não seria mais inteiramente dependente do tempo de trabalho. A produção passaria, assim, a depender também de outros fatores, como uma produção social que seria utilizada durante o tempo de trabalho. Citando Marx, Prado nota que o "(...) estado geral da ciência e do

⁷⁸ FAUSTO, R., "A pós-grande indústria nos *Grundrisse* (e para além deles)", *op. cit.*, p. 50.

⁷⁹ PRADO, E., "Uma crítica à economia política do imaterial". In: *Outubro*, 2004, n° 11, pp. 45-70.

progresso técnico ou da aplicação da ciência à produção”⁸⁰ aparecem como elementos centrais e distintos do tempo de trabalho para a constituição do valor. Ele frisa ainda que, em Marx, esta seria a última fase do desenvolvimento da relação entre valor e da produção baseada no valor. A tendência estaria exposta e as bases materiais estariam dadas.

No entanto, podemos afirmar que nada garantiria a superação do capitalismo, pois, não se trata de uma transformação desvinculada da formação de um projeto político e revolucionário. Uma tal transformação não se fundamenta em uma espontaneidade do movimento econômico instaurado pela evolução das forças produtivas.

Prado ainda nos sugere uma análise interessante sobre a “pós-grande indústria” em Marx. Ele dirá que com a maquinaria — ou com a grande indústria — instalou-se uma produção que, primeiro, estabelece a homogeneização dos produtos e, segundo, na qual a produtividade seria dada pela quantidade; um tipo de produção onde o tempo gasto é central, e sua redução um componente central para a estratégia capitalista de aumento da produtividade. Na “pós-grande indústria”, sugerida por Marx, estabelecer-se-ia uma monstruosa heterogeneidade de produtos, sendo essa heterogeneidade determinada por uma produtividade pautada na qualidade e não na quantidade dos produtos. Não haveria, dessa forma, uma busca desenfreada pela redução do tempo de trabalho. Aproximar-nos-íamos de uma produção de tipo artístico, baseada no trabalho intelectual. No entanto, o que vemos hoje com o processo de automação é uma altíssima produtividade do trabalho, com pouco trabalho e quantidades muito grandes de mercadoria com baixa qualidade e durabilidade,

⁸⁰ PRADO, E., “Uma crítica à economia política do imaterial”, *op. cit.*, p. 58.

pois, empregam-se crescentemente conhecimentos científicos e tecnológicos na produção, com vistas a economizar tempo de trabalho.⁸¹

Reverendo a ousada interpretação de Fausto dos *Grundrisse* percebemos que, de certa forma, ela está presa a uma lógica formalista do processo histórico. A ordem histórica está presa à ordem lógica, isto é, a um conjunto de abstrações conceituais que seriam construídos antes mesmo da própria história⁸². Essa interpretação, por sua vez, está ligada ao fato de que nos *Grundrisse* a “pós-grande indústria” não teria sido elaborada por Marx e que sua análise neste livro seria otimista, pois apresentaria, com base na redução do tempo de trabalho, uma ruptura qualitativa com a produção capitalista. Os *Grundrisse* sondariam modificações na estrutura da produção que podem gerar uma ruptura qualitativa. No entanto, essas rupturas não são apreendidas como rupturas de fato, mas sim como negações dentro da forma específica da produção. Acrescente-se que tais negações não são apresentadas como uma terceira forma — coisa que o próprio Fausto propõe.

Para Fausto, o modo de produção capitalista aumentou sua longevidade, todavia uma possível ruptura passaria a ser entendida como auto-ruptura do sistema, mesmo que não se abandone a idéia de revolução. A tese de Fausto fundamenta-se na indicação de que *"a grande indústria aparece como a negação do processo de trabalho, [já] a pós-grande indústria é a segunda negação do processo de trabalho, e na realidade a negação da negação."*⁸³ O que nos parece em Marx estar relacionado a uma sociedade de transição, na verdade, para Fausto, relaciona-se a um terceiro momento do modo de produção capitalista. Fausto indica que no lugar da artificialidade da grande indústria tem-se *"a interiorização e*

⁸¹ PRADO, E., “Uma crítica à economia política do imaterial”, *op. cit.*, p. 59.

⁸² Ver em *A Sagrada Família, a crítica da concepção especulativa*. MARX, K. & ENGELS, F.. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁸³ FAUSTO, R., “A pós-grande Indústria nos *Grundrisse* (e para além deles)”, *op. cit.*, p. 49.

objetivação de processos naturais. E sendo a interiorização intelectualização do objeto, a objetivação é posição do 'intelecto geral'.”⁸⁴ Segundo ele, não haveria nenhuma garantia de que haja uma libertação do trabalhador da subordinação formal-intelectual, na qual o trabalhador encontra-se como uma espécie de “servidor” do autômato intelectualizado. Entretanto, a conversão do trabalhador em apêndice da máquina se alteraria.

O trabalho não estaria, assim, diretamente incluído no processo de produção, já que o trabalhador tornou-se um guardião, um regulador do sistema de máquinas, isto é, o trabalhador tem transformada a sua condição, passa de suporte e mediador para sujeito, vigia do processo de produção.

“O sujeito 'homem' emerge de um processo em que ele era apenas termo médio. A noção de vigia (*Wächter*) da máquina — ou antes o verbo *überwachen*, vigiar - havia sido utilizada no nível anterior... que correspondia à função de suporte e mediador. Aqui o termo *Wächter* denota não mais uma função de suporte, mas uma função de sujeito, isso porque se alterou a natureza da maquinaria. De certo modo, se passa de um genitivo subjetivo (guardião da máquina, guardião que está a serviço da máquina) a um genitivo objetivo (guardião da máquina, guardião que tem por objeto a máquina).”⁸⁵

Acreditamos que a leitura de Fausto sobre os *Grundrisse*, a nosso ver equivocada, repousa na pressuposição de que as formas de libertação do trabalho se consolidariam ainda na sociedade capitalista. A evolução do sistema levaria à ruptura, sem a necessidade da constituição de sujeitos revolucionários, num quadro de antagonismo direto entre as classes sociais, ou de um movimento social organizado em torno de um programa político

⁸⁴ FAUSTO, R., “A pós-grande Indústria nos *Grundrisse* (e para além deles)” *op. cit.*, p. 57.

⁸⁵ FAUSTO, R., “A pós-grande Indústria nos *Grundrisse* (e para além deles)”, *op. cit.*, p. 59.

revolucionário. Existiria uma determinação intrínseca à ruptura e que, em certo sentido, colocariam as possibilidades histórico-políticas para sua construção em segundo plano. As formas de organização da produção quebrariam, assim, a estrutura de dominação com base em sua lógica interna. A presença do movimento geral das forças produtivas seria então o elo de explicação para tal acontecimento, independentemente das lutas políticas presentes em diferentes formações sociais.

Notamos, com base nos *Grundrisse*, que os elementos constituintes de uma possível ruptura se articulariam entre as relações de produção e as forças produtivas e as relações que se estabelecem entre trabalhadores e capitalistas. Contrariamente, Fausto parece entender, a partir de Marx, a presença de uma determinação interna ao movimento de extração de mais-valia que viria implodir o modo de produção capitalista. Esta afirmação desconsidera a luta de classes como formulação central da problemática de Marx, isolando uma lógica tendencial exposta por Marx nos *Grundrisse* de todo o conjunto de sua obra.

Marx fundamenta a hipótese de que as possibilidades do desenvolvimento do trabalho dentro da lógica do tempo livre estão ligadas ao conjunto da organização da produção social, ou seja, não podemos falar em tempo livre, sem que haja uma contaminação geral de toda a sociedade e que toda ela esteja empenhada ativamente em exercer esse tempo. Como nos lembra Marx:

“O trabalho da produção material só pode adquirir esse caráter [livre]
1) se está posto seu caráter social, 2) se é de índole científica, como trabalho geral, não esforço do homem enquanto força natural adestrada de determinada maneira, mas como sujeito que se apresenta no processo de produção, não sobre uma forma meramente natural,

espontânea, mas como atividade que regula todas as forças da natureza.”⁸⁶

A questão geral de Marx parece nos remeter a uma estrutura e a formações sociais completamente distintas das do capitalismo. O trabalho liberado não pode estar articulado a qualquer forma de trabalho forçado e o tempo de trabalho necessário à produção das necessidades sociais historicamente determinadas, bem como não estaria relacionado a uma quantidade gigantesca de excedentes como as presentes no capitalismo hoje. A produção socialista não teria como base a produção de enormes excedentes, pois não estaria baseada numa população excedente. A produção seria, dessa forma, determinada por uma apropriação sistemática do tempo de trabalho, que fora reduzido ao movimento da ciência e que estaria socialmente universalizado pela produção. Ter-se-ia um processo de socialização radical da produção. Não queremos aqui negar a necessidade da produção de uma quantidade de excedente. Gostaríamos apenas de afirmar que a produção socialista não se orientara para este fim. Nesse sentido, tempo de trabalho e tempo livre tendem a se tornar equivalentes, no sentido em que a separação dos trabalhos predominantemente manuais e intelectuais tenderia a desaparecer.

Essa problematização que Marx realiza da sociedade capitalista para a compreensão do socialismo implica considerar que as confrontações entre tempo de trabalho e tempo liberado, desenvolvimento das forças produtivas (em especial da ciência) e desenvolvimento do indivíduo social ou do intelecto geral *só podem ser pensadas no quadro de uma sociedade de transição socialista*. Trata-se de uma estrutura social que

⁸⁶ MARX, K., *Borrador*, *op. cit.*, p. 120.

deve ser vislumbrada com base na relação entre a dinâmica imposta pelas forças do desenvolvimento produtivo e a luta político-histórica específica de cada formação social.

I.3.1. Produção industrial e serviços, trabalho produtivo e improdutivo

As mutações no processo de produção hoje nos remetem a algumas interrogações importantes sobre a relação entre tempo de trabalho e tempo livre. São elas: a relação social geral de produção e reprodução da vida social foi estruturalmente transformada? O eixo de criação da riqueza, pautado pelo processo de valorização do capital, sofreu algum abalo estrutural a ponto de pensarmos a superação da produção de mais-valia como objetivo geral da sociedade capitalista? Estas questões estão particularmente relacionadas com a compreensão da relação entre trabalho produtivo e improdutivo hoje; e estes, por conseguinte, relacionam-se ao crescimento do setor de serviços na sociedade capitalista.

Partimos da tese de Marx de que são produtivos somente aqueles trabalhos coletivos que têm a capacidade de subordinar as forças da natureza aos seus próprios interesses. Rosdolsky nos introduz ao tema lembrando que:

“Ao diferenciar trabalho que cria valor e trabalho que conserva valor Marx sepultou as teorias apologéticas burguesas que pretendem identificar a origem do lucro nos ‘serviços produtivos [que] os meios de produção prestam [...] em virtude de seus valores de uso no processo de trabalho.’”⁸⁷

É interessante lembrar que esse sepultamento ao qual se refere Rosdolsky não foi de todo eficiente. Faltou uma pá de cal, pois hoje vemos essa tese reaparecer, por exemplo, em Gorz, quando discute as formas de universalização do trabalho abstrato por meio do

⁸⁷ ROSDOLSKY, R., *Gênese, op. cit.*, p. 189.

trabalho imaterial, tendo como fundamento a tese de que o conhecimento — força produtiva entendida como incomensurável e substrato presente no trabalho imaterial — tornar-se-ia a nova fonte da criação da riqueza desvinculada da economia fundada no tempo de trabalho, base dos valores de troca⁸⁸. Vejamos como Marx trabalha a relação do produtivo e do improdutivo no *Capítulo VI*.

A afirmação central de Marx quando discute essa questão é a de que o fim imediato e produto por excelência do capital é a mais-valia. Dito isto, produtivo é aquele trabalho que produz diretamente mais-valia, por consequência, somente produtivo é aquele trabalhador que produz diretamente mais-valia, isto é, “(...) *só aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital.*”⁸⁹ Do ponto de vista somente do processo de trabalho, é produtivo aquele trabalho que realiza um produto. Já do ponto de vista do processo de produção (processo de trabalho + processo de valorização), é produtivo somente o trabalho que cria mais-valia, que valoriza diretamente o capital — aquele capital que é constituído como parte não paga do trabalho explorado, isto é, sobretabalho. É produtivo aquele trabalho que serve como instrumento direto ao capital para sua autovalorização. No processo de subordinação real do trabalho ao capital, ou seja, no modo de produção especificamente capitalista, o agente individual não é o centro da produção, mas sim um trabalho socialmente combinado.

Nesse processo de produção social, alguns trabalhadores mais ligados aos instrumentos manuais de produção, aos meios de trabalho em geral, outros mais ligados a trabalhos cognitivos — para se usar uma expressão em voga — cooperam para que a

⁸⁸ GORZ, A., *O Imaterial, op. cit.*

⁸⁹ MARX, K.. *Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata*. São Paulo: Moraes, s.d., p. 108. Doravante: *Capítulo VI*.

produção se desenvolva cada vez mais e com isso incorpore uma maior quantidade de funções — mesmo que o número geral de trabalhadores seja reduzido — exploradas e controladas pelo capital. Como sugere Braverman:

“(...) A distinção entre mercadorias sob a forma de bens e mercadorias sob a forma de serviços só é importante para o economista ou estatístico, não para o capitalista. O que vale para ele não é determinada forma de trabalho, mas se foi obtido na rede de relações sociais capitalistas, se o trabalhador que o executa foi transformado em homem pago e se o trabalho assim feito foi transformado em trabalho que produz lucro para o capital.”⁹⁰

Ou ainda com Marx,

“(...) este como diretor (*manager*), engenheiro (*engineer*), técnico e etc., aquele como capataz (*overlooker*), aquele outro como operário manual ou até como simples servente (...) são cada vez em maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção.”⁹¹

Marx indica, por extensão, que a atividade do trabalhador na oficina se realiza materialmente e diretamente no processo de produção do valor, com base na produção de uma massa de mercadorias, não importando sua proximidade ou não com um trabalho de tipo manual direto, sua função específica é apenas uma representação objetiva que o liga ao trabalhador coletivo. Há, nesse processo, uma transformação direta de mais-valia em capital

⁹⁰ BRAVERMAN, H.. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 305.

⁹¹ MARX, K., *Capítulo VI, op. cit.*, p. 110 - Grifos do autor.

e antes dessa transformação uma produção direta de mais-valia, caracterizando, assim, uma atividade produtiva para o capital.

O possuidor da força de trabalho vende aparentemente um trabalho vivo e não uma mercadoria. A premissa, na verdade, é o trabalho assalariado, que entra no processo de circulação. Ademais, sua força de trabalho entra como componente dos valores de troca presentes na mercadoria, mais especificamente como um componente variável desse processo, por um lado, conservando e reproduzindo o capital adiantado e, por outro, aumentando o capital no processo de criação de mais-valia. “*Este trabalho objetiva-se diretamente, no decurso do processo de produção, como grandeza fluida de valor.*”⁹² Marx caracteriza, por conseguinte, algumas indicações sobre a simultaneidade da atividade produtiva ou não produtiva. Pode-se ser assalariado, sem ser produtivo, “*Mas, todo trabalhador produtivo é um assalariado*”,

“Quando se compra o trabalho para o consumir como *valor de uso*, como *serviço*, não para colocar como *fator vivo* no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. O seu trabalho é consumido por causa do seu *valor de uso* e não como trabalho que gera *valores de troca*; é consumido *improdutivamente.*”⁹³

Na produção de serviços não há uma troca de tempo de trabalho por dinheiro (representação monetária do valor); na prática o dinheiro que é trocado por um trabalho é um rendimento, não é capital. “*O dinheiro funciona aqui como meio de circulação, não*

⁹² MARX, K., *Capítulo VI, op. cit.*, p. 111.

⁹³ MARX, K., *Capítulo VI, op. cit.*, p. 111 – grifos do autor.

como capital.”⁹⁴ Assim, não é possível caracterizar “(...) o trabalhador produtivo, pelo fato de ser assalariado”. Quando este trabalhador assalariado está apenas trocando seus valores de uso, ou seja, seus serviços por dinheiro ele não pode ser reconhecido como um trabalhador produtivo, pois não está direta ou indiretamente produzindo valores de troca, mais-valia para o capital⁹⁵.

Para além disso, Marx faz ressaltar algumas formas de produção que estariam vinculadas a formas de transição, formas de subordinação que não se definem pela maneira tipicamente capitalista, isto é, produtoras de mais-valia. Desenvolve, assim, alguns exemplos que ilustram essa necessária diferenciação. A cantora que canta livremente é improdutivo. No entanto, quando vende seu canto é assalariada ou comerciante, já quando vende ao capitalista sua força de trabalho, sua capacidade de cantar, que explora sua capacidade e dela cria mais-valia, é produtiva do ponto de vista do processo de valorização do capital. No entanto, Marx também afirma que tais formas de produção, ainda que existentes, não constituem grandezas significativas, quando comparadas à massa de produção de valor de troca. Dessa forma, pode se observar pelo menos duas indicações gerais sobre a relação entre o trabalho produtivo e o improdutivo em Marx:

⁹⁴ MARX, K., *Capítulo VI, op. cit.*, p. 111.

⁹⁵ Importante mencionar, voltaremos mais detalhadamente a este assunto, e em especial a tese sobre os “empresários sociais”, que Marx já nomeava de apologistas aqueles que caracterizavam todos os trabalhadores assalariados como trabalhadores produtivos, fazendo assim obscurecer o real objetivo da produção capitalista. No caso de Negri, também os capitalistas são considerados como pertencentes a uma rede de trabalho que é consagrada pelo autor como produtiva. Nas palavras de Marx “(...) Este fenômeno, o de que com o desenvolvimento da produção capitalista todos os serviços se transformam em **trabalho assalariado** e todos os seus executantes em **assalariados**, tendo por consequência essa característica em comum com o trabalhador produtivo, induz tanto mais em confusão entre uns e outros quanto é um fenômeno característico da **produção capitalista** e por esta gerado. Além disso, fornece aos apologistas um pretexto para converterem o trabalhador produtivo, pelo fato de ser assalariado, num trabalhador que apenas troca seus **serviços** (quer dizer, o seu trabalho enquanto valor de uso) por dinheiro. Saltam assim comodamente por cima da diferença específica deste ‘trabalhador produtivo’ e da produção capitalista como produção de mais-valia, como processo de autovalorização do capital, cujo único instrumento (**agency**) nele incorporado, é o trabalho vivo. Um soldado é um trabalhador assalariado, recebe soldo, mas não é por isso trabalhador produtivo.” MARX, K., *Capítulo VI, op. cit.*, p. 112-13.

“A diferença entre o trabalho produtivo e o improdutivo consiste apenas em que, em si, o trabalho é trocado por dinheiro como dinheiro e em dinheiro como capital. Sempre que compro uma mercadoria a (sic) um trabalhador, como, por exemplo, no caso do trabalhador independente, do artesão (*self employing labourer, artisan*) etc., a categoria (trabalho) está totalmente fora de questão porque não se dá um intercâmbio direto entre o dinheiro e o trabalho de qualquer índole, mas sim, entre *dinheiro e mercadoria*.”⁹⁶

Ou ainda,

“Aquilo que caracteriza particularmente os trabalhos improdutivos, é que, na compra de todas as mercadorias destinadas a serem consumidas, eu posso utilizá-las na medida em que exploro trabalhadores produtivos. Isso porque de todos os indivíduos, o trabalhador produtivo é o que possui o menor poder para comandar os serviços dos trabalhadores improdutivos. Inversamente, meu poder de empregar trabalhadores produtivos não cresce em nada na medida em que emprego trabalhadores improdutivos, pelo contrário, ele diminui proporcionalmente, ainda que seja obrigado a pagar o máximo pelos serviços *obrigatórios* (Estado, impostos).”⁹⁷

A tendência observada por Marx caracteriza o desenvolvimento capitalista como uma sociedade que tende a reduzir o trabalho produtivo, pensado como tempo de trabalho gasto na produção de mais-valia. Essa tendência, como um processo inevitável para a manutenção da reprodução da vida burguesa, já que o capital precisa ampliar-se constantemente, prevê a caracterização do aumento do setor de serviços em detrimento do

⁹⁶ MARX, K., *Capítulo VI, op. cit.*, p. 119 – grifos do autor.

⁹⁷ MARX, K.. *Oeuvres – Économie II*. Paris: Gallimard/Bibliothèque de la Pléiade, 1968, p. 397. Doravante: *Oeuvres*.

setor produtivo e a da substituição do trabalho produtivo por trabalho improdutivo. Como Dangeville indica na apresentação da edição francesa de *Un Chapitre Inédit du Capital*:

“Marx nos engaja completamente na história e na dialética: ele não pretende de alguma forma nos ensinar quais trabalhos — os ‘produtivos’ — serão mantidos na sociedade futura: fazer isto seria utópico e reacionário. Ele demonstra, muito mais, como a sociedade capitalista é cada vez menos produtiva e cada vez mais improdutivo, segundo os seus próprios critérios de apreciação.”⁹⁸

No entanto, Marx propõe algumas distinções quando faz referência ao trabalho imaterial⁹⁹ e ao seu caráter improdutivo. Indica a existência de mercadorias que circulam independentes de seus produtores e de uma matéria física. Elas podem circular no intervalo entre a produção e o consumo; como os produtos artísticos: livros, quadros, esculturas, e outros. Marx indica que essa possibilidade não é especificamente marcada pelas relações capitalistas de produção, isto é, elas consagram, na prática, uma subordinação apenas formal do trabalho ao capital. Tais produtores, segundo ele, trabalham para um capital comercial, que como tal não fundamenta o núcleo de valorização do capital. Ou ainda, no caso em que o produto não é separável do ato de produção, por exemplo, os professores de instituições de ensino são “(...) *para o empresário da fábrica de conhecimento (...) meros assalariados.*”¹⁰⁰

Vemos, assim, que os conteúdos materiais presentes nos produtos não são o ponto central para pensar o caráter produtivo ou não do trabalho. Na verdade, tais mercadorias são depositárias dessas relações sociais, a matéria aí presente não dá o sentido da relação social;

⁹⁸ DANGEVILLE, R.. *Un chapitre Inédit du Capital*. Paris: 10/18, 1971, p. 59.

⁹⁹ Na tradução de Dangeville, do alemão para o francês, a expressão não-material é também utilizada. *Un Chapitre...*, *op. cit.*.

¹⁰⁰ MARX, K., *Capítulo VI*, *op. cit.*, p. 120.

pelo contrário, o que dá sentido para a matéria é o conjunto de relações sociais que tem como objetivo a produção de mercadorias¹⁰¹.

Trata-se, dessa forma, de determinar uma relação produtiva ou não, uma relação que não está diretamente determinada pela matéria do produto em si, mas pela forma na qual tal produto foi transformado. A materialidade das relações sociais não está ligada a “coisalidade” do mundo¹⁰², pois “(...) *certas prestações ou valores de uso que são o resultado de certas atividades ou de certos trabalhos materializam-se em mercadorias; outras, ao contrário, não deixam nenhum vestígio palpável, resultado evidente da pessoa: o resultado não é uma mercadoria suscetível de ser vendida.*”¹⁰³

Para que fique claro, consideramos a distinção de Marx entre trabalho produtivo e improdutivo com base em três pressuposições. A primeira é a de que o trabalho abstrato é a forma mais genérica de produção de mais-valia. No entanto, (segunda distinção) o trabalho abstrato não é o contrário de trabalho concreto e sim o contrário de trabalho livre. Como nos lembra Lessa: “*Trabalho abstrato é o trabalho explorado pelo capital, alienado pelo fetichismo na mercadoria. O contrário de trabalho abstrato é o trabalho emancipado, é a livre ação dos produtores associados no comunismo.*”¹⁰⁴ Em terceiro, podemos indicar que o trabalho abstrato só é produtivo porque cria mais-valia, se não o faz ainda pode continuar a ser abstrato, estando, dessa forma, no terreno do consumo. Provém de atividades que mesmo que não produzam mais-valia, não deixam de ser essenciais para que o capital se

¹⁰¹ PRADO, E.. "Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo – uma crítica à A. Negri e M. Hardt". In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Revan, n° 17, 2003.

¹⁰² Essa expressão foi desenvolvida por LESSA, S., *Para Além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*, op. cit., p. 51. Em tempo, Lessa dentro da sua nomenclatura, nos diz que: “*As lutas de classe, os complexos ideológicos como a arte, a assistência social, a religião, a política, a educação etc., (...) são entes que apenas existem como complexos sociais. A história não é a história da espécie **Homo sapiens**, mas a história do desenvolvimento das relações sociais, das sociedades humanas.*” p. 50.

¹⁰³ MARX, K., *Oeuvres*, op. cit., p. 396.

¹⁰⁴ LESSA, S., *Para Além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*, op. cit., p. 25.

reproduza. Em resumo, o trabalho tem a “função” específica no capitalismo de criar mais-valia. Nas várias formas de trabalho abstrato há aqueles que produzem mais-valia e aqueles que vendem mais-valia — são respectivamente trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

I.4. Capital fixo e forças produtivas: a máquina como representação da dominação de classe

Partimos aqui de uma afirmação presente nos *Grundrisse* que nos parece importante para destacar as teses que fundamentam algumas teses das teorias sobre trabalho imaterial na atualidade. A apropriação da força de trabalho pelo capital caracteriza-se como um meio eficaz para explicitar como Marx considerava ser tal apropriação um processo global e não restrito à subordinação imediata do trabalhador coletivo, com base em singulares meios de produção historicamente constituídos.

Rosdolsky¹⁰⁵ ressalta o que nos parece central para caracterizar o processo geral de exploração do trabalho no capitalismo. O autor informa que em uma relação já objetivada no capitalismo — em que o trabalhador é obrigado a se submeter à vontade do capitalista, o capital controla de maneira objetiva as formas de constituição e de produção material e intelectual das necessidades sociais.

A apropriação e a exploração do trabalho são, assim, controladas pelo capital não somente como matéria e instrumento, mas ele também como os valores de troca presentes nos produtos que são utilizados na produção. Dessa forma, a força de trabalho agregada aos produtos já objetivados não é paga pelo capitalista. “*Portanto, o capital não paga por ela, assim como não se paga ao trabalhador porque este sabe pensar etc. (...) Se o capital*

¹⁰⁵ ROSDOLSKY, R., *Gênese, op. cit.*.

devesse pagar por ela no mesmo instante deixaria de ser capital.”¹⁰⁶ Com base nessa assertiva, pode-se considerar os meios de produção, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, como um eixo estruturante para a produção de mais-valia relativa. Estes também caracterizam — a cada novo momento de reestruturação da produção — novas formas de exploração do trabalho pelo capital que, por sua vez, qualificam a necessidade de transformação constante do capital em geral, isto é, a própria luta de classes na produção.¹⁰⁷

Como nos sugere Magaline:

“(…) Mais que uma 'dominação' exterior das relações de produção 'sobre' as forças produtivas, as análises de Marx fazem aparecer um processo de 'materialização' das relações de produção 'num' sistema de forças produtivas determinado. O grau desta 'materialização' (que se estende sobre um longo período histórico) é o indício da dominação das relações de produção, isto é, também da classe portadora de tais relações sobre o processo de produção.”¹⁰⁸

¹⁰⁶ ROSDOLSKY, R., *Gênese, op. cit.*, p. 188.

¹⁰⁷ A luta de classes na produção não poderia ser examinada como uma luta puramente econômica *entre* o proletariado e a burguesia. Contrariamente, deveria ser entendida como uma luta da burguesia *contra* o proletariado. Em resumo, a luta de classes na produção seria um processo de contínua desvalorização da força de trabalho com vistas, finalmente, ao processo de valorização do capital. O objetivo da luta de classe na produção seria, portanto, o de desvalorização do trabalho. Como sintetiza claramente Magaline: “*Se o trabalho concreto é sempre determinado pelo trabalho abstrato, quer dizer, pelo trabalho que valoriza o capital, o 'valor de uso' da força de trabalho é a sua aptidão para se inserir num processo de valorização do capital, nas condições 'técnicas' determinadas pelo capital, num momento e num lugar dados.*” MAGALINE, A. D., *Luta de Classes e Desvalorização do Capital*. Lisboa: Moraes, 1977. “*A unidade que Magaline dá à problemática das forças produtivas/relações de produção permite analisar tais elementos como meios do capital para a desvalorização da força de trabalho. O capital, em consequência, pode ser visto como uma conjunção de esforços históricos das classes dominantes na tentativa de sua valorização. “Devemos reter que a diferença na perspectiva de Magaline não está na caracterização de uma autonomia das relações de produção frente às forças produtivas, mas sim de afirmá-las enquanto unidade contraditória presente no processo de produção capitalista. Mesmo que, em última instância, as relações de produção apareçam como elemento decisivo e determinante, visto que as forças produtivas seriam entendidas como materialização dessas relações, não se submetendo arbitrariamente à autonomia nem de uma nem de outra relação social. Vale dizer que esta arbitrariedade, ou seja, a própria construção da história, cabe aos sujeitos que detêm as formas de realização do capital.*” AMORIM, H., *Teoria Social e Reduccionismo Analítico, op. cit.*, p. 177 e 185, respectivamente.

¹⁰⁸ MAGALINE, A.D., *Luta de Classes e Desvalorização do Capital, op. cit.*, p. 56.

Marx sugere nos *Grundrisse* que, em um estágio do desenvolvimento dos meios de produção, colocados a serviço do capital como capital fixo, caracterizar-se-ia uma produção capitalista típica, distinta de todas as formas de produção outrora existentes. O processo de trabalho estaria, com a maquinaria, completamente a serviço do processo de valorização.

Discutir como as forças produtivas são representativas de um momento específico da história nos parece central, sobretudo quando nos deparamos com teses que afirmam a “aparição” de novos segmentos de classe ou de novas classes trabalhadoras, de não-classes, ou ainda de categorias profissionais que ascenderiam à condição de agentes de um processo de transformação estrutural do capitalismo provindos do avanço dessas forças produtivas¹⁰⁹.

A lógica dessa afirmação reside na idéia de que existiria em Marx uma determinação isolada das forças produtivas como elemento de desestruturação das relações de produção em presença, ou seja, de que as forças produtivas seriam o elemento chave da ruptura estrutural com o capitalismo, estabelecendo assim seu primado, sua superioridade em relação a outras questões políticas, ideológicas, psicológicas, históricas na e para a constituição de uma sociedade socialista, e na e para a caracterização das possibilidades materiais de construção da superação do capitalismo.

A tese de Marx explicitada no *Manifesto do Partido Comunista*¹¹⁰, e também na *Contribuição Para a Crítica da Economia Política*, sobre a relação entre forças produtivas e relações de produção fundamenta que:

¹⁰⁹ Essa perspectiva é trabalhada por GORZ, A. « Économie de la connaissance, exploitation des savoirs ». In : *Multitudes*, 2004, n° 15, pp. 205-215; GORZ, A. « La personne devient une entreprise : note sur le travail de production de soi ». In : *Revue du Mauss* (Travailler est-il (bien) naturel : le travail après la fin du travail), 2001, n° 18, pp. 61-66; LOJKINE, J.. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 1992; NEGRI, A. *op. cit.*; NEGRI, A. “La première crise du post-fordisme”. In: *Futur Antérieur*, 1992/93, n° 16, pp. 11-15; entre outros.

¹¹⁰ MARX, K. *Manifesto*, *op. cit.*.

“Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídico e política e a qual corresponde determinadas formas de consciência social.”¹¹¹

E conclui:

“Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social.”¹¹²

Essas passagens são parcialmente problematizadas quando André Gorz e Antonio Negri analisam as formas de exploração do trabalho hoje, sobretudo o que fundamentam como trabalho imaterial. A consideração da política, das formações sociais específicas, das classes é, por estes autores, relativizada até o momento em que é completamente esquecida. Elementos caros aos textos de Marx, como as relações de força, de luta política, de representação ideológica e jurídica que o embate entre as forças sociais em presença desenvolve, são atropelados pela locomotiva do desenvolvimento das forças produtivas. A necessidade de uma força político-material transformadora da sociedade, isto é, da classe revolucionária e da luta de classes, perde sua centralidade no momento em que são

¹¹¹ MARX, K.. *Contribuição Para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Estampa, 1973, p. 28. Doravante: *Contribuição*.

¹¹² MARX, K.. *Contribuição, op. cit.*, p. 29.

pensadas como derivação direta do desenvolvimento das forças produtivas. Por conta disso, exclui-se a figura do sujeito histórico que poderia criar, organizando-se em torno de um projeto socialista, a ruptura social.

Há, assim, uma interpretação sobre o desenvolvimento das forças produtivas que é unilateral. A dialética está cindida. Não há embate social. Os indivíduos não constroem a base material econômico-política da ruptura, pelo contrário, são levados pela lógica sistêmica de expansão dessas forças, ou ainda, é o desenvolvimento das forças produtivas que forjaria o indivíduo e esperaria dele uma tomada de consciência que o projete na direção da transição “rumo ao comunismo”¹¹³. O primado das forças produtivas, mesmo dentro da lógica da propriedade privada dos meios de produção, que constrangeria sua “evolução”, é tomada como elemento transformador da sociedade, a despeito de um sujeito social de carne e osso.

Curioso notar, como já mencionamos, que esta perspectiva (das teorias do trabalho imaterial como força produtiva central) organize suas teses com base nos *Grundrisse*. Vejamos se há respaldo teórico no texto de Marx que fundamente tal leitura sobre a dominância das forças produtivas.

Marx parte da afirmação de que “(...) o nível de desenvolvimento já alcançado pelo modo de produção baseado no capital (...) se mede pela grandeza existente de capital fixo, não apenas pela sua quantidade, mas também por sua qualidade.”¹¹⁴ Longe de fundamentar uma proposição radicada em um leitura obcecada pelo desenvolvimento das forças produtivas, Marx, contrariamente, estabelece uma relação fundamental entre o nível de adequação do processo de produção e os objetivos centrais do capital. O processo

¹¹³ “Rumo ao comunismo do saber”. Ver: GORZ, A., *O Imaterial*, op. cit., 2005.

¹¹⁴ MARX, K., *Borrador*, op. cit., p. 241.

histórico de adaptação dos meios de trabalho é compreendido dentro uma finalidade: a de produção de valores de troca, de mais-valia, de lucro capitalista.

É somente nesse sentido que Marx pôde analisar a inclusão da máquina e do sistema de máquinas no processo de produção como um elemento que geraria as bases — depois de atingir certo grau de produtividade, que permitiriam restringir a um tempo diminuído a produção imediata, gerando uma produção de capital fixo por capital fixo, de máquinas por máquinas — de um novo modo de vida que pudesse liberar uma quantidade de tempo a ser apropriada pelo indivíduo social.

Acreditamos que Marx estava pensando a maquinaria em geral. Se desatada do processo de valorização capital, a maquinaria poderia ser requalificada e integrada à produção com uma outra finalidade que não seja a produção de mais-valia; o contrário disso seria pensar que Marx tem uma concepção positivista do desenvolvimento tecnológico e que sua aplicação seria alheia aos próprios interesses sociais em presença, argumento que pode ser amplamente refutado com base, por exemplo, na discussão que faz sobre como a máquina, entendida como meio de representação objetiva dos interesses do capital, produz e reproduz os coletivos de trabalhadores sempre no sentido de 1) ampliar os domínios do capital com o objetivo de 2) aumentar a extração de mais-valia.

Não obstante, a problemática da transição ao socialismo que está sugerida nos *Grundrisse*, isto é, de que “*o capital trabalha, assim, em favor de sua própria dissolução como forma dominante de produção*”¹¹⁵, apela ao desenvolvimento do capital fixo e aos abalos que este desenvolvimento causaria na lei geral de valorização do capital e na sua

¹¹⁵ MARX, K., *Borrador*, *op. cit.*, p. 222.

possível destruição para caracterizar a transformação da estrutura produtiva. Marx afirma que,

“(...) uma sociedade na qual o desenvolvimento da maquinaria e das condições gerais de produção floresceu a tal ponto que ‘o grande pilar de sustentação da produção e da riqueza’ já não será nem o trabalho direto que o próprio homem executa nem o tempo durante o qual trabalha, mas a apropriação de sua força produtiva geral’. Nessa sociedade, a lei do valor deve desaparecer.”¹¹⁶

Muitas perguntas atadas apenas a esta passagem poderiam fazer indagar se Marx estaria pensando a possibilidade do acúmulo de capital fixo e de sua utilização de forma a-histórica, isto é, de que haveria a possibilidade de utilização das máquinas capitalistas em uma produção de tipo socialista; ou ainda, que tal nível da produção alcançado poderia ser utilizado em uma sociedade de transição como a socialista. Acreditamos que estas questões devem e podem ser realizadas quando pensadas juntamente com a problemática das classes sociais indicada em outros textos de Marx e Engels¹¹⁷, sem a qual inúmeros equívocos teóricos podem ser cometidos. Para tal, devemos entender, no que concerne aos *Grundrisse*, como essas teses são fundamentadas por Marx quando ele relaciona capital fixo, meios de produção e forças produtivas.

O que nos parece importante discutir está muito mais informado por pressuposições teóricas do texto de Marx do que por indicações precisas e desenvolvidas claramente. Por exemplo, acreditamos que Marx quando afirma que “*a maquinaria não perderia seu valor*

¹¹⁶ ROSDOLSKY, R., *Gênese*, *op. cit.*, p. 303 – grifos do autor.

¹¹⁷ Ver: MARX, K., *La Guerra Civil em Francia*. México D. F.: Progreso, 1977; *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974; & *Manifesto*, *op. cit.*.

de uso quando deixar de ser capital”¹¹⁸ está necessariamente pensando uma sociedade de transição socialista, que ainda tem em seu escopo ampliado a produção da riqueza com base na velha estrutura produtiva da sociedade capitalista. Mesmo porque, o capital fixo é visto por Marx como capital consumido no processo de produção, como meio de produção. Na verdade, todos os momentos da produção e da circulação devem ser considerados, do ponto de vista do capital, como meios de trabalho. Isto porque toda produção tem como finalidade a autovalorização do valor como capital. Capital fixo, dessa forma, é valor de uso da produção estrito senso, meio de produção, ou seja, é a condição material (o conjunto de todas as matérias) histórica para a realização de uma quantidade de trabalho específica à produção. Acumular capital fixo é acumular um conjunto de relações sociais que reproduzem a lógica da propriedade privada dos meios de produção e objetivamente a força direta do capital no processo de dominação dos coletivos de trabalho. A máquina ou o conjunto de máquinas, o capital fixo em sentido ampliado, é a representação objetiva e material da luta de classes na produção, é a própria relação social capital viva.

A manufatura, a maquinaria, o sistema automático de máquinas são meios de trabalho e, também, formas do capital fixo que determinam a apreensão da dinâmica da produção capitalista. O capital fixo é, assim, a representação material do desenvolvimento geral e específico das forças produtivas. No entanto, é somente na maquinaria, e especialmente, no sistema integrado de máquinas autônomas que o capital fixo ganha particularidade. Os meios de trabalho que sinteticamente encontram-se na forma de capital fixo superam a sua forma primeira e tendem a negá-la, superando-a. Na maquinaria, portanto:

¹¹⁸ MARX, K., *Borrador*, *op. cit.*, p. 222.

“O trabalho objetivado se enfrenta materialmente com o trabalho vivo como poder que o domina e como subsunção ativa do segundo pelo primeiro, não apenas pela apropriação do trabalho vivo, mas também pelo próprio processo real de produção.”¹¹⁹

O fator central para compreender a dinâmica da produção num determinado momento histórico, seria então o capital fixo — representação material do desenvolvimento geral e específico das forças produtivas sociais. Dessa forma, podemos compreender o caráter contraditório da produção capitalista que, ao mesmo tempo em que fundamenta a base do processo de valorização do capital, pode criar (em circunstâncias particulares) as bases para a superação desse modo de produção.

Quando projeta nos *Grundrisse* o sistema integrado de máquinas, Marx o considera como sendo a forma mais acabada do desenvolvimento da maquinaria, isto porque transforma a máquina em um sistema automático, que é posto em movimento por um autômato, portanto, uma “(...) *força motriz que se move a si mesma; este autômato se compõe de muitos órgãos mecânicos e intelectuais, de tal modo que os operários só estão determinados como membros conscientes do sistema.*”¹²⁰ Com o sistema de maquinaria automático, no qual o meio de trabalho — como valor de uso do capital — foi transformado em seu aspecto material, tal existência, tal materialidade tornou-se adequada ao capital fixo e ao capital em geral.

A forma na qual o meio de trabalho é colocado no processo de produção a serviço do capital é superada por uma forma posta pelo capital e que corresponde a ele próprio.

¹¹⁹ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 220. ROSDOLSKY realiza uma discussão detalhada desta questão nas páginas 205-207 de *Gênese, op. cit.*

¹²⁰ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 218.

“Para o capital, o desenvolvimento dos meios de trabalho como maquinaria não é fortuito, mas sim, é transformação histórica do meio de trabalho herdado da tradição, que foi transformado e corresponde ao capital. A acumulação do saber e da destreza, a acumulação de forças produtivas gerais do cérebro social, é absorvida (...) pelo capital, em oposição ao trabalho, e se apresenta como atributo daquele, mais precisamente do capital fixo, na medida em que este ingressa no processo produtivo como meio de produção peculiar. (...) A maquinaria se apresenta como a forma mais adequada de capital fixo e o capital fixo (...) como a forma *mais adequada de capital em geral*”¹²¹

Assim, Marx sustenta que haveria no capitalismo industrial uma adequação da forma (capital) com a matéria (máquina). Há, assim, uma perfeita afinidade da máquina em relação aos objetivos últimos do capital, isto é, o de reproduzir-se socialmente, com base em sua autovalorização: transformação dele em mais dele mesmo.

O capital fundamenta-se, assim, como totalidade das condições do processo de produção. Nesse processo, conserva o material de trabalho (matéria prima), meios de trabalho e trabalho vivo e lhes confere uma unidade dinâmica no processo de trabalho. Essas três instâncias constituintes do capital formam, então, os momentos essenciais do processo de trabalho que o capital apropria-se. No entanto, essa expressão material do processo, segundo Marx, separa-se completamente de sua determinação formal, ou seja, a determinação material do capital fixo como valor de uso e o processo real do processo de produção separam-se de sua determinação formal. Isto porque esses três elementos aparecem somente como quantidades de capital distintas antes de se intercambiarem com a força de trabalho. Dessa forma, a determinação formal do capital apresenta-se como uma

¹²¹ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 220 – grifos do autor.

quantidade de partes de um capital geral. A diferenciação entre esses elementos dá-se apenas dentro do processo de trabalho, quando se distinguem quantidades de valores em duas partes diferentes: a) valores constantes e b) aquele que coloca o valor. Assim, Marx chega à conclusão de que no processo de troca de valores:

“(...) na diferença entre capital circulante (matéria prima e produto) e capital fixo (meios de trabalho), a diferença entre os elementos enquanto valores de uso, está posta ao mesmo tempo como diferença do capital enquanto capital, em sua determinação formal. A diferença recíproca dos fatores, que só era quantitativa, apresenta-se agora como diferença qualitativa do capital mesmo e como determinante de seu movimento total (rotação).”¹²²

No final das contas, Marx indica que as matérias de trabalho e o produto do trabalho são o que resta do processo de trabalho como material e produto do trabalho, que já estariam pré-determinados como tal: são apenas valores de uso do capital. Rigorosamente falando, somente os meios de trabalho podem ser caracterizados como tal; eles se mantêm como meio de trabalho mesmo quando o capital os inclui de forma imediata e histórica no processo de valorização; eles experimentam uma modificação formal somente quando começam a aparecer não somente sob seu aspecto material, mas também “(...) *como modo especial de existência determinada pelo processo global do capital: capital fixo.*”¹²³

Caracteriza-se, com isso, o processo de conversão do trabalhador em apêndice da máquina. A atividade do trabalhador torna-se secundária no processo de produção, pois passa a estar subordinada e regulada pelo movimento da máquina. Se pensarmos a partir do ponto de vista do trabalho vivo, instaura-se uma externalização do controle do processo de

¹²² MARX, K., *Borrador, op. cit.*, pp. 217-218.

¹²³ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 218.

trabalho. Dessa forma, o processo de produção deixa de ser um processo de trabalho estrito senso, já que não é mais controlado pelo trabalho vivo, ou, pelo menos, não tem o trabalho vivo como elemento dominante desse processo.

“A apropriação do trabalho vivo através do trabalho objetivado — da força ou atividade valorizadora através do valor que é para si mesma —, implícita no conceito do capital, está, na produção fundada na maquinaria, posta como caráter do processo de produção também desde o ponto de vista de seus elementos e de seus movimentos materiais. O processo de produção cessou de ser processo de trabalho no sentido de ser controlado pelo trabalho como unidade dominante. O trabalho apresenta-se somente como órgão consciente, disperso sob a forma de diversos trabalhadores vivos presentes em muitos pontos do sistema mecânico, e subsumido no processo total da maquinaria, somente como um membro do sistema cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, apenas na maquinaria viva (ativa), a qual se apresenta frente ao trabalhador, frente a atividade individual e insignificante deste, como um poderoso organismo.”¹²⁴

Marx mostra uma transformação das forças produtivas que leva o processo de trabalho a adequar-se à forma do capital no processo de valorização. Caracterizada nessas metamorfoses, a subordinação real do trabalho coloca-o como vigia e regulador de um processo de produção que quase desconsidera o trabalho vivo. Mostra, com isso, a tendência geral da relação social capital de transformação constante de suas forças produtivas com a finalidade de diminuir o tempo de trabalho necessário, ou seja, sua dependência em relação ao trabalho vivo e de se autovalorizar na medida em que cria mais-valia do valor já existente. Como nos lembra Althusser, citando uma passagem de *O*

¹²⁴ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 219.

Capital: para que o capital se reproduza “(...) é preciso que o valor do ‘trabalho morto’, contido nos meios de produção, seja conservado e transmitido ao produto” (...) “É pela simples adição de um valor novo que se mantém o antigo.”¹²⁵

Fundamenta-se nesse processo, não obstante, uma contradição insuperável, que está posta na medida em que esse valor já criado tem a necessidade, para se manter vivo, de criar mais-valor e para isso precisa explorar trabalho vivo, mesmo que tendencialmente sua diminuição seja objetivo da produção capitalista.

“(...) O aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário são a tendência necessária do capital. A realização desta tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria.”¹²⁶

Em decorrência de sua análise, Marx caracteriza a materialização das forças produtivas em capital fixo como representação histórico-social. O desenvolvimento das forças produtivas nos revelaria, então, o momento histórico de uma determinada sociedade. Este desenvolvimento seria a própria expressão material das condições científicas, tecnológicas, cognitivas e das habilidades específicas presentes numa determinada conjuntura histórica.

Nessa descrição da maquinaria, como sistema autônomo de máquinas, esse conjunto de “habilidades” sociais é absorvido pelo capital, é apropriado por ele, é propriedade dele,

¹²⁵ ALTHUSSER, L.. “Sobre o Processo de Conhecimento”. In: *Posições I*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 157.

¹²⁶ MARX, K., *Borrador*, *op. cit.*, pp. 219-220.

“(…) mais propriamente do capital fixo, na medida em que este ingressa como verdadeiro meio de produção ao processo produtivo.”¹²⁷

Para Marx, a troca de trabalho vivo por trabalho objetivado é, portanto, a última forma social das relações sociais baseadas no valor.

“Na grande indústria a criação da riqueza torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do quanto de trabalho empregado, que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que a sua vez – seu *powerful effectiveness* – não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, depende muito mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção.”¹²⁸

Dessa passagem podemos inferir pelo menos duas observações. Primeiramente, que as relações de produção constituídas com o objetivo de valorizar o capital devem ser pensadas dentro de parâmetros históricos precisos. As relações de produção baseadas na formação de mais-valia nos indica uma forma de reprodução de si, que dentro de determinados limites, expande-se. A outra observação diz respeito à subjetivação dos processos de trabalho concebidos por Marx. A diminuição do tempo de trabalho como tempo necessário à produção de valores de troca na grande indústria impõe a superfluidade de parte desse tempo antes utilizado como tempo de extração de mais-valia¹²⁹. Desse modo, haveria uma transformação do espaço ocupado pelo trabalho no processo de produção. A relação entre a natureza e o objeto/sujeito que o transforma dar-se-ia de uma maneira relativamente alheia ao tempo de trabalho. Há, com isso, uma desproporção entre o tempo

¹²⁷ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 220.

¹²⁸ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, pp. 227-228.

¹²⁹ TOSEL, A., *Centralité et non centralité du travail, op. cit.*.

de trabalho empregado e seu produto, “(...) assim como [uma] *desproporção qualitativa entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o domínio do processo de produção vigiado por aquele* [pelo trabalho].”¹³⁰. Por um lado, o trabalhador coletivo apresenta-se ao lado do processo, à margem; não é mais o agente principal do processo de produção. Por outro, constitui, no momento em que se apropria das forças produtivas gerais como figura central do processo de produção, criando, dessa forma, as possibilidades de constituição de uma sociedade não mais baseada na exploração do trabalho. Criar-se-ia, dessa forma, *o desenvolvimento do indivíduo social*.¹³¹

Curioso notar que no *Manifesto* Marx afirma — a partir do desdobramento da tese saint-simoniana de que a transformação da indústria levaria à extinção do trabalho — que a superação do capitalismo e a instauração do comunismo, caracterizado como uma sociedade sem classes aboliria, além das classes, a necessidade do confronto político. Sendo os interesses objetivos os mesmos, não haveria necessidade de deliberação pública¹³²; haveria sim, a transformação da sociedade sob a administração dos homens na

¹³⁰ MARX, K., *Borrador*, *op. cit.*, p. 228 - grifos meus.

¹³¹ MARX, K., *Borrador*, *op. cit.*, p. 228.

¹³² MARX, K., *Manifesto*, *op. cit.*, pp. 95-97. Antes de mais nada, deve-se frisar, sublinhar e reiterar que Marx não reproduz diretamente a tese de Saint-Simon, o qual Marx considera afeito a uma concepção utópica do socialismo, imersa, nas palavras de Marx, em um tipo de “(...) *literatura [de] conteúdo reacionário*. [Que] *Preconiza um ascetismo universal e um grosseiro igualitarismo*.” p. 95. No entanto, é preciso frisar que Marx se baseia no seguinte raciocínio: “(...) *uma vez que os antagonismos de classes desaparecem [...] então o poder público perde sua característica política*.” Balibar propõe ser essa fórmula uma indicação do “(...) *desaparecimento da política tal como o da história humana*.” (...) “*Não somente uma forma determinada de ‘política’ transformada em uma outra por novas condições, mas o desaparecimento puro e simples de toda ‘política’ sejam quais forem suas formas*. (...) *a idéia de uma forma de organização social (associação dos indivíduos, organização e apropriação coletiva da produção, etc.) como tal não pública, ou melhor: estranha a toda política, apolítica*. Nesta formulação de Marx, ‘fim do Estado’ implica, (...) ‘fim da política’, e não somente fim das instituições ou aparelhos políticos do passado, mas **fim da prática política**.” Pode-se recompor o argumento ao dizer que um poder político perdeu seu caráter político. Finalmente, Balibar indica o *Anti-Dühring* de Engels que melhor exemplifica a reelaboração da tese de Saint-Simon. Diz Engels: “*O Governo das pessoas (...) dá lugar a administração das coisas (...) e à direção das operações de produção*.” Em Saint-Simon esta hipótese consagra-se utópica e tecnocrata, pois ao caracterizar essa passagem com base no incremento da indústria, isto é, por uma substituição da política pela ciência da produção, conclama um poder político aos detentores do conhecimento técnico, elegendo-os como sujeitos dessa transformação. Já em Engels, “(...) *estes dois aspectos desaparecem precisamente na medida em que, em conformidade com aquilo*

sociedade sob a administração das coisas. Acabar-se-iam, nesse sentido, as relações de força entre as classes sociais e com elas a luta pelo poder público, isto é, a deliberação em torno dele. Se se compra isoladamente essa tese de Marx que, reitero, é derivada da análise de Saint-Simon, poderíamos entendê-la como uma relação de pertinência entre os argumentos mais recentes sobre a teoria do trabalho imaterial e a leitura de Marx sobre as forças produtivas para a constituição da sociedade socialista; ou ainda, para superação do capitalismo. No entanto, pensemos, se o político fosse negado na nova sociedade, como então pensá-lo no contexto do capitalismo?

A formação do *indivíduo social* sugerida por Marx nos *Grundrisse* tem relação direta com sua concepção de política. Se entendermos que tal *indivíduo social* é fruto unívoco da *constituição* da evolução dos meios de produção na sociedade capitalista e que essa evolução marca o centro da análise de Marx, a tese sobre o fim da política em uma sociedade comunista resultaria conceitualmente correta. No entanto, se voltarmos à letra de Marx, em especial às primeiras linhas do *Manifesto*, podemos compreender o peso da luta de classes e das classes sociais para a constituição de sujeitos políticos revolucionários.

A classe social, como abstração concreta, pode fundamentar uma abstração sobre indivíduos em formações sociais específicas. Ela dá sentido à leitura histórico-política que, em nenhum momento, pode estar desvinculada do movimento da estrutura econômica que determina e é determinado dialeticamente pelos interesses de classe — leia-se, pela

que expunha o *Manifesto*, a conquista do poder político pelo proletariado é colocada como uma etapa e um meio necessários. Mas, a questão para ser compreendida é se, nestas condições, a idéia de uma pura ‘administração das coisas’, a idéia da **sociedade não política**, tem todo um novo conteúdo.” BALIBAR, E. “La fin de la politique”. In: *Cinq Études du Matérialisme Historique*. Paris: Maspero, 1974, p. 85 – grifos do autor. Ver também: ENGELS, F.. *Anti-Dühring: filosofia, economia, política, socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; especialmente a parte terceira: “socialismo”.

organização do Estado, do governo, dos partidos, dos sindicatos, isto é, da luta política dentro de um modo específico de produção¹³³.

O *indivíduo social*, pensado por Marx como coletivo consciente dos processos econômicos e políticos que determinam sua própria existência e que está ativamente inserido no processo de luta de classes — pensado aqui como resultado de um processo de luta direta e explícita — só se apresentaria em circunstâncias especiais e em momentos de confrontação direta entre as classes sociais fundamentais nos modos de produção a elas específicos.¹³⁴ Inserir a formação desse indivíduo social elaborado por Marx ainda no capitalismo seria não relacionar as reais possibilidades de efetivação política desse conjunto de indivíduos, ou melhor, de toda a sociedade socialista.

Voltemos à questão sobre o tempo de trabalho e a sua relação com a constituição do tempo livre. Marx conclui que a forma de extração de mais-valia, com base na exploração do tempo de trabalho, torna-se uma base miserável quando comparada à base produtiva

¹³³ O debate em torno do conceito de classe social e da formação da classe social em classe revolucionária é extremamente profícuo e vasto. Seu estudo minucioso e sua atualização teórica nos parecem ser o ponto central para um redimensionamento da teoria marxista hoje. A problematização desse tema aqui estaria deslocada dos objetivos de nosso texto. No entanto, vale precisar que o conceito de classe social não deve ser formulado com base em uma perspectiva essencialista e/ou estática do próprio conceito, como também não pode ser uma derivação simples das relações econômicas e da posição do agente no processo produtivo.

¹³⁴ No entanto, podemos mencionar alguns dos textos que problematizam a questão: LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1974; BETTELHEIM, Charles. *A Luta de Classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; BOITO, Jr. Armando. “A (difícil) formação da classe operária”. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. Vários autores. São Paulo: Xamã, 2003; GURVITCH, Georges. *El concepto de clases sociales: de Marx a nuestros días*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1961; MÉSZÁROS, I. “Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe Contingente”. In: *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993; SAES, D. “Considerações sobre a análise dos sistemas de classe”. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. Vários Autores. São Paulo: Xamã, 2003; PEREIRA, D. “Das Classes à Luta de Classes”. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. Vários Autores, São Paulo: Xamã, 2003; POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977; POULANTZAS, N. *As Classes sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; SCHUMPETER, J.A. *Imperialismo e Classes Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. Para uma introdução à discussão sobre a estratificação social, ver: IANNI, O. *Teorias de Estratificação Social (leituras de sociologia)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972; HIRANO, S. *Classes, Estamentos e Classes Sociais em Marx e Weber*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973; VELHO, O. G. *et alli.* *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971; entre outros.

criada nesse mesmo processo. No entanto, não o faz a fim de prescrever a dissolução da sociedade capitalista, pelo contrário, fundamenta a formação de uma nova sociedade, de uma sociedade de transição socialista.

“Tão logo o trabalho em sua forma imediata deixou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser sua medida e, portanto, o valor de troca [deixa de ser medida] do valor de uso. O mais-trabalho da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não-trabalho de uns poucos deixa de sê-lo para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano.”¹³⁵

Com isso, constituir-se-ia o fim da produção fundada no valor. O processo de produção imediato perde seu caráter forçado, compulsório, e seu antagonismo. A questão não é mais reduzir o tempo de trabalho e aumentar o sobretrabalho, mas sim reduzir o trabalho necessário àquela parcela mínima que satisfaça as necessidades sociais. Portanto, “(...) *esta redução supõe que os indivíduos recebam uma formação artística, científica, etc., graças ao tempo libertado e aos meios criados para benefício de todos.*”¹³⁶

Como Marx poderia falar em formação artística sem formação e distribuição prévia do conhecimento que é restringido pelo capital? Aqui, não estamos falando apenas do conhecimento formal, mas do conhecimento crítico, aquele que tem por princípio a transformação das condições de vida de uma sociedade. Finalmente, acreditamos que a transformação política da sociedade antecede temporalmente a transformação econômico-política.

¹³⁵ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, pp. 228-229.

¹³⁶ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, p. 229.

Devemos frisar que a transformação política, a formação de uma classe revolucionária que exerce ativamente a deliberação de seus interesses, só pode se constituir dentro de um horizonte específico no qual as condições materiais sejam suficientemente satisfatórias para o conjunto da classe trabalhadora. No entanto, aqui se configura uma possibilidade que deve ser relativizada exatamente no momento em que consideramos a formação da classe revolucionária.

Não obstante, é importante notar que Marx aparentemente tem uma compreensão positiva das máquinas, até libertadora. Isso se desfaria se levássemos em conta que as classes sociais estão pressupostas e que a máquina é a representação objetiva de uma dominação de caráter econômico-político e ideológico. Marx não nos explicita qual seria a relação entre a liberação do tempo e seu “preenchimento” com outras atividades, não há uma passagem direta desse processo, uma coisa não interfere na outra necessariamente. Isto nos remeteria, mais uma vez, a afirmar que Marx não está pensando essa transformação em uma sociedade de tipo capitalista, mas sim numa já instituída sociedade de transição socialista. Como nos lembra Naves:

“Após a revolução, *a luta de classes prossegue*, com a classe operária procurando, por um lado, destruir o *núcleo duro* das relações sociais capitalistas, justamente aquilo que permite a dominação e a expropriação do trabalhador: *uma dada organização do processo de trabalho retira do operário todo e qualquer controle das condições materiais da produção e do produto de seu trabalho, e que se funda na divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, e na divisão entre as tarefas de direção e de execução*. E, por outro lado, procurando destruir o aparelho de Estado burguês, visando, por meio da *ditadura do proletariado*, transformá-lo em algo que já não seja mais propriamente um Estado, isto é, procurando criar as condições

para a sua extinção. O socialismo é precisamente esse período de transição do capitalismo para o comunismo no qual a classe operária luta para operar essas transformações na base econômica do capitalismo, e para se apropriar efetivamente — e não apenas formalmente — do poder.”¹³⁷

Em tempo, acredito que Marx sugeriu as possibilidades de realização material da ciência, não especificamente os instrumentos, máquinas e maquinários já aplicados à produção, mas sim o que a ciência pode realizar com seu conhecimento acumulado. O autor abstrai, assim, o interesse da classe capitalista, e vislumbra uma nova sociedade organizada em torno de um poder político já instituído pela classe trabalhadora — isto pressuporia a extinção da propriedade privada dos meios de produção. A produção não estaria voltada para a mesma finalidade e, por isso, deveria ser reorganizada, ou melhor, revolucionada em seus princípios — o que não poderia ser realizado sob a égide da dominação produtiva e social comandada pelo capital.¹³⁸

Assim, creio que a teoria política (superação e transição do capitalismo) e a análise do movimento do econômico como sistema contraditório em Marx não podem ser pensadas senão como um movimento teórico e expositivo uno. A transformação do processo de produção baseado no trabalho simples em um processo científico da produção que põe ao seu serviço todas as forças da natureza, na medida em que as controla e as obriga a funcionar com base nas necessidades coletivas, depende de uma transformação política

¹³⁷ NAVES, M., “Marxismo e Capitalismo de Estado”, *op. cit.*, p. 72.

¹³⁸ Deve-se considerar como nos lembra Althusser que: “*uma revolução na estrutura não modifica ipso facto repentinamente (ela o faria, no entanto, se pelo econômico fosse a única determinação) as superestruturas existentes em particular as ideologias, porque elas têm como tais uma consciência suficiente para sobreviver por si fora do contexto imediato da sua vida, até mesmo para recriar ‘segregar’ por um tempo, as condições de existência de substituição.*” ALTHUSSER, L., “Sobre o Processo de Conhecimento”, *op. cit.*, p. 102.

estrutural, ou seja, não virá de um movimento imanente ao desenvolvimento econômico do capital que implodirá a sociedade vigente.

Os *Grundrisse* deve, portanto, ser analisado com base em uma pressuposição classista. Na estratégia de exposição de Marx o interesse em levar a lógica da produção e da reprodução social ao seu limite é clara. Esse “levar ao limite” tem suas implicações: aparenta uma desvinculação com a própria historicidade capitalista, quando, na verdade, visa explicitar que a lógica da produção e da reprodução social está fundada em uma unidade dada pela luta de classes.

No próximo capítulo realizaremos a análise das origens teóricas sobre a não-centralidade do trabalho e sobre as teorias do trabalho imaterial como força produtiva central. Faremos, nesse sentido, a exposição crítica de André Gorz e Antonio Negri como representantes de uma aparente mudança de problemática, tentando com isso apontar, contrariamente, para uma continuidade de problemática, muito mais que para uma ruptura.

Capítulo II – A ante-sala da teoria do trabalho imaterial: a não-centralidade do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas

Partimos da proposição de que tanto o debate sobre a não-centralidade do trabalho, quanto as teses sobre o trabalho imaterial como força produtiva central, seriam marcados por uma fusão teórica entre 1.) um ideal de trabalhador isolado (o indivíduo) preso ao seu posto de trabalho e 2.) o primado das forças produtivas como motor da história. Esta fusão acaba por caracterizar a autonomia do desenvolvimento econômico com relação às lutas políticas. Na prática, as possibilidades de transformação estrutural da sociedade capitalista seriam fruto desse desenvolvimento econômico. A luta de classes é vista, assim, sob o espectro de determinações exclusivamente econômicas. Devem, por conseguinte, adaptar-se a essa racionalidade específica.

Ao problematizarmos as teses sobre o trabalho imaterial, podemos observar que esta fusão entre uma concepção individual do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas remete-nos às décadas 1960 e 1970. Os desdobramentos teóricos dessa fusão fariam com que o conceito de classe social fosse marginalizado nas análises sobre os processos de trabalho em um primeiro momento, procedimento que, posteriormente, décadas de 1980 e 1990, ganha corpo e identidade. A negação de uma perspectiva de classe é subordinada a sua suposta inexistência social. Ao pressupor um conjunto de profissões extremamente heterogêneas, pressupõem-se, por um lado, a dificuldade analítica de encontrar elementos comuns entre os indivíduos que pudessem pertencer a uma determinada classe social e, por outro, ao radicalizar-se na atualidade a dificuldade de

reconhecimento de uma identidade que agregaria indivíduos completamente diferentes, nega-se o conceito de classe social e as teses relativas ao chamado “paradigma produtivo”, e, por fim, da teoria marxista.

A negação da teoria marxista nos remete, como já observamos, às décadas de 1960 e 1970. Momento histórico que pode explicitar alguns dos desdobramentos futuros sobre as transformações dos processos de trabalho. Nesse momento, a incorporação da perspectiva de um trabalhador ideal, aliada a uma interpretação particular do par forças produtivas/relações de produção em Marx foi eleita como chave-mestra para a compreensão das reestruturações produtivas no mundo. Essa orientação pode ser nomeadamente explicitada pela seguinte passagem:

“Marx voltou inúmeras vezes a esse tema, em particular na Crítica ao Programa de Gotha. Acreditava ter finalmente encontrado, no operariado politécnico, a figura do proletariado reconciliado com o proletariado, do sujeito da história encarnado em um indivíduo de carne e osso. Ora, Marx enganou-se. E, na sua esteira¹³⁹, enganaram-se todos os que pensavam que o aperfeiçoamento das técnicas de produção e sua automatização iriam suprimir o trabalho não-qualificado deixando subsistir apenas trabalhadores técnicos de nível relativamente elevado, com uma visão global dos processos técnico-econômicos e capazes de autogerir a produção.”¹⁴⁰

Essa perspectiva é influenciada, primeiro, pela tese weberiana de racionalização das sociedades ocidentais. O ininterrupto e inevitável processo de racionalização da vida

¹³⁹ Na nota cinco da “Introdução” de *Adeus ao Proletariado*, GORZ, A., *op. cit.*, p. 39, o autor chama a atenção para a sua vinculação a essa “esteira”. Reproduzo: “*Principalmente Radovan Richta, Serge Mallet e eu mesmo no Capítulo de Stratégie ouvrière et néo-capitalisme (...)*”. Provavelmente, Gorz esteja referindo-se a RICHTA, R.. *Economia Socialista e Revolução Tecnológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972 e a MALLET, S.. *La Nouvelle Classe Ouvrière*. Paris: Éditions du Seuil, 1969.

¹⁴⁰ GORZ, A., *Adeus ao Proletariado*, *op. cit.*, p. 39.

acabaria por reprimir as possibilidades de resistência dos grupos que se encontram dominados pela força do movimento econômico do capital.¹⁴¹ Em seus desdobramentos teóricos, este processo seria responsável pelo fim das práticas revolucionárias, das possibilidades de luta anticapitalista, já que a disseminação da racionalidade econômica e da burocracia por ela ativada impediriam qualquer possibilidade de transformação estrutural da sociedade.¹⁴²

O fim da classe trabalhadora, do proletariado como classe revolucionária, ganha sentido, a partir disso. A base para relacionar tal perspectiva parece estar presa ao modelo de trabalhador relacionado ao artesão: o trabalhador de ofícios. Na prática, a formação profissional, a capacidade técnica do trabalhador de ofícios ganha relevo, já que seu declínio histórico na organização da produção capitalista e sua conseqüente substituição

¹⁴¹ Na verdade, a tese de Gorz constitui uma referência hoje. A idéia pela qual o tempo de trabalho determinado e comandado pela racionalização da produção separou-se de um tempo fora da produção e organizado pelo mundo da vida, desenvolveu-se com vivacidade nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo nos debates na França sobre a renda social garantida. Ver sobre esta questão: CERICA, Claudio. & VERCELLONE, Carlo., « Au-delà de Gorz. Travail et revenu garanti » In: *Futur Antérieur*, 1993, n° 18, pp. 93-119 ; CETTE, Gilbert. & TADDEI, Dominique.. *Réduire la Durée du Travail : les 35 heures*. Paris : Librairie Générale Française. Col. Sciences Sociales, 1998.

¹⁴² É importante salientar que a perspectiva weberiana que reitera o processo de racionalização das formas de vida não se caracteriza por uma forma de análise determinista da história. Como nos lembra Colliot-Thélène: “*Não se trata de saber se, na opinião de Weber, a emergência de certa forma particular de civilização que realizasse o Ocidente moderno era historicamente inelutável. Certamente, o conceito weberiano de história, construído sobre ruínas de toda escatologia religiosa, assim como de seus diversos avatares metafísicos, exclui toda idéia de um desenvolvimento necessário cujo fim prescrito desde sempre fosse esta civilização. O empiricismo de que reclama Weber impede-o de apelar a entidades semelhantes a ‘forças’ ou ‘tendências’ do evolucionismo, assim, como ao ‘espírito’ das concepções idealistas do progresso. Ocorre, entretanto, que ao reconhecer a contingência da civilização ocidental e sua dependência a respeito dos fatores que bem poderiam jamais se reencontrar, é possível interpretar o modo de ser do homem formado por esta civilização como a atualização de uma virtualidade essencial do ser humano, a qual ele permitiria, por conseguinte, concretizar. Em lugar de submeter a pré-história do Ocidente à regra de uma lei necessária, ou de um telos que prescreva imperativamente seu curso, esta hipótese conduz a tratar esta pré-história sob categorias do obstáculo, do desenvolvimento impedido. Os traços distintivos das civilizações e sociedades não ocidentais (ou pré-modernas) são postos, então, como simples negativos daqueles da modernidade ocidental: todo o seu sentido e interesse repousam nesta negação.*”. COLLIOT-THÉLÈNE, C.. *Max Weber e a História*. São Paulo: Brasiliense, 1995, pp. 75-76. No entanto, como indica Mommsen, Weber “*Descreveu o capitalismo moderno como sendo simplesmente uma força revolucionária. Considerava impossível sustar a marcha vitoriosa universal da moderna ordem econômica capitalista, independentemente dos meios que fossem utilizados. Grande parte de sua obra científica se dedica a investigar os efeitos sociais e culturais do capitalismo moderno sob a perspectiva de seu significado para o futuro das sociedades liberais do Ocidente.*” MOMMSEN, W., “Capitalismo e Socialismo. O Confronto com Karl Marx” *op. cit.*, 146.

pelo trabalhador especializado corresponde à perda completa do domínio dos processos de trabalho pelo coletivo de trabalhadores. A superação do mestre de ofícios pelo trabalhador de tipo taylor-fordista foi projetada teoricamente como momento-chave de compreensão da subordinação do trabalho ao capital. O resgate do artesão/mestre de ofícios e da corporação industrial — lugar privilegiado, segundo Émile Durkheim, do adensamento moral da sociedade (solidariedade orgânica) — seria, então, teoricamente indicado como o objetivo central para toda estratégia política do movimento operário.¹⁴³

Vemos, assim, a incorporação de pelo menos duas teses aparentemente alheias à literatura marxista das classes sociais. Em resumo, de um lado, a tese de Max Weber acerca da inexorabilidade da racionalização da sociedade capitalista (aqui em especial da economia) e, por outro, a tese de Durkheim sobre a funcionalidade entre as partes (os trabalhadores) e o todo social, mas, sobretudo, de uma concepção funcional do indivíduo especializado e atado às qualificações técnicas de seu posto de trabalho.

Ao analisar as transformações na produção e a ação política das classes sociais envolvidas, muitos autores marxistas se viram influenciados por tais teses, acabando por reduzir a formação político-revolucionária da classe trabalhadora ao espectro limitado do trabalhador isolado. Por conseguinte, esses autores passam a indicar a ruptura de uma suposta homogeneidade da classe trabalhadora (ancorada em um modelo de trabalhador baseada em um “tipo ideal” perdido no tempo e no espaço) para recompô-la em um outro universo aparentemente heterogêneo e de difícil apreensão analítica.

¹⁴³ DURKHEIM, É.. *De la Division del Trabajo Social*. Argentina: Schapire, 1973.

Reduz-se, assim, as classes sociais às categorias profissionais. Passa-se, dessa forma, da identificação de um estrato de classe como portador da foice e do martelo revolucionários à impossibilidade da constituição de uma luta de classe anticapitalista.

Aqui, como já indicamos, analisaremos a continuidade das teses imersas nessa discussão. Partiremos de dois autores, André Gorz e Antonio Negri, que são representativos de um movimento de aparente ruptura paradigmática, quando, na prática, apenas aprofundam as suas mais centrais pressuposições teóricas. Em síntese, nosso argumento geral para discutirmos as teorias do imaterial, passando pela não-centralidade do trabalho, é de que a problemática das forças produtivas nas análises das transformações na produção são eminentemente economicistas, isto é, são pensadas com base na incorporação de elementos técnicos à produção fruto de um desenvolvimento das forças produtivas, o que acaba por consagrar uma leitura presa às categorias profissionais como portadoras de um “conteúdo” revolucionário: ora ao operário tecno-científico, ora aos “operadores de informação”. Portanto, as possibilidades da organização política da classe trabalhadora são fundamentadas com base no horizonte da assimilação/formação/qualificação técnica dado pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Essas questões podem ser melhor compreendidas a partir da análise da formação da sociologia do trabalho.

II.1. Um breve retorno à formação da sociologia do trabalho

Georges Friedmann e Pierre Naville¹⁴⁴, autores marxistas que deram base e respaldo teórico à sociologia do trabalho, realizaram essa fusão teórica e, assim, acabaram por equacionar as possibilidades de reforma e de ruptura da sociedade capitalista em torno da figura do artesão, do trabalhador isolado.¹⁴⁵

Para estes autores, o acentuado processo de racionalização da sociedade capitalista deveria ser rompido a partir de uma retomada (e sublinha-se aqui a importância dessa palavra) de uma consciência perdida pelo artesão. A reapropriação do saber-fazer e dos meios de produção por parte dos produtores imediatos é entendida como questão central para o fortalecimento político no qual a superação do capitalismo poderia ser aventada.¹⁴⁶

A questão, nesses termos, pautava-se, então, pela necessidade de humanização do trabalho e da produção capitalistas. Este objetivo calcava-se na perspectiva de um trabalhador pleno, capacitado a exercer sua função parcelar e ainda a manejar o conjunto da produção em geral. (...) A reunificação do trabalho manual e do trabalho intelectual, condição e perspectiva social de rompimento com o capitalismo, estaria, nesse sentido, associada ao resgate ideal-típico da figura do artesão. O objetivo da corporação industrial, como forma de regulamentação em Durkheim, voltaria à cena como momento prévio da revolução socialista, como forma condensada e pedagógica do porvir socialista.¹⁴⁷

¹⁴⁴ FRIEDMANN, G. & NAVILLE, P.. *Traité de Sociologie du Travail*. Paris: Librairie Armand Colin, 1964 vols. I e II..

¹⁴⁵ ROLLE, Pierre. “Essai sur Pierre Naville, du surréalisme à la sociologie”. In: *Futur Antérieur*, 1994, n° 19/20, pp. 29-32.

¹⁴⁶ FRIEDMANN, G.. *O Trabalho em Migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

¹⁴⁷ AMORIM, H., *Teoria Social e Reduccionismo Analítico*, *op. cit.*, pp. 224-225.

Na mesma perspectiva, André Gorz, em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*¹⁴⁸, caracterizou a reapropriação dos saberes e dos meios de produção como fundamento central para a *desalienação* processual do trabalhador no processo de produção. Nomeava, assim, de “reformas não-reformistas”¹⁴⁹ ou como uma “estratégia da mão suja”¹⁵⁰ a política mais adequada ao núcleo de operários tecno-científicos capazes, por conta desse domínio técnico, de garantir as transformações necessárias para uma transição ao socialismo. Como nos indica Artous, “(...) tudo se passa como se fosse possível reencontrar a substância perdida do ofício através da emergência de uma nova classe operária pós-taylorista.”¹⁵¹

De fato, uma das questões que persegue Gorz desde *Estratégia Operária e Neocapitalismo* é a de humanização das funções produtivas. Na prática, a ruptura de Gorz dos anos 1960 para aquele dos 1980, quando da publicação de *Adeus ao Proletariado*, funda-se em uma “tomada de consciência” do autor em relação à impossibilidade de humanizar os processos de trabalho. Como indica Artous:

“Em 1964, em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, André Gorz pensa que apareceu um novo tipo de produtor capaz de se reapropriar do processo de trabalho à maneira dos antigos artesãos. Enquanto, mais tarde, ele dirá *Adeus ao Proletariado*, ele vai criticar em Marx, aquilo que, era, na verdade, sua própria ilusão de ótica.”¹⁵²

¹⁴⁸ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit..

¹⁴⁹ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., pp. 09-25 e 127-132.

¹⁵⁰ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., pp. 55-56.

¹⁵¹ ARTOUS, A., *Travail et Émancipation Sociales: Marx et le Travail*. Paris: Syllepse, 2003, p. 20.

¹⁵² No mais, não é possível identificar na obra de Marx a necessidade de retorno ao trabalhador de ofício. A questão concentra-se muito mais nas formas de controle e direção do processo de produção como um todo. “*Nas passagens dos Grundrisse e do livro 3 do Capital onde [Marx] pensa a emancipação através da dialética do tempo de trabalho e do tempo livre. (...) Não se trata de opor ao trabalho, dominado pelo capital, um modelo artesanal de trabalho, mas de controlar coletivamente um processo de produção funcionando como ‘combinação da atividade social’.*” ARTOUS, A., *Travail et Émancipation Sociales: Marx et le Travail*, op. cit., p. 20-22 — grifos do autor.

Vemos que no primeiro Gorz estrutura-se como objetivo central uma problematização sobre a reorganização do poder político operário que poderia ser reconquistado dada a criação de novas categorias profissionais constituídas pelo avanço das forças produtivas em presença. Nos anos 1980 essa questão é superada, pois,

“(...) a função produtiva só pode humanizar-se na margem. Certamente, sua organização pode vir a ser mais civilizada, suas condições melhorarem, seu funcionamento deixar um lugar à iniciativa operária, sua gestão conceder uma certa autonomia ao trabalhador coletivo, mas sua natureza não será modificada da mesma forma. Ela não está condenada a permanecer prisioneira das formas mais opressivas do taylorismo, as mais desumanizadoras. Porém, qualquer que seja os esforços dedicados para humanizá-la, ela permanecerá no essencial uma atividade especializada, que os indivíduos devem cumprir como funções separadas, governadas exteriormente a eles, sob as quais eles não dominam, nem o conjunto do processo, nem as suas finalidades. A humanização do trabalho encontra, portanto, um limite ontológico.”¹⁵³

Voltando à questão dos operários tecno-científicos, a retomada do controle do processo de trabalho não seria caracterizada para o conjunto da classe trabalhadora. Ela se circunscreveria a um setor específico da produção. Tais possibilidades estariam articuladas apenas aos operários ligados às áreas técnicas e científicas. Áreas consideradas cognitivas e essenciais naquele momento à valorização do capital.

A retomada do controle do processo de trabalho baseia-se na capacidade dos agentes profissionais em aglutinar conhecimentos técnicos. Sua qualificação, seu aprendizado profissional, o acúmulo de conhecimentos técnicos, empíricos, quantitativos e qualitativos

¹⁵³ NICOLAS-LE-STRAT., “Travail e constitution du sens à propos d’André Gorz”, *op. cit.*, pp-102-103.

facultariam sua distinção em relação aos trabalhadores especializados. Com a qualificação técnica de um “segmento” específico da classe trabalhadora seria possível construir, portanto, um sujeito revolucionário¹⁵⁴.

Essa capacidade atribuída aos operários tecno-científicos e a sua decorrente tomada de consciência política caracterizava, por um lado, a possibilidade de *humanização* da produção, e, por outro, explicitava as contradições inerentes ao ideário do progresso técnico. O operário politécnico, “(...) *não mais embrutecido pela alienação*”¹⁵⁵, foi, por fim, relacionado à figura do mestre artesão. Assim, com “(...) *a recomposição das tarefas e um retorno ao trabalho pleno, requalificando de alguma maneira o trabalho da classe operária: a classe operária reencontraria assim sua substância perdida, em razão disso o domínio de seu trabalho.*”¹⁵⁶

Conforme já indicado em nossos estudos anteriores¹⁵⁷, observamos que dentro dessa tendência, a chamada *nova classe operária* foi idealizada como o sujeito da batalha final contra o capitalismo monopolista. Adaptada ao “*estilo de vida*” que a automação impôs à sociedade e privilegiada pelo conhecimento estrito que tais transformações lhe forçaram a adquirir. A vanguarda de operários técnicos estaria apta a negociar melhores condições de trabalho e de remuneração salarial.

A classe operária, pressuposta a partir desse tipo de trabalhador, estaria capacitada a organizar ativamente o processo de trabalho e a exercer uma multiplicidade de tarefas operacionais, e, para além disso, a liderar a ação política reivindicativa do conjunto da

¹⁵⁴ Ver: GORZ, A., *Socialismo Difícil*, op. cit.; e também: MALLET, S., *La Nouvelle Classe Ouvrière*, op. cit.; *Le Pouvoir Ouvrier: Bureaucratie ou Démocratie Ouvrière*. Paris: Anthropos, 1971.

¹⁵⁵ GORZ, A., *Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 34.

¹⁵⁶ ARTOUS, A., *Travail et Émancipation Sociales: Marx et le Travail*, op. cit., p. 20.

¹⁵⁷ AMORIM, H., *Teoria Social e Reduccionismo Analítico*, op. cit..

classe trabalhadora. Os operários polivalentes¹⁵⁸ poderiam a partir da aquisição do conhecimento técnico e científico, criar um novo momento revolucionário, sobretudo, pelo seu compromisso com o ideário do progresso tecno-científico, motor do desenvolvimento econômico.

Tal compreensão dos conflitos e das contradições sociais em presença, oriundas dos processos de trabalho nos convida a uma leitura determinista da história, já que uma possível ruptura com a estrutura de dominação capitalista é projetada com base na formação técnica do operariado. Esta, por sua vez, permitiria a construção de uma consciência político-revolucionária, de um sujeito histórico que, na medida em que reconstrói seus conteúdos cognitivos, isto é, que se qualifica para “melhor servir”, desenvolveria, ao mesmo tempo, uma leitura política consciente do processo de valorização e de sua condição material dentro dessa estrutura.

Combinam-se elementos analíticos de interesses opostos, mas formulados como único caminho possível para a classe trabalhadora. Aceitar a inexorabilidade do desenvolvimento das forças produtivas ao final da década de 1960 e começo de 1970 seria, assim, realizar a fusão de uma política que em primeiro lugar aceitava tal inexorabilidade, mas em segundo, a caracterizava como positiva a incorporação dessa técnica, como forma pretérita das formações sociais socialistas.

¹⁵⁸ Polivalência tem aqui a função de indicar apenas a incorporação de múltiplas tarefas em um mesmo trabalhador, isto é, o trabalhador especializado passa, com a automação da produção, a exercer funções que antigos operários realizavam. Tem-se, assim, a possibilidade de intensificação da exploração do trabalho por um lado, e, por outro, a redução do número de trabalhadores presentes numa empresa automatizada. Em conjunto, esses elementos da última reestruturação produtiva fundamentam um novo quadro de subordinação dos trabalhadores em relação ao capital: crescente intensificação do ritmo de trabalho, diminuição dos postos de trabalho, acúmulo de funções, qualificação técnica individualizada, porém, com desqualificação progressiva para o coletivo de trabalhadores.

Portanto, consagra-se um “anacronismo projetivo” ou uma forma de “utopia regressiva” que, vinculada à idéia de um trabalhador pleno, situado no passado e portador de uma consciência política advinda de seu posto de trabalho, pretende, a partir da retomada do “lugar privilegiado” na produção que lhe fora tirado, reapropriar-se dessa consciência, mobilizando-a e acomodando-a ao contexto da automação.

Em consonância com essa perspectiva de retomada de uma consciência política plena, a tese sobre o primado das forças produtivas como motor da história foi explicitada. O desdobramento da tomada de perspectiva foi claro e deixa marcas até nossos dias. A luta política e, sobretudo, a preocupação com a luta de classes como forma central de radicalização dos embates corporativos, foram subordinadas ao movimento ininterrupto e incontrolável da expansão das forças produtivas no contexto das sociedades de massa.

Nas teses sobre a não-centralidade do trabalho nos anos 1980 e em muitas teses sobre o trabalho imaterial nos anos 1990 e começo dos anos 2000 o primado das forças produtivas, como consideração teórico-estratégica, teria sido *aparentemente* negligenciado. No entanto, esta é a aparência necessária que possibilita a negação, por exemplo, da teoria do valor em Marx, o abandono do paradigma produtivo, da teoria das classes, da luta de classes, desenvolvendo-se uma análise que — aquém da problematização das classes sociais e da valorização do capital — passa, então, a indicar o caráter produtivo do empresário e a pulverizar o conflito de classe na *multidão*, nas idéias de inapreensão, de indeterminação, e imensurabilidade da produção de mercadorias no capitalismo hoje, ou seja, em considerações caracterizadas pela relativização absoluta da materialidade social.

As teses centrais que fundamentam a não-centralidade do trabalho e o trabalho imaterial conservam, não obstante, essa aparente rejeição. O primado das forças produtivas

como fundamento teórico para a explicação das transformações históricas é aparentemente negado, já que hoje haveria um deslocamento na relação entre tempo de produção e tempo de trabalho. Questão que em *O Imaterial*¹⁵⁹ ganha forma mais acabada, no momento mesmo em que o suposto caráter cognitivo das qualificações presentes nas mercadorias a desvincularia, agora como produto comum, da lógica restrita da valorização do capital por tempo de trabalho gasto.

O raciocínio fundamenta-se da seguinte forma: todo produto teria seu valor reduzido, na medida em que se propaga, em que se torna social. Tal propagação tenderia a baratear tanto este produto, que seu valor tornar-se-ia desprezível, zero, caracterizando-se (esse conjunto de conhecimentos formalizados e codificados) como um bem comum. Dessa forma, foi possível indicar que “*uma autêntica economia do conhecimento corresponderia a um comunismo do saber no qual deixam de ser necessárias as relações monetárias e as de troca.*”¹⁶⁰

As formas tradicionais de geração do valor, ou seja, aquelas provindas das indústrias, e, em especial, naturais do trabalho imediato, seriam superadas por aquelas dos setores administrativos e de serviço. Foi com esta ancoragem que, por exemplo, Gorz indicou existir uma ruptura entre o “*tempo de trabalho*” e o “*tempo da vida*”¹⁶¹. A necessidade do trabalho nas sociedades capitalistas estaria separada da vida do trabalhador. Sua produção (do trabalhador) seria independente de sua subjetividade¹⁶². Nas palavras do autor, vemos que:

¹⁵⁹ GORZ, A., *O Imaterial, op. cit.*,

¹⁶⁰ GORZ, A., *O Imaterial, op. cit.*, p. 10.

¹⁶¹ GORZ, A., *Métamorphoses du Travail, op. cit.*, p. 36

¹⁶² A questão da formação de novas subjetividades nos parece extremamente importante e será tratada quando da abordagem de Negri sobre a formação dos novos sujeitos sociais.

“(…) O trabalho concreto só pode ser transformado naquilo que Marx chamaria de ‘trabalho abstrato’, fazendo nascer no lugar do operário-produtor o operário-consumidor: quer dizer, o indivíduo social que não produz nada do que consome e não consome nada do que produz; para quem o objetivo essencial do trabalho é ganhar o necessário para comprar as mercadorias produzidas e definidas pela máquina social em seu conjunto.”¹⁶³

Um dos argumentos que defendemos aqui é o de que as teses sobre a não-centralidade do trabalho e sobre o trabalho imaterial como força produtiva central hoje exprimem um amadurecimento de antigas formulações teóricas relacionadas à transformação do operariado tecno-científico para aquele polivalente (Gorz), ou ainda, da passagem do “*operário massa*” ao “*operário social*” (Negri). Tal passagem produz uma inflexão, não de uma concepção histórica sobre as transformações no e do trabalho, mas sim, de um sujeito histórico ideal condicionado por um suposto núcleo social homogêneo definido com base em sua suposta condição autônoma frente aos processos de valorização e acumulação de capital.

Este sujeito histórico, requisitado mesmo em momentos anteriores nos quais ainda existia uma vinculação explícita de Gorz, Negri e Lazzarato ao marxismo, é teoricamente individualizado; a classe seria, portanto, teoricamente subordinada à lógica do indivíduo isolado ao seu posto de trabalho. Sua transformação em ambos os casos supõe a constituição de uma “*subjetividade*” requisitada, arma e fundamento de sua autonomização em relação ao processo de valorização do capital. Tal subjetividade, transformada à revelia da vontade individual do operário, é instrumentalizada pelos autores acima citados de acordo com o movimento de transformação dos processos de trabalho.

¹⁶³ GORZ, A., *Métamorphoses du Travail*, op. cit., p. 36.

Não importa a correlação de forças políticas entre a classe trabalhadora e capitalista em suas respectivas formações sociais, não importa o embate pautado sobre a luta pela repartição da renda, não importa o grau de representatividade política institucional, a formação de partidos políticos oriundos do movimento operário ou de sindicatos, o que interessa a estes autores é eleger um sujeito político e a base para essa eleição é o estágio do desenvolvimento das forças produtivas, ou melhor, o que a partir delas seria possível realizar.

II.2. A recusa do trabalho: do *operário massa* ao *operário social*

A tese de Antonio Negri sobre a formação do trabalho imaterial como sujeito de transformação da sociedade remete, entre outras coisas, à idéia da recusa pelo trabalhador do trabalho. O autor analisa a última reestruturação produtiva com base na idéia de que os capitalistas foram forçados pelos trabalhadores a implantar novas tecnologias na produção e reorganizar as formas gerenciais de controle e organização dos processos de trabalho junto aos trabalhadores. Os capitalistas, desesperados frente à intempestiva atitude dos trabalhadores que se recusaram a trabalhar, viram-se obrigados a investir no processo de reestruturação da produção.

Negri indica que o taylorismo-fordismo teria sido superado por uma desilusão do operariado com o patamar de consumo esperado pelo pacto keynesiano. Isto teria levado os trabalhadores taylor-fordistas a uma “recusa” deste tipo de trabalho que obrigou os capitalistas a investirem massivamente em tecnologia para enfrentar essa nova atitude dos operários.¹⁶⁴

¹⁶⁴ Ver: LESSA, S., *Para Além de Marx?*, *op. cit.*, p. 112.

A fundamentação de tal perspectiva está desenvolvida em seu texto *République Constituante*.¹⁶⁵ Resumidamente, pode-se caracterizar a tese de Negri da seguinte forma: o regime de acumulação fordista teria entrado em crise, e com ela a crise do “Estado fordista”. Isto porque, os sujeitos que “amarravam” o acordo político, por razões iminentemente econômicas, transformaram-se, deslocando seus interesses em direção a novas formas de enfrentamento político.

“De uma parte as diferentes burguesias internacionalizaram-se, fundando, doravante, seu poder sobre a transformação financeira do capital, e tornaram-se representações abstratas do poder; de outra parte, a classe operária industrial (na seqüência das transformações radicais do modo de produção: triunfo da automação no trabalho fabril e informatização do trabalho social) vê transformar-se sua própria identidade cultural, social e política. A uma burguesia financeira e multinacional (que não vê razões em sustentar o peso do *Welfare* nacional) corresponde um proletariado socializado, intelectual – tão rico em novas aspirações quanto incapaz de prosseguir em sua articulação com o compromisso fordista.”¹⁶⁶

Nesse sentido, caracterizar-se-ia uma transformação do “sujeito produtivo”, isto é, nos anos 1970, com a reestruturação produtiva, “(...) *desaparecia a centralidade do ‘operário massa’ e (...) começava a aparecer um sistema integrado de automação industrial e de informatização do social*” que dera origem ao “operário social”¹⁶⁷. Nas palavras de Negri,

¹⁶⁵ NEGRI, A.. “République Constituante”. In: *Futur Antérieur*, 1993/1, n° 15. Ver também: NEGRI, A.. *O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

¹⁶⁶ NEGRI, A., “République Constituante”, *op. cit.*, p. 72.

¹⁶⁷ NEGRI, A.. “Penser à l’envers”. In: *Futur Antérieur*, 1991, Eté, n° 06, p. 141.

“Por ‘operário social’, designamos esta nova força de trabalho que (foi expulsa do sistema fordista ou se encontra já para além de seus limites) começava a manifestar novas formas de antagonismo, enraizados nos novos espaços de produtividade como a infra-estrutura terciária, a formação e a escola, no trabalho social difuso, no mundo da comunicação e em todos os setores do trabalho imaterial.”¹⁶⁸

Essa transformação, indicada por Negri, teria sido determinada no terreno político. Na verdade, Negri caracteriza essa passagem como uma antecipação realizada pelos trabalhadores. A organização política corporativa do operário ligado à indústria, ao posto de trabalho e a uma determinada homogeneidade, estimulada pela similaridade das suas condições profissionais, teria sido transformada no momento em que se observou o inevitável fim do industrialismo. Os operários passaram, assim, a se organizar nos moldes de uma “*produção total*”, ou ainda com base em uma produção pós-industrial¹⁶⁹, antecipando e impondo a necessidade da reestruturação produtiva que estava por se edificar.

¹⁶⁸ NEGRI, A., “Penser à l’envers”, *op. cit.*, p. 141.

¹⁶⁹ Durante as décadas de 1970 e 1980 muitas teorias contrárias à problemática produtiva foram desenvolvidas. Há em seu seio a idéia de que o marxismo seria uma teoria típica e somente válida para a análise do industrialismo. Ao indicar a superação dessa forma de organização da produção, dever-se-ia construir novos conceitos e estruturas racionais que dessem conta dos novos regimes de acumulação. Em resumo, restringe-se a teoria marxista à análise dos processos de trabalho dentro de uma historicidade singular, para depois rejeitá-la como um todo. Isto abriu a possibilidade de construção, sob outros moldes, de variadas formas de compreensão da produção e da dominação do capital que excluem completamente a dimensão das classes sociais. “A noção de ‘pós-marxismo’ aparece na literatura teórica recente como a última de muitas ‘pós’ formulações’ (por exemplo: ‘pós-burguesia’, ‘pós-economicismo’, ‘pós-materialismo’, ‘pós-moderno’, e mesmo sociedade ‘pós-socialista’) o que implica uma transição das contradições da ordem burguesa, a luta de classe, e os dilemas do capitalismo para uma nova ordem emergente despida de ideologia e conflito. Daniel Bell anunciou esta tendência na sua defesa do ‘fim da ideologia’, enquanto sua tese de uma ‘sociedade pós-industrial’ analisa melhores padrões de vida e uma diminuição da distância entre classes sociais através da educação de massa, produção em massa, e maior consumo.” CHILCOTE. ED. D. & CHILCOTE. R. H., “A Crise do Marxismo: Uma apreciação de Novos Rumos”, *op. cit.*, p. 13. Sobre estes inumeráveis fins talvez os expostos por Daniel Bell sejam os mais representativos. Ver: BELL, D.. *O Fim da Ideologia*. Brasília: UNB, 1980 & *O Advento da Sociedade Pós-Industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1973. Para um contraponto das teses sobre o fim da sociedade pós-industrial, ver: BIRNBAUM, P., *La Fin du Politique op, cit.*

O problema é que essa tentativa política de antecipar a reestruturação produtiva teria sido combatida pelas tradicionais formas de organização da produção baseadas no movimento operário oficial¹⁷⁰, indica Negri. A tese central do movimento operário era a de que os próprios operários poderiam se colocar como gestores da reestruturação da produção, ou seja, seria possível negociar com o capital e suas “formas antagonistas” um “*compromisso histórico*”.¹⁷¹

Depois de passados quase 40 anos, vemos que a organização “oficial” do movimento operário à qual se referia Negri não conseguiu conter o avanço do capital e tampouco se tornou sujeito, gestora desse processo. No entanto, Negri nos convida a aceitar a afirmação de que a proposição do ‘operário social’ — reprimido pela investida política dos operários tayloristas-fordistas — tinha razão, pois o que se verificaria hoje no contexto da produção automatizada seria a:

“(…) interseção da polivalência individual (quase empreendedora) do trabalhador e da complexidade das relações sociais (de formação, científicas, culturais, mercantis, etc.) que o constituem cada vez mais. O modo de trabalho japonês revela e interpreta a sua forma esta ruptura da alienação taylorista do trabalho e do despotismo da fábrica que as lutas operárias desde os anos 60 tinham designado como objeto privilegiado do ódio do operário”¹⁷²

No entanto, Negri caracteriza o ponto central da produção de tipo japonesa a partir da exaltação do trabalho individual no processo de apreensão de sua subjetividade. Na prática, o trabalhador individualizado, tem em sua produção um “refúgio”, um espaço de

¹⁷⁰ A idéia de operário oficial ou sindicalismo oficial é relacionada por Negri às formas de resistência dos operários ligados à indústria, aos operários especializados.

¹⁷¹ NEGRI, A., “Penser à l’envers”, *op. cit.*, p. 142.

¹⁷² NEGRI, A., “Penser à l’envers”, *op. cit.*, p. 142.

intervenção direta no trabalho. A noção de “operário social” ganharia força, já que articularia a produtividade social que só poderia ser concretizada pela ação individualizada, pessoal; tudo isso com base em um “*enriquecimento*” qualitativo dos trabalhadores.

A partir dessa articulação, ele pode romper, por exemplo, com a análise de Coriat, no momento em que elege como momento primordial, não um tipo de articulação gerada na indústria e a partir dela disseminado, mas sim (e, nesse sentido, aproveita o título da obra de Coriat para “*penser à l’envers*”¹⁷³), isto é, como uma prática social que se estende à indústria. Negri caracteriza, dessa forma,

“(…) não a partir destes engenheiros da Toyota os quais essa inteligência não pode senão se autolimitar ao horizonte da organização industrial, mas destes novos sujeitos que, na fábrica e na sociedade, definem-se a partir da natureza comum do trabalho produtivo e de suas articulações.”¹⁷⁴

Com base nessa hipótese a de que o caráter produtivo do trabalho não viria da fábrica (e, por conseqüência, a luta política também não viria), mas sim é imposto ao universo da fábrica, Negri indica que “(…) *a organização industrial não é a matriz, mas a conseqüência desta substância social comum do trabalho produtivo.*”¹⁷⁵ Dessa forma, pode, primeiro, estender a relação de produção baseada na mercadoria para toda a sociedade, observando, por exemplo, o caráter produtivo do empresário capitalista e, em segundo, questionar a matriz marxista, que vincularia e restringiria este caráter produtivo da mercadoria a seu objetivo central: a extração de mais-valia.

¹⁷³ Ver, CORIAT, B.. *Penser à l’Envers: Travail et Organisation dans l’Entreprise japonaise*. França: Christian Bourgois, 1991.

¹⁷⁴ NEGRI, A., “Penser à l’envers”, *op. cit.*, p. 145.

¹⁷⁵ NEGRI, A., “Penser à l’envers”, *op. cit.*, p. 145.

Por conseqüência, é possível determinar o surgimento de um operário social, sem vinculação com a produção direta de valores de troca, mas vinculado apenas à socialização de produção desses produtores sociais; ou seja, de um “indivíduo social” que, em última análise, é caracterizado por uma aproximação ao “*intelecto geral*” anunciado por Marx nos *Grundrisse*. A formação dessa categoria de produtores qualificados e aptos a se liberarem das amarras do controle imposto pelo regime de acumulação taylor-fordista ganha, assim, uma definição generalista.:

“O proletariado pós-fordista, o povo do ‘operário social’, é sustentado e constituído pela imbricação permanente da atividade técnico-científica e pelo duro labor da produção de mercadorias, pelo *empresariado* de redes onde esta imbricação se manifesta, pela combinação cada vez mais íntima entre a *recomposição do tempo de trabalho e das formas de vida*’ (...) Na subsunção científica do trabalho produtivo, na abstração e socialização crescentes da produção, a força de trabalho pós-fordista é cada vez mais *cooperante* e *autônoma*. Autonomia e cooperação significam que a força empreendedora do trabalho produtivo está doravante nas mãos do proletariado pós-fordista.”¹⁷⁶

Deve-se notar que a noção genérica de *povo*, que nos escritos de Negri dos anos 2003 a 2005 passa a ser anunciada como *multidão*, é constituída dentro da perspectiva de que o trabalho, a atividade assalariada, teria perdido seu caráter unificador. As possibilidades de criar uma identidade de classe com base nas relações de produção estrito senso são consideradas ultrapassadas, pois a razão econômica teria extrapolado os domínios da fábrica, teria se libertado, portanto, das amarras da fábrica, ganhando maior sociabilidade e chegando, dessa forma, a se constituir como um mecanismo de

¹⁷⁶ NEGRI, A., “République Constituante”, p. 73 – grifos meus.

disseminação político ativo. Se a produção constitui-se fora da fábrica, o poder político que proviria dessa produção também se alargaria para fora dela. Se a formação política que se constituía a partir de certa homogeneidade de laços profissionais característicos da produção fabril do período taylor-fordista perde sua centralidade. Em virtude disso, a classe social como conceito analítico e *práxis* também perderia seu valor. A luta de classes tornar-se-ia um conceito ultrapassado, antiquado se pensado dentro das novas formas de socialização da produção.

Na prática, toda essa perspectiva de alargamento da produção social remeteria finalmente à idéia da constituição de um *povo*, de uma *multidão* como conformação política ideal às novas formas de exercício da produção capitalista.

É curioso e sintomático que todas as virtudes encontradas por Negri nos chamados proletários pós-fordistas proviriam do “*próprio desenvolvimento da produtividade.*”¹⁷⁷ A questão repousaria, na verdade, na idéia de recusa das novas formas de exploração do trabalho pelos trabalhadores. Se há uma inadaptação entre os produtores, que não mais se submetem ao jugo do capital, pois passaram a deter em seu trabalho as formas de concepção, não faria sentido pensar um novo acordo entre aqueles que são proprietários dos meios de produção e a aqueles que detêm a força de trabalho. A esse respeito, nos questiona Negri:

“Em matéria de ciência política e de doutrina constitucional, tudo muda hoje: se, realmente, aqueles que eram outrora sujeitos são, mais do que nunca, mais inteligentes e mais ‘armados’ que os monarcas e os

¹⁷⁷ NEGRI, A., “République Constituante”, p. 73.

patrões, porque, então, eles buscariam uma mediação com esses últimos?”¹⁷⁸

Nesse mesmo texto, o autor propõe uma alternativa política de organização que não se submeta a lógica do Estado, que esteja “*para além da teoria das ‘formas de Estado’*”, a saber, os “*soviets da intelectualidade massa*”. Para tal, seria necessário o desenvolvimento do trabalho imaterial que é considerado uma atividade que visa à “*(...) reapropriação cada vez mais completa do saber técnico-científico pelo proletariado, de tal forma que não poderá mais considerar-se o saber técnico-científico como pura função ‘mistificada’ de comando, separada da intelectualidade de massa*”. Assim, tal reapropriação estaria vinculada ao fim da distinção entre “*(...) trabalho e vida social, entre vida social e vida individual, entre produção e formas de vida.*”¹⁷⁹ Isto possibilita a Negri indicar a existência de um “indivíduo social” que, ao não se submeter ao caráter técnico da produção (ao não ser dominado por ele) forma um novo momento de resistência político-revolucionária.

Tal concepção da política está relacionada ao trabalhador visto de forma isolada, com uma recomposição do artesão, supostamente consciente do processo de produção. Um trabalhador que retomaria sua força política porque tem qualificações centrais dentro da lógica de sua própria exploração social. Sua força política estaria, pois, ancorada nos elementos técnicos de sua condição profissional e, portanto, estaria longe de fundamentar uma política comum a toda classe trabalhadora. Na verdade, vincular-se-ia a um “nicho” restrito de trabalhadores ditos imateriais, eleitos pela sua qualificação especializada para

¹⁷⁸ NEGRI, A., “République Constituante”, p. 76.

¹⁷⁹ NEGRI, A., “République Constituante”, p. 78.

realizar uma nova forma de política. Seriam eles os colarinhos brancos da nova era do “operarismo”?¹⁸⁰

Acreditamos ser necessário realizarmos dois movimentos analíticos para melhor problematizar os desdobramentos da teoria do imaterial em Negri. Em primeiro lugar, retornar aos anos 1960 e, particularmente, ao “operarismo italiano”. Em segundo, pensar como a reapropriação dos *Grundrisse* de Marx é desenvolvida, isto é, em que medida a questão da subjetividade exaltada por Negri (e também por Maurizio Lazzarato, um dos autores que nos ajudaram a explicitar as teses sobre o trabalho imaterial), como elemento central da constituição de um suposto “indivíduo social”, de um proletário social, em um primeiro momento, e da multidão no desaguar dessa teoria.

II.3. A construção da subjetividade e a automação da produção

A leitura de Negri e Lazzarato tem uma particular aproximação com os *Grundrisse*. Sua ênfase está em galgar na obra de Marx uma formulação que compreenda uma definição do capitalismo, da política e, fundamentalmente — pois é isso que lhe interessa — uma leitura da subjetividade política. Querem realizar a crítica das perspectivas, com base nessa proposição, de Jünger Habermas e Hanna Arendt, por exemplo, já que para estes autores Marx teria reduzido o trabalho a “*trabalho instrumental*”, quando, na prática, caracterizou a produção como um conceito “*meta-econômico*”.¹⁸¹

Lazzarato, por exemplo, indica que as questões políticas, subjetivas e culturais são problematizadas por Marx no interior do conceito de “trabalho vivo” e que pensar o

¹⁸⁰ Ver: MILLS, W.. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

¹⁸¹ LAZZARATO, M. *et alli.*, “Le ‘travail’: um nouveau débat pour de vieilles alternatives”. In: *Futur Antérieur*, Paris, 1996/2, n° 35-36, p. 73.

conceito de trabalho como trabalho instrumental é uma prática “(...) *tardia do desenvolvimento capitalista que mistifica a relação política na objetividade da economia*”¹⁸². Atribuir essa leitura a Marx faria parte de uma ideologia do trabalho própria das sociedades capitalistas. Não faria sentido, dessa forma, caracterizar as relações sociais capitalistas com base em uma externalização do tempo liberado e das atividades culturais, relacionais, cognitivas, etc., em relação às atividades instrumentais, mas sim “(...) *como um novo espaço de enfrentamento político.*”¹⁸³ Um espaço no qual o “tempo da vida” seja construído em oposição ao movimento de sua *colonização* imposto pela produção de mercadorias. Resumidamente, o que Lazzarato pretende, ao analisar a redução do tempo de trabalho e a repartição da renda social, é caracterizar a impossibilidade de separação dessas “esferas” (mundo da vida e sistema) com base na proposição de que em Marx o “funcionar” e o “agir” não podem ser pensados em separado e que, portanto, os elementos subjetivos são partes integrantes do processo de valorização do capital e da exploração da capacidade de trabalho. “*Em Marx heteronomia e autonomia, liberdade e exploração, subjetividade e objetividade são dados ao mesmo tempo no interior da organização capitalista do trabalho.*”¹⁸⁴

Rosdolsky, ao analisar as formas pré-capitalistas de exploração do trabalho, comenta uma passagem de Marx da qual podemos extrair uma possível crítica da idéia de recusa do trabalho, que remete à questão da constituição de uma nova subjetividade a partir da idéia de um novo tipo de trabalho:

“(...) como trabalhadores assalariados nas plantações de cana-de-açúcar, ‘contentam-se em produzir o estritamente necessário para o

¹⁸² *Idem, Ibidem.*

¹⁸³ *Idem, p. 74.*

¹⁸⁴ LAZZARATO, M., “Le ‘travail’: un nouveau débat pour de vieilles alternatives”, *op. cit.*, p. 76.

próprio consumo e, excetuando-se esse ‘valor de uso’, consideram o ócio como a atividade mais importante; não dão a menor importância ao açúcar e ao capital fixo investido nas plantações; sorriem com sarcasmo e ironia, nas barbas do proprietário ameaçado pela falência; aproveitam até o cristianismo que lhes foi ensinado para legitimar sua malícia e indolência. (...) O capital, como tal, não existe para eles, já que a riqueza autônoma, colocada em sua forma geral, supõe o trabalho forçado **direto**, como ocorria na escravidão ou na servidão, ou o trabalho forçado **mediado**, o trabalho assalariado. Ao trabalho forçado direto, acrescenta Marx, ‘a riqueza não se contrapõe como capital, mas como **relação de dominação** [...]; [nessa relação], a riqueza só tem valor como fruição, não como riqueza em si mesma; essa relação [ao contrário da relação capitalista] não cria a indústria geral, a laboriosidade.’¹⁸⁵

Essa passagem um tanto sarcástica, na verdade, ilustra uma sociedade capitalista em formação na qual está pressuposta a separação entre os que detêm e os que não detêm os meios de produção. Mas, — e aqui é o que mais nos interessa — a sociedade observada não tem como relação social fundamental a constituição de excedentes sempre maiores que são criados com base na exploração de um tempo necessário de trabalho, em um tempo de trabalho explorado e não pago, seja ele provindo das capacidades (se é que é possível realizar esta separação) intelectuais ou manuais. Isto é, não se observa a presença de uma forma hegemônica de produção que domina e se impõem às outras. Dessa forma, é possível compreender a recusa desses indivíduos em relação às formas de imposição e coerção ao trabalho.

¹⁸⁵ ROSDOLSKY, R., *Gênese, op. cit.*, p. 192.

O assalariamento pode simplesmente ser recusado, como uma opção de existência social dentre outras opções possíveis. No caso de uma sociedade capitalista constituída, essa recusa não parece ser aceitável. Não se trata de uma escolha. Na verdade, somente poderíamos, dentro desta perspectiva, pensar uma falta de escolha. A classe trabalhadora vende sua força de trabalho porque não há outra possibilidade de sobrevivência social no capitalismo. Contudo, é importante mencionar que a redução dos gastos com o tempo de trabalho, com ganho de produtividade, é objetivo geral de toda produção capitalista. Assim, a “liberdade” de recusa do trabalho torna-se ainda menos provável já que o número de postos de trabalho tende a se reduzir pela substituição constante de trabalho vivo por trabalho passado. Ter um trabalho hoje é quase uma dádiva, dizem as ideologias do capital. Agarre-se a ele! Deixe-se explorar! Falar em recusa do trabalho nestes termos seria, então, corroborar uma proposta comunista? Quais são os fundamentos históricos e teóricos que levam Negri a afirmar tal recusa? Acreditamos que a análise crítica do “operarismo italiano” pode nos servir como um caminho possível para explicitar teoricamente a tese da recusa anunciada por Negri.

II.3.1. O operarismo italiano e o caráter social da produção capitalista

Não é difícil estabelecer um conjunto de princípios do que se convencionou chamar de “operarismo” na Itália. As revistas que exploraram este termo/objeto nos anos 60/70 foram os *Quaderni Rossi* e as revistas *Classe Operaia* e *Potere Operaio*, sendo os principais expoentes dessa difusão Raniero Panzieri, Mario Tronti e Antonio Negri.

O “operarismo” funda-se com a publicação do primeiro número dos *Quaderni Rossi* em junho de 1961, quando este assunto é explicitado. Existe entre os “operaristas” um conjunto de proposições específicas que remetem a uma apropriação conceitual vinculada a

uma leitura dos *Grundrisse* de Marx. Em seu repertório conceitual estão, por exemplo, as noções de *general intellect* (intelecto geral), composição de classe e autonomia. Talvez, a relação mais direta com Marx esteja na passagem em que, nos *Grundrisse*, o autor indica a superação da produção com base no tempo de trabalho e, por conseqüência, a necessidade material e histórica de formação de um trabalhador social que se coloca como pilar de sustentação no processo de dominação da natureza. Necessidade esta que abriria a possibilidade de domínio por parte do *indivíduo social* das forças produtivas socializadas.¹⁸⁶

No entanto, as formulações que pareceriam atualizar as questões colocadas por Marx no século XIX transformaram-se em uma teoria avessa e, poderíamos dizer, contrária a uma questão fundamental à teoria marxista: a luta de classes como motor da história. Na prática, o desdobramento do “operarismo” hoje “(...) *é sobretudo uma referência empobrecida, uma coleta de palavras que tem a aparência de uma teoria e que agrega unidade e identidade aparente a posições confusas, refém de modas culturais ou da nostalgia.*”¹⁸⁷ A transformação do “operarismo” italiano, de uma teoria revolucionária em uma moda refém de uma nomenclatura relativista, pode ser precisada a partir da transformação (sugerida por Negri) do “*operário massa*” em “*operário social*”.

No nascedouro do ‘operarismo’ a questão marcante é a da crítica da interpretação marxista calcada no progresso técnico. A tese sobre o desenvolvimento das forças produtivas como motor do desenvolvimento humano era a força crítica dos autores que formavam o ainda pouco difundido “operarismo”. Dentro dessa perspectiva, o capitalismo é compreendido a partir do binômio propriedade privada e mercado. Dessa forma, Panzieri,

¹⁸⁶ Ver: MARX, K., *Grundrisse*, *op. cit.*, p. 228.

¹⁸⁷ TURCHETTO, M.. “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano”. In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Revan, 2004, n° 18, p. 85.

indica que a tradição marxista estaria presa a um universo que se ampara em uma visão apologética do progresso tecno-científico. A crítica de Panzieri está, portanto, relacionada à seguinte questão: como pensar a utilização das forças produtivas capitalistas, se nelas estão plasmadas as relações de produção oriundas do domínio do capital? As relações de produção deveriam, assim, ser consideradas como parte da própria estrutura das forças de produção.¹⁸⁸

Não haveria, nesse sentido, um desenvolvimento “puro” das forças produtivas que garantisse a chegada ao socialismo, uma vez que esse desenvolvimento seria contaminado pelas determinações histórico-sociais específicas a cada formação social. O primado das forças produtivas, pilar de sustentação das concepções hegemônicas no marxismo, foi, então, questionado. Por conseguinte, a ciência, a técnica, a organização do trabalho, anteriormente entendidas como questões *in vitro*, passam a ser analisadas como expressão do domínio despótico do capital. Assim, conceitos como o de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital, a idéia de expropriação subjetiva dos produtores em relação às potências da produção são relacionados ao conceito de modo de produção. O capitalismo pode, dessa forma, ser analisado não somente com base na relação entre propriedade privada e mercado, mas com base em uma forma específica de organização da produção que teria no taylorismo e no fordismo sua plena expressão.

Não se tratava apenas de um retorno a Marx. Há uma instrumentalização e atualização de certos conceitos. Para se refutar a avaliação/análise de processos históricos da Itália naquele momento os conceitos de “composição de classe” e de “operário massa” são então caracterizados.

¹⁸⁸ TURCHETTO, M.. “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano”, *op. cit.*, p. 86.

“O ‘operário massa’ é o novo sujeito produtor do ‘neocapitalismo’¹⁸⁹, tecnicamente desqualificado com relação à figura precedente do ‘operário especializado’, é ‘subjetivamente expropriado’, ‘realmente subordinado’ ao capital, erradicado socialmente e politicamente privado de tradição. Todavia, é considerado portador de uma fortíssima potencialidade de conflito. A ‘composição de classe’ quer exprimir o nexos entre características técnicas, objetivas, que a força de trabalho apresenta em um dado momento histórico pela sua colocação na organização capitalista do processo produtivo, e aquelas que são, diferentemente, suas características políticas, subjetivas: de fato, a síntese desses aspectos determina o potencial da luta de classe.”¹⁹⁰

Existe, nesse momento, uma tentativa de desmistificação da palavra “profissão”, aliada e conjugada, sobretudo, no tratamento dos operários especializados. Retomam-se questões como as da alienação e da desqualificação do trabalho, que vinham sendo submetidas a uma lógica de integração profissional do operário à empresa, sobretudo, porque os processos técnicos, novas formas de organização da produção e automação não são vistos como formas de desenvolvimento da subordinação do trabalhador ao capital e de fortalecimento do domínio capitalista dentro da fábrica e fora dela. Cria-se, portanto, uma aparente formulação conceitual que pretendeu atualizar os conceitos desenvolvidos por Marx nos *Grundrisse*. Nesse primeiro momento, como nos indica Turchetto, o ‘operarismo’ italiano apresenta-se como uma teoria rigorosa, pois articula de forma coerente um quadro

¹⁸⁹ O conceito de neocapitalismo é desenvolvido por Gorz em *Estratégia operária e Neocapitalismo Capitalismo*, designa basicamente uma sociedade de transição, na qual as formas de poder político da classe trabalhadora seriam expandidas e desenvolvidas com base em reformas políticas de caráter revolucionário. Sobre o neocapitalismo e mais especificamente sobre a utilização da máquina no neocapitalismo, ver: PANZIERI, Raniero. *Spontaneità e Organizzazione: gli anni dei “Quaderni Rossi”, 1959 – 1964*. Piza: BFS, 1994.

¹⁹⁰ TURCHETTO, M.. “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano”, *op. cit.*, p. 87.

conceitual a uma luta política, isto é: “*Esse ‘operarismo’ das origens parece ter as credenciais para ser uma boa teoria: uma teoria que possui um forte catalisador crítico, que produz instrumentos analíticos e que orienta a práxis.*”¹⁹¹ Esta articulação entre a teoria e prática social fundamenta-se em uma leitura da relação entre a fábrica e a sociedade, caracterizada pela idéia de que haveria uma extensão da lógica organizacional presente na fábrica para toda a sociedade.

Em 1963, Tronti, Negri e Alquati saem da redação dos *Quaderni Rossi* e fundam a revista *Classe Operaia*. O fundamento dessa revista girava em torno da idéia de que existiria uma continuidade entre as lutas operárias e a luta pela revolução, com a qual Panzieri, editor dos *Quaderni Rossi*, não concordava. Tronti, por exemplo, estabelece uma relação direta entre fábrica e sociedade, caracterizando um nexos entre tais espaços, e entre suas lógicas sociais. A idéia seria a de que a sociedade trabalha com a mesma lógica da fábrica e que existiria na sociedade um movimento de expansão contínuo que socializaria o tipo de organização fabril.

Na verdade, todo o “operarismo” italiano compartilhava da idéia de expansão da lógica fabril à sociedade. No entanto, Tronti supervaloriza a fábrica em relação à sociedade, indicando que a fábrica estender-se-ia progressivamente em direção à sociedade. A fábrica produziria, nesse sentido, a própria sociedade, já que o antagonismo existente no capitalismo era considerado como oriundo dela.

A contradição central, dessa forma, não seria dada entre forças produtivas e relações de produção, mas sim entre processo produtivo e processo de valorização, respectivamente presentes na fábrica e na sociedade. A força de trabalho na sociedade apresentar-se-ia como

¹⁹¹ TURCHETTO, M.. “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano”, *op. cit.*, p. 88.

valor de troca enquanto na fábrica ela é valor de uso do capital. Há, pelo menos na aparência, uma semelhança entre as concepções de Tronti e de Panzieri quanto a este ponto: a organização da produção estende-se à sociedade.

No entanto, a semelhança fica apenas no terreno da aparência. Panzieri pensa a extensão da fábrica como um processo de crescimento de aspectos da planificação econômica que caracterizariam o neocapitalismo. Dessa forma, inscreve-se na lógica do primado das forças produtivas e se vincula ao marxismo ortodoxo quando caracteriza a presença de estágios históricos do capitalismo em direção a uma sociedade mais regulada. Já para Tronti, a idéia de fabricar a sociedade é distinta e tem sentido oposto. Há, para ele, uma diversificação das ações na sociedade em relação às da esfera da produção.

A idéia de planificação econômica da sociedade como processo histórico calcado em leis que fundamentam o desenvolvimento do capitalismo tem o sentido, em Panzieri, de expressar as formas de concentração capitalistas: quanto mais concentrado, mais próximo de uma determinada planificação. Já em Tronti, a extensão é caracterizada pelo desenvolvimento da terceirização — expansão dos serviços da economia. Tronti observa, nesse processo, a generalização do trabalho assalariado, "*(...) a proletarização de vastas camadas de população, a submissão direta às exigências da produção de setores tradicionalmente considerados improdutivos.*"¹⁹²

Turchetto assinala que tal interpretação é oriunda de uma leitura hegeliana de passagens da *Introdução de 1857*¹⁹³ de Marx. Nesse texto, Marx aponta como a produção pode ser considerada como momento particular, mas também geral, do modo de produção

¹⁹² TURCHETTO, M.. "Antonio Negri e o triste fim do 'operarismo' italiano", *op. cit.*, p. 93.

¹⁹³ MARX, M., "Introdução [à Crítica da Economia Política]". In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

capitalista. Particular, pois faria parte de um conjunto de outros momentos: consumo, distribuição, troca, etc. Geral, pois comportaria e superaria a si e aos outros momentos, isto é, não se trataria de uma soma aritmética, mas de uma relação de sobredeterminação dialética entre as esferas sociais que só podem ser particularizadas a partir da pedagogia científica, ou, como nos sugere Gramsci, com base em uma distinção metodológica.¹⁹⁴

No entanto, as interpretações de Tronti sobre essas passagens conceituais de Marx, são feitas com base em uma leitura que caracteriza o capitalismo dentro de uma concepção de progressão social, de uma evolução que tem como fase inicial a produção que iria, ao se estender, englobando outros momentos da produção em geral.

“Quanto mais avança o desenvolvimento capitalista, quanto mais penetra e se estende a produção de mais-valia relativa, tanto mais necessariamente encerra-se o círculo produção - distribuição - troca - consumo, tanto mais, faz-se orgânica a relação entre produção capitalista e sociedade burguesa, entre fábrica e sociedade, entre sociedade e Estado.”¹⁹⁵

Todo o operarismo está marcado por essa tese e é dela que surge a idéia de um “operário social”. A fábrica engloba a sociedade e se estende completamente por ela (a sociedade); mas enquanto fábrica tem uma estrutura de comando que se configura e é encarnada pelo capital. Trata-se, assim, finalmente da contraposição de um coletivo de operários, isto é, do operário social, com o comando capitalista socializado.

¹⁹⁴ Ver: GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere, op. cit.*. Em especial o Caderno 11.

¹⁹⁵ TRONTI *apud* TURCHETTO, M.. “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano”, *op. cit.*, p. 92.

Porém, não é Tronti e sim Negri que fundamentará tais assertivas sobre o “operário social”. O contexto histórico é o da última reestruturação produtiva¹⁹⁶, crise do petróleo e repressão política. As lutas operárias entram em descrença, dada a recessão econômica. Trata-se, na prática, de redefinir o sistema de atribuições e qualificações profissionais, o que teve uma consequência política imediata. As novas formas de gestão da produção acabaram por reduzir a forma de resistência política ao igualitarismo dos anos 1960. Propaga-se, assim, um tipo de ação sindical fundada no bordão da profissão.

“Junto com os processos que acompanham a reestruturação — reorganização de seções, mobilidade, demissões — passam, naturalmente à eliminação dos quadros operários mais ativos, a ‘normalização’ das seções mais turbulentas, em uma palavra, o que podemos definir como uma consciente ‘decomposição de classe’: o desmantelamento técnico das antigas ordens produtivas é ao mesmo tempo desmantelamento político da força operária conquistada no ciclo de lutas precedente.”¹⁹⁷

A tese ainda mais veiculada entre a esquerda italiana é a do desenvolvimento das forças produtivas que se vê acompanhado da ideologia da produtividade. Nesse contexto, duas vertentes são formadas no “operarismo”. De um lado, Tronti conclama a autonomia da política — isso se dá por uma inesperada cisão entre fábrica e sociedade, que faz com que o Estado seja considerado com certa autonomia em relação à sociedade. Há, com isso, uma reavaliação do papel do partido político, que teria de equacionar institucionalmente as lutas e reivindicações provenientes do chão-de-fábrica. Por outro lado, Negri, ao apresentar o

¹⁹⁶ Esta reestruturação na produção ainda está em curso. No dia 03 de maio de 2006, por exemplo, a Volkswagen do Brasil anunciou que nos próximos meses fará um corte de milhares de funcionários e que pretende fechar uma de suas cinco montadoras/fábricas instaladas no país. Estes cortes serão realizados com base na introdução de novos dispositivos gerenciais e de novas máquinas que supostamente necessitam de um menor número de operadores.

¹⁹⁷ TURCHETTO, M.. “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano”, *op. cit.*, p. 93.

“*operário social*”, em substituição ao “*operário massa*”, veicula uma alternativa mais duradoura. Há, com isso, um afastamento de Negri em relação a Tronti.

“Diante das imponentes modificações provocadas – ou em vias de serem determinadas – pela reestruturação, o corpo da classe operária distende-se e articula-se em corpo de classe social (...). Depois que o proletariado tornou-se operário, o processo é inverso: o operário torna-se operário no setor terciário, operário social, operário proletário, proletário.”¹⁹⁸

A idéia central seria a de que o desenvolvimento capitalista tem como objetivo libertar-se do operário qualificado, já que considera sua qualificação como fonte de resistência e de antagonização frente ao mando capitalista. Dessa forma, o taylorismo e fordismo seriam expressão dessa lógica baseada na “repressão” das lutas operárias. No entanto, dentro dessa linha de raciocínio, o “*operário massa*”, mesmo não se utilizando de uma estratégia de resistência calcada na qualificação, consegue dar um sentido mais igualitário à luta proletária, mais coletivo e, dessa forma, mais perigoso para o capital. A conclusão é que a reestruturação produtiva tem esse objetivo: paralisar o sujeito antagonista. O novo sujeito político que surge desse processo, o “*operário social*”, é altamente escolarizado, distinto do operário massa fruto da proletarização e massificação do trabalho intelectual. Já estruturado teoricamente por Negri, ele poderia ser parido a qualquer momento.

Há, portanto, um determinismo do pensado, do concebido que se dá com base na pressuposição de que haveria estágios do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento das forças produtivas faz história. Mesmo que na perspectiva de Negri a classe operária

¹⁹⁸ NEGRI, A.. *Proletari e Stato. Per una discussione su autonomia operaia e compromesso storico*. Milão: Feltrinelli, 1976, p. 09.

aparecesse como reguladora desse desenvolvimento, não haveria a possibilidade de rompimento com a cadeia de estágios econômicos do avanço dessas forças produtivas. O autor, insere, assim, um último estágio ao indicar uma passagem dos *Grundrisse* sobre o roubo do tempo de trabalho. Como nos propõe Turchetto:

“Negri não tem dúvidas, a profecia de Marx já foi realizada: não é mais o trabalho que cria riqueza, mas a ciência e a técnica, o *general intellect* que não reside na fábrica e sim na sociedade. O capitalismo já foi extinto, superado pelo seu próprio desenvolvimento, economicamente inútil; sobrevive como pura vontade de domínio, mera coerção ‘política’, já desligada do processo de criação do valor.”¹⁹⁹

As idéias iniciais do operarismo são abandonadas. As forças produtivas não seriam mais o motor da história, pelo contrário, são as lutas operárias que forçam o capital em busca de inovações tecnológicas que visem a sua repressão. Além disso, a resistência do capital que extravasa a produção desenvolver-se-ia na circulação, com base em estratégias de subordinação das práticas de produção da força de trabalho, “(...) *categoria que compreende o comportamento dos operários externamente à fábrica (do consumo à circulação e à organização do tempo livre), comportamento dotado de ‘autonomia’ e investido de um imediato significado anticapitalista.*”²⁰⁰

Do que foi dito, a teoria de Negri corrobora a tese do primado das forças produtivas rumo ao comunismo, mesmo que a questão da recusa seja apresentada no plano da política. O desenvolvimento das forças produtivas não é mais, como entendia Panzieri, motivado pela busca de mais-valia, mas, inversamente, por lutas operárias que forçariam o capital a

¹⁹⁹ TURCHETTO, M.. “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano”, *op. cit.*, p. 96.

²⁰⁰ TURCHETTO, M.. “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano”, *op. cit.*, p. 96-97.

se transformar com base em intensa inovação tecnológica para, com isso, conter o avanço dessas lutas. A resistência da classe operária ao avanço do capital não está confinada à produção. Ela é, para Negri, transferida para o terreno da circulação de mercadorias, isto é, para o terreno das práticas da reprodução da força de trabalho — nesta esfera, externa à fábrica, o operário é compreendido em um espaço físico em que a submissão ao capital não é tão forte. O comportamento do operariado é visto como um momento de certa autonomia política, na qual se poderia organizar o tempo livre, aquele não gasto na produção e, dessa forma, fundar um espaço político por si só anticapitalista, já que se desvincula da esfera de produção de mais-valia e do domínio direto do capital.

A “sociedade pós-industrial” surge, dessa forma, como um mito, como uma hipótese e um mote das sociedades dos anos 1980. A idéia de uma sociedade atomizada, limpa, onde a comunicação é dada por redes e terminais, e onde se pode trabalhar, aprender e se divertir, se casa perfeitamente com a idéia da “produção imaterial”. Nessa esteira, as teses sobre o fim do trabalho são também desenvolvidas, ou melhor, retomadas.

A produção imaterial e as teses sobre o fim do trabalho são explicadas pelas transformações tecnológicas, na automação da indústria, já que a expulsão de parte da força de trabalho não se limita às fábricas, mas também a outros setores não automatizados que também são “enxugados”. Chega-se à conclusão de que o trabalho, como produto limitado e em vias de extinção, por conta do processo de automação, já dá sinais de seu fim próximo, e, portanto, de sua superfluidade.

Da perspectiva dos operaristas, estas teses apenas confirmam a idéia de que a fábrica difundiu-se na sociedade, e diluiu-se até o seu desaparecimento. Isto pressuporia que o trabalho está em vias de extinção. Se se pressupõe o fim do trabalho, pressupõe-se,

necessariamente, o fim do comando capitalista. Portanto, a automação completa tornaria o comando capitalista inútil, sendo que o único fator que impediria esse processo, segundo Negri, seria a tentativa política perversa de prolongar os limites da estrutura de dominação capitalista, que já se vê ruída, mas que luta contra um inevitável fim.

“Nessa ótica, o comando capitalista é cada vez mais separado da produção material e da fábrica. No final, é apenas um *modo de pensar*, de representar a realidade, de produzir sentido e regras lingüísticas, difundido *em toda parte* e interiorizado por *todos*: operários ‘inteligentes’ da fábrica integrada, engenheiros eletrônicos, gerentes, intelectuais. Todos pertencemos ao mesmo conceito ‘força de trabalho cognitiva’ desse sistema enquanto o aceitamos, mas todos somos igualmente ‘intelectualidade de massa’ capaz de retirar-se a si própria.”²⁰¹

Conclui-se nos anos 1990 o que Turchetto nomeia como a *parábola do “operarismo”*. Do “intelectual massa” ao “trabalhador imaterial” — estes últimos retidos como possíveis fundadores de um sindicalismo revolucionário — forja-se, por fim, uma política de tipo neoliberal que, entre outros aspectos, motiva as formas do empreendedorismo, do empresário social como nexos causais da transformação social, já que nessa utópica transformação do “eu-empresário” estaria pressuposta a transformação da massa da intelectualidade.²⁰²

²⁰¹ TURCHETTO, M.. “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano”, *op. cit.*, p. 98 – grifos da autora.

²⁰² Para uma crítica a Negri que coloca em perspectiva o confronto entre império e imperialismo, ver: BORON, A.. *Império e Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

II.4. Reformismo, política e transição ao socialismo

A estratégia ideal para a classe trabalhadora seria, então, a de estimular a política de negociações com o patronato. Tais negociações garantiriam a passagem pacífica ao socialismo, já que nestes acordos estaria pressuposto o fundamento “racional”. “É nessa progressão dialética que se fundamenta a dita estratégia dos objetivos intermediários e do caminho pacífico para o socialismo”.²⁰³

Abrem-se, nesse sentido, as possibilidades de superação pacífica do capitalismo que estimulava a “tática da mão suja”²⁰⁴ como critério de fortalecimento político da classe trabalhadora.

“É claro, o combate não irá abolir o lucro de vez; não dará o poder à classe operária; não alcançará, após seu término vitorioso, a abolição do capitalismo. Levará, apenas, à novas batalhas, à possibilidade de novas vitórias parciais. E em cada uma de suas etapas, principalmente durante a sua primeira fase, deverá concluir-se com um compromisso. Empenhar-se em um caminho semeado de armadilhas. Obrigará o sindicato a fazer acordos com os patrões. Impedirá o sindicato de recusar em massa o poder patronal, de contestar em massa a gestão capitalista. O sindicato deverá ‘sujar as mãos’. Para cada compromisso, para cada acordo assinado ao término de uma batalha, avaliará, assinando, o poder patronal.”²⁰⁵

A luta política reformista de acordos e compromissos é considerada como momento necessário da revolução socialista. Até aqui não se concretiza uma ruptura com Marx. No entanto, os compromissos ou acordos feitos com o patronato são concebidos como a luta

²⁰³ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 105.

²⁰⁴ *Idem*, ibidem, p. 30.

²⁰⁵ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 55-56.

tática mais adequada contra o capital e em favor do desenvolvimento das forças produtivas que deslocaria, em sua evolução, qualquer necessidade de enfretamento direto entre as classes sociais. A revolução apresentar-se-ia, assim, como passagem, como catarse coletiva que projetaria o capitalismo, pela sua racionalidade científica, a uma nova estrutura social.

Há aqui um abandono das teses de Marx sobre a transição do capitalismo ao socialismo: a ruptura com a sociedade capitalista é substituída por um conjunto de “acordos” políticos; os antagonismos sociais em presença obscurecem-se, então, no politicismo. Desta maneira, a opção por uma política de negociação realizada, sobretudo, nas esferas relativas ao mercado tornar-se-ia — o que já anunciaria as interpretações das décadas de 1980 e 1990 — o centro da luta política geral.

Os antagonismos entre capital e trabalho são mistificados em uma outra roupagem, deslocando-se a problemática central: a saber, a da exploração e reprodução da força de trabalho da esfera produtiva. As teorias fundamentam uma análise dicotômica que separa a economia da política, restringindo o processo de formação de uma classe revolucionária ao mercado e às negociações de cunho corporativo.

O desenvolvimento tecnológico, por exemplo, recolocaria a questão da redução da jornada de trabalho²⁰⁶ a partir do convencimento do patronato. Isto acabaria por possibilitar

²⁰⁶Essa questão volta a aparecer no discurso de Gorz das décadas de 80 e de 90, no momento em que identifica como necessária a redução da jornada de trabalho. Segundo ele, em *Adeus ao Proletariado*, *op. cit.*, o trabalho deveria ser reduzido, em horas trabalhadas, para que todos pudessem trabalhar. O avanço das forças produtivas e a substituição de homens por máquinas gerariam uma diminuição do número de postos de trabalho, o que provocaria o desemprego estrutural. A alternativa seria, assim, a redução das horas trabalhadas e não a revolucionarização dos meios e das relações de produção.

a satisfação de necessidades básicas, além de criar empregos suficientes para todos, obstruindo, portanto, as “leis” de tendência²⁰⁷ que dirigem a acumulação do capital.

“Pelo desencadeamento de uma produção altamente desenvolvida, não somente em termos científicos e tecnológicos mas, sobretudo, em termos de organização da produção pelos operários técnicos, a satisfação das necessidades poderia ser enxugada no que se referiria ao tempo produtivo. Este tempo seria transferido ao trabalhador como aumento do tempo objetiva e subjetivamente necessário à produção de “*indivíduos humanos*” e de um “*mundo humano*”.”²⁰⁸

É com base no entendimento desses “*objetivos intermediários*” que se revelam as teses sobre a transição pacífica ao socialismo anunciada por Gorz, em 1964 quando da publicação de *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, e abandonada quando da publicação de *Adeus ao Proletariado*, em 1981. Nessa concepção, o socialismo seria visto como uma extensão do capitalismo, já que Gorz compreendia os desdobramentos históricos a partir de uma evolução progressiva e incontornável das forças produtivas.

Entretanto, percebemos que os critérios que estimulam a convivência entre as relações sociais determinadas pela lógica do capital e as possibilidades de luta pela superação do capitalismo estabelecem uma ruptura com as teses de Marx, sobretudo com a tese da luta de classes como motor da história. Lembremos a célebre frase do *Manifesto*: “*A história de toda sociedade até hoje é a história da luta de classes*”²⁰⁹.

²⁰⁷ Ver MARX, M., “Introdução [à Crítica da Economia Política]”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. GRAMSCI, A., *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

²⁰⁸ AMORIM, H. *Teoria Social e Reduccionismo Analítico*, *op. cit.*, p. 153.

²⁰⁹ MARX, K., *Manifesto*, *op. cit.*, p. 66.

Contrariamente, o eixo central não é uma luta de classes, mas sim uma alternativa nas categorias profissionais. A classe trabalhadora é apenas a representação de uma quantidade de categorias profissionais e sua estratégia política deveria contemplar um estágio anterior ao revolucionário. Das transformações impostas pelo avanço das forças produtivas vislumbra-se a superação capitalista. A luta política é uma derivação exclusiva de uma luta eminentemente mercantilista. A criação das bases para uma nova cultura, para um novo modo de se produzir a cultura, assim como a criação de qualquer sujeito político, é relegada ao terreno econômico. Assim, Gorz estabeleceu a relação entre a necessidade de uma luta econômica e o caráter emancipador do desenvolvimento das forças produtivas como agente do desenvolvimento do próprio modelo de sociedade capitalista.

“No estágio do monopolismo, não é mais possível opor o poder do Estado ao do monopólio privado: as ilusões a esse respeito foram já dissipadas entre as massas. No estágio do monopolismo, a construção da democracia deve também encontrar formas de expressão que nasçam da condição operária, abranjam-na em seu conjunto e conseqüentemente abranjam toda a condição humana.”²¹⁰

A visão do avanço social caracterizada como um estágio, como uma etapa de um processo definido para além da ação humana, fez com que a análise de Gorz indicasse uma estratégia política dentro do “espírito capitalista”. Os sujeitos dessa transição são, na prática, gestores do capital. Na medida em que acelerariam o avanço da técnica e da ciência a revolução seria, por fim, concretizada. É exatamente nesse sentido que indicamos como particular e específica a leitura de Gorz das teses sobre o par relações produtivas/forças de produção.

²¹⁰ GORZ, A., *Estratégia operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 48.

A economia finalmente é entendida apenas como conjunção, mesmo que dialética, de fenômenos mercantis. O econômico é didaticamente exposto como uma esfera à parte. A leitura de Marx sobre o capital é esvaziada de sentido político, filosófico, histórico. Por que Marx escreveria um manifesto político se o avanço econômico pré-determinava toda a luta política existente?

Gorz, neste seu *approach* específico de Marx, acaba por caracterizar o domínio da técnica como meio central de melhora das condições de produção (da “*natureza do trabalho*”) e dos “*meios de vida (vizinhança)*.”²¹¹

A técnica capitalista consagra-se como meio indispensável à satisfação de necessidades diretas²¹², tese esta que reaparece em Gorz nos anos 1980, quando o autor discute o caráter dual da sociedade capitalista e a possibilidade real de superação desta. As forças produtivas que foram criadas no capitalismo não deveriam ser deixadas de lado, elas poderiam ser utilizadas para suprir as necessidades básicas dos indivíduos em sua coletividade. Gorz caracteriza, portanto, que:

“A inversão da ordem de prioridades, com a subordinação do trabalho social com finalidade econômica à expansão das atividades da esfera de autonomia individual está acontecendo em todas as classes das sociedades superdesenvolvidas, particularmente entre o neoproletariado pós-industrial: a verdadeira ‘vida’ começa fora do trabalho, o trabalho torna-se um meio de ampliar a esfera do não-trabalho, é a ocupação temporária pela qual os indivíduos adquirem a possibilidade de dar continuidade às suas atividades principais. Trata-se de uma mutação cultural que delinea a passagem para a sociedade pós-industrial. Implica uma subversão radical da ideologia, da escala

²¹¹ GORZ, A., *Estratégia operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 84.

²¹² GORZ, A., *Estratégia operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 84.

de valores, das relações sociais instauradas pelo capitalismo. Mas só o suprimirá se o seu conteúdo latente for explicitado por uma alternativa ao capitalismo que se antecipe à mutação cultural em curso e que a prolongue politicamente.”²¹³

Nesse sentido, o autor caracterizou uma *práxis* no capitalismo sem alienação no trabalho. A “nova classe operária”, aquela composta pelos operários tecno-científicos, não veicularia a contradição entre capital e trabalho. Este antagonismo seria esvaziado na medida em que esses operários retornariam soberanos a conceber o produto de seu próprio trabalho.

Definindo a alienação no trabalho como uma questão de ordem técnica, a “nova classe operária” seria vista como conjunto de indivíduos que expressariam a desalienação, como indivíduos civilizadores e prontos para encabeçar um processo de reorganização da produção, já em curso e criado na própria irracionalidade do capitalismo monopolista de Estado.²¹⁴

“O único humanismo que poderá suceder ao humanismo do trabalho é o humanismo na atividade livre e da autogestão em todos os níveis. Supõe que os indivíduos, em vez de se tomarem e de serem tomados pelos meios da sociedade e da produção, sejam tomados e se tomem como fins. Que não mais seja o tempo do trabalho, mas o tempo livre, que se torne o padrão da riqueza.”²¹⁵

De uma visão pacifista da transição e de uma estratégia de luta sindical alicerçada por conquistas apenas imediatas, abrir-se-ia um horizonte no qual estaria presente a sobredeterminação da luta revolucionária dada pela luta salarial. A transformação dessa

²¹³ GORZ, A., *Adeus ao Proletariado*, op. cit., p. 101.

²¹⁴ Ver sobre este tema: BRAVERMAN, H., *Trabalho e Capital Monopolista*, op. cit..

²¹⁵ GORZ, A., *Adeus ao Proletariado*, op. cit., p. 135.

leitura em uma concepção dicotômica (heteronomia e autonomia) em relação ao capital, que é atribuída à insuperabilidade da razão econômica, será um desdobramento sintomático desse universo analítico de Gorz.

II.5. A individualização do sujeito histórico ou aquém da análise das classes sociais

Uma de nossas hipóteses de trabalho é a de que existiria, dentro da discussão sobre o trabalho imaterial e da não-centralidade do trabalho, uma subordinação teórica da classe social em relação ao indivíduo (trabalhador isolado no processo de trabalho). Poder-se-ia dizer que a classe social ou o indivíduo — como ponto de partida analítico — são escolhas metodológicas distintas e que cada qual oferece uma leitura específica das transformações no processo de produção. No entanto, a referência às classes sociais, ou ainda à luta de classes, na literatura marxista é obrigatória. Partir do ponto de vista do indivíduo como elo e expressão das relações sociais seria trabalhar com outras metodologias analíticas que pressuporiam um outro universo de conceitos e questões diferentes das marxistas.

Mas, uma outra questão ainda poderia ser realizada. Por que caracterizar as concepções de Gorz e Negri como marxistas? Acreditamos que aqui o problema se traduz mais explicitamente. A vinculação à análise marxista não é uma imputação externa aos autores. Nas décadas de 1960 e 1970, a vinculação é por eles amplamente anunciada. No entanto, no momento seguinte, essa vinculação é negada. Essa afirmação e essa negação devem-se a um ponto de vista específico sobre as forças produtivas e também sobre a análise dos sujeitos sociais. Acreditamos, mesmo que essa afirmação e essa negação sejam anunciadas com base em uma transformação histórica, que as rupturas teóricas são menos sintomáticas que as continuidades. As continuidades de Gorz e Negri são aqui

desdobramentos de uma teoria já anunciada nos anos 1960. Analisá-los do ponto de vista dessa continuidade nos parece mais frutífero, haja visto que “*não se julga o que o indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo*”²¹⁶.

Um interessante elemento teórico que fundamenta essa perspectiva são as teses sobre a relação entre o posto de trabalho e o trabalhador, ou melhor, sobre a identificação deste com o seu posto de trabalho. Trabalho e trabalhador seriam uma única e mesma coisa. Ele é o que é o seu trabalho. Libertar-se de seu posto de trabalho é libertar-se — ou pelo menos controlar — de seu embrutecimento, de sua obscuridade acerca de sua própria relação produtiva, que lhe daria as possibilidades materiais de condensar uma vida que se reconhece na sua própria natureza.

De uma parte, a conjuntura histórica na qual as classes trabalhadoras estavam imersas no final dos anos sessenta na Europa e Estados Unidos fazia aflorar uma prática política de tipo reformista; o “pacto” fordista entre patronato e trabalhadores repercutiu nas teses marxistas sobre a organização partidária e sindical, e também em relação à concepção sobre a transição e a ruptura com o modo de produção capitalista. De outra, o período histórico que engloba o Stalinismo foi decisivo para a consolidação das teses sobre o primado das forças produtivas. Os partidos comunistas pelo mundo, a reboque dessas teses, difundiam largamente a necessidade do avanço econômico como momento prévio e preparador para a chegada ao comunismo.

Na França, por exemplo, a evolução das técnicas produtivas aliada à possibilidade de preenchimento das necessidades materiais fundamentais poderiam, na medida em que o indivíduo fosse liberado da pressão de buscar incessantemente sua própria sobrevivência

²¹⁶ MARX, K., “[Prefácio] da introdução a Crítica da Economia Política”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 130.

física, tornar-se, como tendência natural do próprio trabalho, a práxis criadora da sociedade socialista. Gorz assim fundamenta sua perspectiva:

“No trabalho de equipe de trabalhadores qualificados e iguais que se organizam, eles próprios, em função de uma tarefa cujo modo de execução não lhes pode ser ordenado, essa *práxis*-sujeito não é mais subordinada (não-essencial) em relação ao objeto: é atividade soberana de autoregulação, em vista de um objeto que reflete sua liberdade ao grupo e o confirma nela. O trabalho é então tomado, imediatamente, como sendo, não apenas a produção de uma coisa pré-determinada, mas como sendo primeiramente, a produção de uma relação dos trabalhadores entre si. E estes, em virtude da divisão social e mesmo internacional do trabalho, encontram-se em comunicação (infinitamente mediatizada, mas sensível contudo) com o mundo inteiro.”²¹⁷

Segundo Mallet, graças à ampla capacidade do operariado politécnico em condensar conhecimentos gerais sobre o mercado e sobre a sociedade, haja visto sua qualificação profissional, a nova classe operária, pressuposta a partir desse tipo de trabalhador, estaria pronta não somente a organizar ativamente o processo de produção e a exercer uma multiplicidade de tarefas operacionais, mas, para além disso, a liderar a ação política reivindicativa da classe trabalhadora no próprio território do capital.²¹⁸

A automação parecia ter sido capaz de forjar um messias da classe trabalhadora. No entanto, esse messias provinha do desenvolvimento que atendia diretamente os interesses capitalistas em presença. O desenvolvimento das forças produtivas teria realizado um efeito duplo: primeiro, foi capaz de “enxugar” o número de operários nas fábricas e ainda

²¹⁷ GORZ, A., *Estratégia operária e Neoliberalismo*, op. cit., p. 123.

²¹⁸ MALLET, S., *La Nouvelle Classe Ouvrière*, op. cit..

aumentar as taxas de mais-valia relativa a partir da intensificação da produção e do aumento da produtividade dado pelo incremento tecnológico da produção robotizada; segundo, desse desenvolvimento as transformações tecnológicas teriam requisitado, por conta de sua aplicação, um novo tipo de trabalhador. Este seria, fundamentalmente, um operário que pensasse a produção e que, por isso, pudesse com base em sua resistência corporativa criar as bases para uma luta política ampliada.

Havia, dessa forma, um claro interesse por parte do capital em criar condições para o desenvolvimento das indústrias modernas. No entanto, ao qualificar esse desenvolvimento econômico como momento de contradição do próprio capital, a análise sobre os processos de trabalho traziam um pitada de falso otimismo. A radicalização dos preceitos tayloristas nas indústrias robotizadas pareciam ter criado um sujeito revolucionário.

Gorz, nesse momento, parece reorganizar seu raciocínio. Há, com isso, uma adequação às atuais formas do conflito classista, ditadas em sua quase totalidade, por prerrogativas dadas pelo desenvolvimento tecnológico e por interpretações superficiais das atitudes políticas do operariado. A questão da apropriação dos meios de produção, mediada pela questão salarial, parecia ser o grande gancho para a nova classe operária, ou seja, esse conjunto de trabalhadores tecnicamente qualificados aos novos processos de trabalho foi apontado como uma vanguarda revolucionária. De um lado, Mallet mostrava que a reapropriação do controle dos meios de produção pela nova classe era a expressão da formação de um novo tipo de trabalhador, com conhecimentos sociais que lhe permitiram estabelecer, pautado em valores científicos, uma estratégia de luta e de possíveis negociações trabalhistas. De outro, Gorz, ao fundamentar suas teses nas noções de

“*miserabilidade e de tolerância sociais*” quanto ao sistema capitalista²¹⁹, sugeria que a pobreza crônica daria lugar a uma nova condição sócio-econômica que não determinaria mais uma política revolucionária.

Ao final da década de 1960, Gorz e Mallet posicionaram-se tendo em comum a necessidade de enfatizar a “*cautela*” que as novas formas da luta da classe trabalhadora deveriam assumir. A automação e o surgimento de um grupo do operariado supostamente mais intelectualizado colocaram à luz algumas prioridades na pauta da estratégia política da classe trabalhadora. “*Conciliação*” e “*negociação*” podiam melhor exprimir os termos desse novo momento da luta de classes. Assim, a estratégia seguida estaria calcada em uma opção forçada, já que não existiria nenhuma condição que determinasse uma situação revolucionária; seria imprescindível negociar e cada negociação com o patronato deveria ser vista como uma vitória momentânea rumo ao socialismo. Isto é, o alto grau de racionalização econômica e da produção impediria qualquer alternativa exceto a de adesão ao plano de negociações com o capital, que, naquele momento na França (mas não apenas lá) fundamentava-se em definir quantos seriam dispensados do trabalho e em que condições. A perspectiva de negociação adotada, nestes termos, não foi a da classe trabalhadora.

No conjunto de hipóteses lançadas por estes autores, vemos, ao menos duas, como fundamentais: a negociação como única e mais eficaz arma da classe trabalhadora e a passagem pacífica ao socialismo como caminho possível, garantido pela “*coerência científica*” das reformas encaminhadas pelos trabalhadores politécnicos.

²¹⁹ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., pp. 27-41.

É neste quadro teórico ilusório de ruptura sem conflito, de avanço político do proletariado sem negação ou crítica à ordem que estavam imersas as teses de André Gorz e Serge Mallet. Nesse quadro, o tema, o protagonista e o lugar de combate ou de negociações políticas estavam definidos. Eram eles respectivamente: a reforma, a nova classe operária e o “neocapitalismo”.

Essa leitura está fundada, portanto, em dois elementos. Por um lado, na tendência romântica e idealista do trabalhador e, por outro, em uma racionalidade econômica determinista. Romântica e idealista, por conceber e caracterizar as possibilidades de ruptura com o capitalismo com base em um trabalhador ideal, consciente e exercendo o domínio dos processos de trabalho. Não obstante, essa representação idealista pressupõe a existência de um “*homem humano*” que se reconheça na sua essência. Determinista, pois a técnica, que se impõe ao indivíduo nos processos de trabalho, é reconhecida como um elemento opressor ao modo de vida do trabalhador, que acabaria por impedir que sua “*individualidade humana*” fosse reproduzida, mas, que ao mesmo tempo, cria as possibilidades materiais para a superação da produção capitalista e de seu “*caráter embrutecedor*.”²²⁰

Tal perspectiva concede a Gorz a possibilidade de indicar uma real positividade no processo de automação das indústrias, pelo menos nesse momento. Como nos lembra o autor:

“É praticamente impossível comandar o trabalhador qualificado das indústrias de proa (nucleares, químicos, petroquímicos, energéticos, científicos, engenheiros mecânicos, assim como os operários de manutenção das fábricas automatizadas, etc.), é ao mesmo tempo a

²²⁰ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., pp. 96-101 & 118-127.

força de trabalho e quem a dirige, em suma, é a *práxis-sujeito*, cooperando com outras *práxis* em uma tarefa comum que as diretrizes, por demais imperativas, vindos de cima, poderiam apenas desorganizar. O trabalhador, aqui, faz parte integrante de sua força de trabalho; não é mais possível quantificá-la dissociando-a daquele – uma e outro são a mesma autonomia humana.”²²¹

Dessa forma, Gorz nos sugere que ao longo do século XX o trabalhador teria tomado contato com uma progressiva especialização e parcialização de seu trabalho, fruto da racionalização econômica. Sua condição social foi *desumanizada*. As indústrias taylorizadas são, assim, consideradas como a síntese de subversão dessa “*condição humana*”. Por conseqüência, os trabalhadores, prisioneiros dessa lógica, reproduziriam socialmente uma passividade política e uma alienação do trabalho insuportáveis. Justificar-se-ia, portanto, a necessidade do retorno ao mestre de ofícios. Projetou-se em um momento histórico passado uma ruptura futura. O domínio do processo de trabalho, a organização em corporações de trabalho, e a consciência de sua condição produtiva foram entendidas como elementos essenciais de uma política chamada neocapitalista.²²²

Podemos pressupor que esta leitura informa a existência de um tipo de homem genérico que se identifica com um tipo de trabalhador ideal. No entanto, a idéia de que o artesão tinha consciência do seu processo de trabalho é saudosista e falsa. Na prática, nunca existiu. Mesmo antes do regime de acumulação taylor-fordista não se poderia afirmar que, por conta de uma suposta “visão” global do processo de trabalho atribuída ao artesão, este tenha uma consciência de sua condição política de classe.

²²¹ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 119 e nota 10 na mesma página.

²²² MALLET, S., *La Nouvelle Classe Ouvrière*, op. cit., pp. 53-54 e 73-74.

A greve se coloca, assim, como “escola”, como ante-sala para a formação de um poder operário. A resistência à exploração do trabalho na indústria é de fato uma “escola”. A revolução vem da fábrica, como muitos autores afirmaram²²³, mas essa informação esvazia-se de sentido se a tomamos com base na relação técnica do trabalhador individualizado com sua atividade profissional. No entanto, a adesão ao sindicalismo de tipo científico formaria, em um sentido pedagógico, os sujeitos da produção tecnocientífica, dando-lhes condições materiais para a gestão da empresa.

Para nós, a afirmação de que a luta na indústria é uma escola só é válida se, e somente se, considerarmos a indústria como o local e o momento histórico de condensação dos conflitos e dos antagonismos sociais de classe; como expressão de lutas econômicas, políticas e materiais desenvolvidas nesse espaço que se explicitam no enfrentamento político. Não há nada de espontâneo, nem no trabalho industrial, nem no “homem” que produz essa atividade, que garanta uma tomada de consciência político-revolucionária. A caracterização de tal espontaneidade é fruto de uma concepção que corrobora a idéia de uma natureza humana, de um homem genérico alheio à sua própria historicidade: a história da luta de classes.

Assim, indicar a inexorabilidade do avanço das forças produtivas como momento anterior da chegada ao homem “emancipado”, a um homem humano verdadeiramente humano.²²⁴ A unidade política das organizações dos trabalhadores e de resistência foi assim vinculada a uma homogeneidade profissional e a um ideal de reapropriação dos meios de trabalho da classe trabalhadora. Sua estratégia fundamentava-se em agitações e levantes

²²³ ROSSANDA, R.. *De Marx a Marx: Sartre Il Manifesto: Masas, espontaneidad, partido*. Barcelona: Anagrama, 1975.

²²⁴ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., pp. 99.

contra um inimigo fictício, que, por muitas vezes, foi relacionado à maquinaria utilizada na produção.

Contrariamente, nas indústrias automatizadas, as relações de trabalho estariam sendo vividas de uma forma mais clara, já que os seus objetivos deveriam veicular uma política de acordos embasada em uma estratégia de adesão consciente da classe trabalhadora. A indústria automatizada aparecia, assim, como momento de recomposição das classes, como espaço de negociação no momento em que conclamava a presença ativa de parcelas da classe trabalhadora.

O “*conhecimento científico*” substituiu a *espontaneidade* dos movimentos grevistas de outrora. A produção tornada científica teria forjado uma estratégia operária baseada na idéia de eficácia, que definia como objetivo a fundamentação de uma apreensão científica dos processos de funcionamento do mercado e da gestão financeira da empresa.

“Assim se elabora progressivamente, no movimento sindical, uma nova concepção da luta reivindicativa que, partindo da adequação das formas de luta às condições da produção, desemboca no controle da organização da mesma produção.”²²⁵

O objetivo geral da luta operária direcionava-se ao processo de desalienação do trabalhador, na tentativa de se reapropriar do processo de trabalho, isto é, de retomar as condições políticas e materiais do mestre artesão que naquele momento eram identificadas no operário polivalente. Assim, a alienação do trabalhador facultada pela separação entre concepção e execução do trabalho era considerada o fundamento de toda sua passividade

²²⁵ MALLET, S., *La Nouvelle Classe Ouvrière*, op. cit., p. 92.

política que, finalmente, o impossibilitava de “*construir uma consciência classista*”, permanecendo sob a égide de uma “*pobreza espiritual*”.²²⁶

Nesse sentido, há a apreensão sobre a transição ao socialismo. A porta de saída para a sociedade socialista é reduzida ao processo de reapropriação do saber-fazer e dos meios de produção. O operário polivalente é eleito o sujeito político revolucionário, que ao romper com a separação entre trabalho manual e intelectual caracterizaria a formação (mesmo que em tendência) de um trabalhador pleno.

Os operários polivalentes seriam considerados, dessa forma, como os sujeitos capazes de reagrupar a intelectualidade do trabalho à sua materialidade — a qual seria forjada pela incorporação de novos conhecimentos técnicos. A alienação no trabalho e seus desdobramentos sociais poderiam, então, ser superados com base na materialização de um conjunto de saberes técnicos restritos à lógica de valorização do capital.

O “*neocapitalismo*” é identificado como um processo histórico anterior ao socialismo, como momento pedagógico que aprofundaria a discussão política e o compromisso político entre as classes para que uma passagem segura e não violenta ao socialismo fosse viabilizada, na medida em que se constituísse um poder operário ao nível das corporações capitalistas. Assim,

“A meta é alcançar a constituição de um poder operário, no nível das empresas, dos ramos e, finalmente, da própria economia nacional, capaz de opor uma apreciação autônoma do valor utilitário dos produtos às mistificações publicitárias e à moda; avaliar o preço de renda real, as taxas de lucro, os recursos desperdiçados no nível do ramo e de toda a indústria, para pesquisas e realizações paralelas,

²²⁶ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., 79-80.

concorrentes ou sem valor utilitário real; opor ao modelo de consumo (e de produção) neocapitalista uma ordem de prioridades fundamentada nas necessidades ressentidas, inclusive, evidentemente, nas necessidades referentes aos lazeres, condições de trabalho e *modus vivendi*.²²⁷

O raciocínio é representativo do que procuramos criticar: o primado das forças produtivas. Se a revolução é uma questão de tempo e se esta se funda no avanço inexorável das forças produtivas, que naquele momento, teria forjado o operário polivalente, basta explicar didaticamente, com base na negociação política e no compromisso de classe, essa inevitabilidade aos capitalistas. A ciência possibilitaria o convencimento do patronato de que não há o que se fazer: o socialismo é uma etapa do desenvolvimento humano.²²⁸ O socialismo poderia ser visto como uma extensão do capitalismo, porém que as lutas sociais expressariam a existência e a força da própria classe trabalhadora. A política singularmente proletária seria caracterizada na realização de um consumo ativo.

Ao integrar positivamente as benesses do capitalismo, essa estratégia política da transição fundamenta-se na crítica das táticas de “*negação negativa*”, constituindo, contrariamente, uma “*negação positiva*”.²²⁹ Nas palavras do autor:

“A contestação positiva da sociedade neocapitalista, através de um modelo socialista que indique positivamente as possibilidades humanas e materiais que o desenvolvimento capitalista nega, oprime e exclui, é a única contestação realmente revolucionária e o único meio

²²⁷ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 81.

²²⁸ Franz Kafka em um pequeno conto chamado Desista! ironiza a condição humana. No entanto, esta conclusão crítica pressupõe não a idéia de um desenvolvimento pré-estabelecido, mas o desencantamento com relação ao mundo vivido. Poderíamos dizer: desista, mas sim dessa condição histórica que o submete, ela não possibilita nenhuma forma de vida senão aquela do capital e de sua expansão inexorável. Ver: KAFKA, F., *Narrativas do Espólio (1914-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²²⁹ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 30.

de fazer com que os trabalhadores tomem consciência de suas capacidades asfixiadas, em uma fase de desenvolvimento capitalista onde as necessidades imediatas não mais constituem, automaticamente, uma crítica revolucionária do sistema.”²³⁰

Na prática, Gorz estava imbuído da tese do primado das forças produtivas como motor do desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas. A liberdade que o próprio autor se dava para pressupor um processo revolucionário, tendo como ponto de partida a evolução inexorável do desenvolvimento da ciência e da técnica, e do papel positivo que estes elementos teriam neste processo revolucionário, faz aflorar um discurso reformista sobre a transição ao socialismo, já que regulamenta a condição histórica da classe trabalhadora segundo um universo restringido de uma “*humanidade humana*” por ele ambicionada.²³¹

II.6. Tempo de trabalho e tempo liberado: qualificação profissional e revolução no contexto da automação

A relação entre tempo de trabalho e tempo liberado é hoje um dos temas centrais à literatura que discute o trabalho imaterial. No conjunto dessa discussão a questão da renda social, da organização política dos desempregados, da diminuição da jornada de trabalho e da redução/elevação das garantias trabalhistas como salários indiretos, fundos de garantia e outros direitos adquiridos que são administrados pelo Estado, são particularmente, problematizadas.

Na virada da década de 1960 para 1970, isto é, no calor da introdução das formas de produção automatizadas, a qualificação profissional foi muitas vezes considerada como

²³⁰ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 82.

²³¹ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 99.

elemento prático central para a teorização sobre a formação política de um movimento que pudesse se confrontar com o capital.

O grau de qualificação profissional como meio de recomposição da consciência de classe trabalhadora, que teria sido perdida no processo histórico de alienação do trabalhador frente ao capital²³², caracterizava como a razão central que orientava as práticas político-teóricas ditas de esquerda e marxistas.

A afirmação era simples: os novos processos de trabalho e de produção determinavam uma nova condição material da classe trabalhadora. A qualificação profissional permitiria ganhar, dentro da empresa capitalista, espaço na organização da produção e, conseqüentemente, poder político.

Definida em contraposição ao proletariado especializado (clássico) e caracterizada como base no acesso às novas técnicas de produção, a *nova classe operária* foi designada como agente central da produção, uma vez que agregava elementos técnicos e organizacionais advindos de sua qualificação profissional complexa. Nas décadas de 1980 e 1990, esse processo foi considerado como inevitável e insuperável. Como nos lembra Gorz:

“(...) os trabalhadores qualificados das indústrias de proa, minoritárias hoje, majoritárias amanhã, possuem como coisa própria, diferentemente dos proletários clássicos, a força de trabalho que emprestam: possuem-na como coisa própria porque eles mesmos a adquiriram; porque são os mais bem situados para conhecer sua maneira de uso; porque essa força, longe de dever, ou mesmo de poder, ser combinada exteriormente com outras forças, só vale, já

²³² Nas décadas de 1980 e 1990 a inexorabilidade do desenvolvimento das forças produtivas ganha um caráter negativo, isto é, ao invés desse desenvolvimento ser considerado o motivador de uma possível revolução socialista, ele passa a ser retido como o algoz dela mesma. O processo de racionalização da economia é, assim, apreendido teoricamente como inevitável e insuperável. Dever-se-ia construir, portanto, uma esfera de convivência paralela à da produção de mercadorias racionalizada.

desde o início por sua própria capacidade de organizar suas relações com as forças dos outros.”²³³

Ao analisar o processo histórico de expropriação dos meios de produção do artesão, Mallet, por exemplo, indicou que o trabalhador conservaria um elemento central de sua tradição: sua profissão, seu *métier*. Ao valorizar a superioridade dos trabalhadores tecno-científicos e as suas conseqüentes formas de organização sindical, se estabelecia a formação de um novo sujeito-portador da consciência de classe que teria na figura do mestre de ofícios um tipo ideal de representação do trabalhador pleno. Surge, assim, a analogia entre os trabalhadores de ofício e a “nova classe operária”, já que “*condições de trabalho* [dos operários tecno-científicos] *se aproximam mais daquelas dos antigos artesãos que daquelas que existiam na indústria mecânica da qual são provenientes.*”²³⁴

“A existência dessa camada superior de operários profissionais, ainda muito próxima do *companheiro* do século XVIII ou da Idade Média, dá lugar a esta primeira fase do sindicalismo: o *sindicato de ofício*, as relações sociais dessa época são muito diferentes daquelas que nós veremos se instalar na seqüência. A fábrica, já que não se pode falar em usina industrial, e menos ainda em empresa, é estritamente dirigida por sua implantação territorial: sua existência econômica depende, seja da presença de matérias primas, ou de potencialidades utilizadas pela técnica de produção, seja de proximidade de um mercado local.”²³⁵

Tal analogia quer, primeiro, recuperar a figura do artesão como ideal de trabalhador e, segundo, sintetizar a hipótese de que haveria um processo de aprofundamento da alienação na passagem do trabalhador de ofício para o semi-especializado, que estaria

²³³ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 118.

²³⁴ MALLET, S., *La Nouvelle Classe Ouvrière*, op. cit., p. 113.

²³⁵ MALLET, S., *La Nouvelle Classe Ouvrière*, op. cit., pp. 53-54 – grifos do autor.

refletida na própria força política da classe e de suas reivindicações. A “nova classe operária” erguer-se-ia, dessa forma, inevitavelmente como novo bloco político revolucionário. Para além da sua capacidade de organizar a produção, o traço comum entre o operário polivalente e o artesão estaria presente em uma identidade que se desenvolveria com o avanço do mesmo grupo ocupacional, dado pela homogeneidade que se caracterizaria dentro do mesmo, ocasionando uma conseqüente organização sindical ativa.

O surgimento da “nova classe operária” trazia consigo a perspectiva da formação de uma política não somente de cunho corporativo: uma consciência política crítica preocupada com o conjunto das organizações econômicas e sindicais institucionalizadas até então era vislumbrada. Ao ultrapassar as reivindicações econômico-salariais e insurgir-se contra o controle da produção na empresa e da reprodução do indivíduo na condição de coletivo de trabalhadores, os trabalhadores politécnicos constituiriam um movimento para além do terreno econômico-corporativo e se formaria uma prática ético-política. No entanto, essa transformação foi considerada como expressão do movimento da base técnica, do desenvolvimento da técnica e da ciência.

Muito longe da pretensão política anunciada por Gramsci, que indicava a necessidade da formação de ações políticas moleculares que pudessem constituir uma base revolucionária que não se limitasse a uma política tipicamente reformista de lutas salariais, a reprodução ampliada da força de trabalho caracterizou-se como uma necessidade objetiva das sociedades capitalistas. O aumento no número de trabalhadores faria com que, por um lado, o número de empregos aumentasse e, por outro, diminuísse o tempo de trabalho para cada indivíduo — o que possibilitaria a liberação parcelas de trabalhadores para a construção de atividades políticas e culturais.

Esse quadro sócio-econômico favoreceria o avanço das forças produtivas no capitalismo, já que forjaria, pelo aumento do número de operários, um maior ativismo político da classe. Nesse sentido, a automação da indústria foi apresentada como a ante-sala da construção do socialismo. A influência dos *Grundrisse* aqui é clara. No entanto, a análise que é feita de Marx vincula a constituição da classe revolucionária ao processo de transformação tecnológico. O indivíduo social de Marx é reduzido ao trabalhador polivalente.

Antes de tudo, faz-se necessário dizer que a polivalência nesse contexto foi considerada como expressão do indivíduo pleno, que estaria se reencontrando com a sua essência perdida. O acúmulo de especializações funcionais — de qualificações profissionais — caracteriza, dessa forma, o trabalhador que poderia romper com a estrutura de dominação capitalista ou, pelo menos, salvaguardar os interesses do coletivo de trabalhadores.

Os questionamentos centrais que nos parecem problematizar criticamente esta discussão são: 1) quais seriam as possibilidades concretas de estruturação de uma luta não reformista decorrente do advento da automação? e 2) de que forma as transformações técnicas no capitalismo poderiam ser incorporadas às lutas vinculadas a um projeto socialista?

A hipótese de Gorz, nesse momento, foi a de que a introdução de novas técnicas de produção gerou uma redefinição do papel da classe trabalhadora no processo de produção capitalista. Isso fez com que a noção de trabalho fosse alterada, mudando a sua própria forma. A intervenção do trabalhador seria, assim, modificada, ficando agora limitada apenas a exercer uma função intelectual na produção. O trabalho manual tenderia ao fim,

cabendo ao trabalhador especializado um outro domínio: o de converter-se ao trabalho de tipo intelectual, à intervenção e ao controle sobre o processo de trabalho. Tais transformações alterariam, assim, o conteúdo da concepção tradicional de trabalho.

O conteúdo do trabalho que é ocupado por diferentes formas de qualificações profissionais, atado ao desenvolvimento das forças produtivas ora consideradas como elemento revolucionário, ora como expressão de uma racionalidade econômica indestrutível, nos parece ser o ponto central para a determinação de como a relação entre tempo de trabalho e o tempo liberado é caracterizada dentro das análises de Gorz e Negri.

Em linhas gerais, mais particularmente em Gorz, há um condicionamento da força política do movimento operário — leia-se sua capacidade de organização sindical e/ou partidária — à sua qualificação profissional. A formação técnica desenvolvida e incentivada na própria empresa pode, assim, ser brindada, já que possibilitaria aos trabalhadores especializados uma qualificação política, estabelecendo uma nova e vantajosa relação de força com o patronato.

Há com isso uma supervalorização da técnica que acaba por ser reclamada no processo de organização política do Estado. Um governo de técnicos seria imprescindível à fundamentação do processo de “*reformas estruturais*”, dando coerência e dinâmica às suas “*reformas não-reformistas*”. “*Aliás, o concurso dos tecnocratas é indispensável ao movimento de certos objetivos estratégicos, de uma alternativa antimonopolista economicamente coerente.*”²³⁶ Exalta-se, nesse momento, uma funcionalidade da técnica como expressão da luta política. Sua positividade ascende alheia às determinações da

²³⁶ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 132.

dominação dentro e fora dos processos de trabalho. Ela, finalmente, se torna o elemento pedagógico da construção da resistência política.

Nesse sentido, a automação pode aparecer como meio revolucionário que libertaria a força de trabalho de sua subordinação frente ao capital. Essa proposição, em vias de se tornar realidade, poderia ser viabilizada pelo processo de transformação dos trabalhadores tradicionais em trabalhadores qualificados, dado pelas exigências das transformações tecnológicas. A automação da produção é elevada, então, a bonde histórico que a classe trabalhadora não poderia jamais perder. Com ela, a tendência a isolar e dissociar os trabalhadores chegaria ao fim. Tornar-se-ia, assim, possível inverter a ordem de exigências determinadas pela lógica interna do capital, já que a automação era a “*verdadeira negação dialética da parcialização do trabalho.*”²³⁷

“O deslocamento dos operários não-especializados e dos OS [operário científico], confinados a seu cargo solitário em proveito de equipes qualificadas que regulamentam elas próprias sua cooperação, conscientes de seu poder técnico e de sua independência, põe em crise a hierarquia no interior e no exterior das empresas. A exigência de autogestão que nasce da *práxis* produtiva não pode deter-se na porta das fábricas, dos laboratórios e dos escritórios de estudos. Homens que não podem ser comandados em seus trabalhos não poderão ser comandados indefinidamente em sua vida de cidadãos, nem submetidos às decisões rígidas das administrações centrais.”²³⁸

O desenvolvimento técnico, científico e/ou tecnológico é considerado como um elemento do *progresso social*. Aonde quer que ele fosse elaborado e quaisquer que fossem os meios e as suas finalidades, sua difusão era positiva. A verdade revolucionária era,

²³⁷ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 133.

²³⁸ *Idem*, *Ibidem* –grifo meu.

assim, tecnicamente anunciada ao movimento operário. A dita “revolução científica e tecnológica” poderia ser retida teoricamente como um ganho social fundamental às classes, já que seria capaz de servir à sociedade como um meio de preencher suas necessidades fundamentais, bem como de lhes garantir um salto qualitativo na realização do trabalho social, além de liberar parte do tempo que lhe seria preciso para prover os produtos necessários à vida em seu cotidiano.

No próximo capítulo apresentaremos uma leitura crítica das teorias sobre o trabalho imaterial. O conteúdo dos trabalhos apontados como “imateriais” profissionais são enfrentados teoricamente por nós não como formas de liberação positiva do tempo de trabalho, mas como elementos que compõem o processo de reorganização da subordinação de classe trabalhadora. Trata-se, em resumo, da extensão da dominação e do controle do capital sobre o trabalho “intelectual”.

Capítulo 3 – O trabalho imaterial e a extensão da dominação do capital hoje

A socialização das forças produtivas é apresentada nos *Grundrisse* como expressão do desenvolvimento da ciência que seria incorporada pelo indivíduo social. Essa tese desenvolvida por Marx constitui-se como o pilar de sustentação das teorias do trabalho imaterial. A tese de Marx relaciona diretamente a diminuição crescente do tempo de trabalho para a construção de mais-valia com a destruição tendencial de sua própria lógica. A valorização assentada no tempo de trabalho teria, portanto, uma contradição interna que caracteriza a possibilidade material e política de sua própria destruição. Cito mais uma vez a passagem em que Marx indica que:

“(...) O capital (...) aumenta o tempo de mais-trabalho da massa mediante todos os recursos da arte e da ciência, pois sua riqueza consiste diretamente na apropriação do tempo de mais-trabalho; *seu objetivo é diretamente o valor*, não o valor de uso. Assim, *malgré lui* desta condição, serve de instrumento para a criação de tempo disponível em escala social, para reduzir a um mínimo decrescente o tempo de trabalho de toda a sociedade e assim, tornar livre o tempo de todos para o próprio desenvolvimento dos mesmos.”²³⁹

A interpretação desse trecho e das passagens que se referem à formação do indivíduo social reaparece na literatura contemporânea sobre o trabalho. No entanto, sua utilização adapta-se às tendências de mercado, à lógica de dominação ideológica que é ativada pelo capital para reorganizar as formas de subordinação dos trabalhadores. Estas passagens dos *Grundrisse* são submetidas, dessa forma, a uma aparência necessária do

²³⁹ MARX, K., *Borrador, op. cit.*, pp. 231-232 – grifos do autor.

capital, que teria criado um novo horizonte social ao lançar mão da utilização das capacidades cognitivas dos trabalhadores, abrindo, então, possibilidades para a formação de um movimento político anticapitalista.

Os *Grundrisse* são, nesse sentido, tomados como se a lógica estrutural do capital, o caráter antagônico entre a expansão das forças produtivas e sua apropriação privada e a conservação das relações de produção vigentes (capitalistas), tivessem: 1) uma razão própria alheia aos interesses dos elementos que compõem as sociedades; ou 2) uma razão econômica pura, no sentido mesmo de um tipo ideal weberiano, a economia formada pela economia, sem contaminação política ou ideológica; ou, por fim, 3) uma relativa independência da estrutura econômica com relação às estruturas políticas, ideológicas, etc. As teorias do imaterial parecem, portanto, pressupor, se não estas três indicações em conjunto, pelo menos uma delas.

Do nosso ponto de vista, a lógica do capital tem, nos aspectos que são identificados usualmente como econômicos, sua síntese. Não obstante, é, para nós, impossível a apreensão dessa “esfera” em sentido isolado. A esfera da economia não é senão uma construção teórica sobre uma realidade que precisa ser “recortada” para ser, talvez, atingida. Não há, assim, o “econômico”, o “político” em sua forma pura. A síntese governada pelo capital na figura do econômico, na produção ou na circulação, é expressão de uma imbricação de elementos variados que ganham representação econômica. Reduzir o espectro da análise dentro de uma particularização do “econômico” seria o mesmo que tomar as lutas por aumentos de salários diretos ou indiretos como uma luta de cunho apenas econômico. Portanto, analisar as representações do econômico como movimento geral do capital é obscurecer as relações sociais que fundam e reproduzem uma dominação social. O

capital como relação social hegemônica no capitalismo é muito mais do que simplesmente a matéria das coisas, que um conteúdo formal de relações econômicas; é, sobretudo, um modo de vida, uma forma de existência que só pode ser dividida em um primeiro momento pelo conhecimento como processo metodológico para, no segundo, ser reconstruído como *práxis*. A particularização de sua existência observada deve ser reconstruída em uma teoria política.

Neste capítulo, temos a ambição de caracterizar a continuidade das teses sobre a não-centralidade do trabalho e das teses sobre o trabalho imaterial como força produtiva central. Sua relação com a afirmação (forma positiva de existência) e posterior negação (aceitação de sua inexorabilidade) fundamenta a leitura de André Gorz e Antonio Negri sobre as formas de exploração do trabalho dito imaterial. A reorganização da dominação do trabalho pelo capital passa a ser entendida como momento de ruptura com a lógica de valorização do capital. Poderíamos dizer, dentro dessa perspectiva, que o capital foi engolido pela sua própria lógica, gerando, contra a sua vontade, o fim do tempo de trabalho como medida de valor, das possibilidades de mensuração dos produtos por ele criados e, portanto, o seu próprio fim.

O *intelecto geral* dos *Grundrisse* é apresentado hoje com base nas qualificações profissionais do trabalho, isto é, com base na inovação dos conteúdos que são investidos na produção de mais-valia. Esta transformação caracterizada como novo momento da produção criaria, assim, novos sujeitos políticos. Desvinculados do trabalho imediato e da produção de mais-valia, tais sujeitos políticos portariam a representação de uma nova condição humana, de um novo movimento social que tem o tamanho do alcance da

informação; que não se restringe à produção de mercadorias, mas utiliza seu consumo como forma de incorporação de saberes críticos à lógica do capital.

III.1 O problema que se retoma: dos trabalhadores tecno-científicos aos produtores-consumidores

As novas teses sobre as formas de apropriação/exploração do intelecto do trabalhador, ou seja, do que poderia ser hoje denominado como uma produção imaterial (ou como um trabalho imaterial) viriam, segundo nossa perspectiva, atualizar as teses do primado das forças produtivas no processo de transformação dos processos de trabalho capitalista e de possíveis rupturas com esse modo de produção da vida.

Tais teses podem ser preliminarmente expostas da seguinte forma: existiria dentro do debate sobre a imaterialidade do trabalho a idéia geral de que a retomada do controle da produção, mesmo que não esteja associada diretamente à fábrica, não teria relação somente com o trabalho imediato, mas poderia ser constituída a partir do contato técnico de um núcleo de trabalhadores com forças produtivas as mais avançadas. Isto, por extensão, capacitaria este núcleo a se organizar politicamente.

O componente do saber presente no trabalho industrial e de serviços teria crescido em importância hoje. Este saber não poderia ser reduzido a saberes técnicos, outrora formalizados. Assim, *“o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação. Em poucas palavras, formas de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano”*²⁴⁰

²⁴⁰ GORZ. A., *O Imaterial, op. cit.*, p. 09. Ver também: SADER, E.. “Idéias e Imagens”. In: *Quando os Novos Personagens entram em cena*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

formariam, o que poderíamos chamar, de uma suposta resistência dentro da lógica de valorização do capital.

As contradições em presença teriam fundamentado um tipo de trabalho cujo componente central seria o conhecimento. Lembremos, rapidamente, da tese de Gorz desenvolvida em *Adeus ao Proletariado*²⁴¹, na qual indica a existência de uma dualização da sociedade capitalista: sociedade heterônoma *versus* sociedade autônoma. Nos “interstícios” da sociedade capitalista ter-se-ia formado uma força produtiva cognitiva ancorada nas experiências cotidianas dos indivíduos. Esta produção imaterial levaria a teoria do valor à excrescência, pois indicaria uma contradição intransponível entre a lógica de universalização dos produtos imateriais e a mercadoria. Haveria, com isso, um redimensionamento da forma histórica de valorização do capital hoje. Neste contexto, o capital tentaria incessantemente conservar, restringir o acesso, patentear o conhecimento presente nos produtos comercializados. Mas, não poderia fazê-lo por completo, pois fugiria do movimento intrínseco ao capital, de acumulação e de extensão ilimitada da exploração do trabalho; para produtos imateriais, lembra Gorz, essa lógica não faria mais sentido. A universalização dos produtos do trabalho imaterial acabaria por caracterizar o conhecimento formalizado e codificado como uma “não-mercadoria”, um bem comum.

Nestes termos, o movimento de independência do trabalho imaterial frente ao processo de acumulação de capital que este último — o capital — deveria conter, estaria sendo construído. A imensurabilidade, essa propriedade particular dos trabalhos imateriais, seria utilizada como fonte de um novo processo de valorização na medida em que esta fosse restringida. O monopólio do “capital conhecimento”, por exemplo, sintetizaria a contenção

²⁴¹ GORZ, A., *Adeus ao Proletariado - Para Além do Socialismo*, *op. cit.*.

dos produtos imateriais. Isto submeteria uma realidade ilimitada (dos produtos cognitivos) ao movimento limitado de troca de mercadorias. Até aqui nada de novo nas formas de apropriação do trabalho pelo capital.

Com a diminuição do trabalho imediato, as formas de pagamento e o valor de troca presente nas mercadorias seriam também reduzidos; isto produziria uma diminuição dos valores monetários, isto é, da riqueza e dos lucros produzidos. O capitalismo cognitivo apresentar-se-ia como momento de “*crise do capitalismo em seu sentido mais estrito.*”²⁴² Evidencia-se, com isso, a indicação de uma transição do capitalismo para o comunismo. Esta indicação, antiga ao corolário gorziano — lembremos da tese sobre “reformas não-reformistas” exposta em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*²⁴³, corrobora a idéia de uma passagem, e não de uma ruptura, com o modo de produção capitalista. Subentende-se, portanto, o fim do antagonismo entre as classes sociais baseado na prescrição de uma alternativa consensual dos embates sociais. Ademais, os produtos ditos imateriais parecem estar ligados a uma lógica produtora de valores de uso.

Gorz não estaria, assim, pensando o trabalho concreto como forma geral do trabalho imaterial? Parece que sim pois, ao caracterizar a particularidade do trabalho imaterial com base nas “*externalidades positivas*”, compreende que tais produtos não podem ser submetidos a uma abstração geral, tendo, portanto, utilidades sociais distintas. Em seu conjunto, não teriam mais a função primeira de valorizar o capital. Percebe-se ainda a coexistência de, pelo menos, dois modos de produção no interior das sociedades capitalistas: um modo de produção baseado no valor-trabalho, e que teria como medida unidades de tempo produtivas, fundado no trabalho simples; e, um segundo, cognitivo, no

²⁴² GORZ, A., *O Imaterial, op. cit.*, p. 37.

²⁴³ GORZ, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo, op. cit.*

qual o processo de valorização estaria ancorado no trabalho imaterial, no “capital humano” e no “capital conhecimento”.

Configura-se, assim, uma ambivalência em processo, pois, para que o “capital conhecimento” possa entrar na circulação, ele deve converter-se em capital-mercadoria, deve associar-se às formas tradicionais do capital, já que *"ele não é capital, no sentido usual, e não tem como destinação primária a de servir a produção de sobrevalor, nem mesmo de valor, no sentido usual."*²⁴⁴ Não se adequando à norma tradicional de valorização do capital e, ao mesmo tempo, desenvolvendo-se como força produtiva central o “capital conhecimento” apresentar-se-ia como momento de negação e de possível superação do capitalismo. No entanto, tal superação estaria na dependência de uma tomada de consciência, de um reconhecimento por parte do indivíduo. *"A criação de riqueza deve ser desatrelada da criação de valor."*²⁴⁵ Com isso, o valor mercantil daria lugar a uma riqueza que não poderia ser regulamentada pelo capital. Por fim, esta separação formaria espontaneamente um processo de solidariedade e coletividade como vetor central de organização social.

A presença dessa dualidade social nos confere uma visão contraditória do capitalismo, pois ao mesmo tempo em que essas lógicas trabalham dentro do mesmo sistema, isto é: obedecem às mesmas leis, o “capital conhecimento” precisa travestir-se de capital-mercadoria para entrar no processo de circulação. No entanto, por suas particularidades específicas, este “capital conhecimento” garantiria um isolamento em relação ao caráter perverso do capital; isto permitiria ao conjunto de trabalhos imateriais

²⁴⁴ GORZ. A., *O Imaterial, op. cit.*, p. 54.

²⁴⁵ GORZ. A., *O Imaterial, op. cit.*, p. 57.

construir uma resistência política e uma possível transição a uma economia “*comunista do saber.*”²⁴⁶

Assim, para parte do debate sobre o trabalho imaterial (aquele que desvincula a produção fabril da produção de conhecimentos/informações) questões como a do fortalecimento político de grupos de trabalhadores estariam relacionadas à capacidade de adquirir novas informações, novos conhecimentos técnicos que poderiam lhes facultar o domínio estratégico de sua atividade produtiva e, assim, de organizar-se politicamente. Lazzarato, por exemplo, indica que:

“O conceito de trabalho imaterial como pressuposto e resultado de um alargamento da ‘cooperação produtiva’ passa a incluir a produção e a reprodução da comunicação e, portanto, seu conteúdo mais importante: a subjetividade. Se o fordismo integrou o consumo ao ciclo de produção do capital, o pós-fordismo integra a comunicação.”²⁴⁷

Ou ainda, sintetiza Negri:

“(...) O trabalho imaterial – aquele que produz os bens imateriais como a informação, os saberes, as idéias, as imagens, as relações e os afetos – tende a tornar-se hegemônico. (...) o trabalho imaterial só pode ser realizado coletivamente, trocando informações, conhecimentos. Por sua vez, estas formas de comunicar, de colaborar e de cooperar produzem o ‘comum’²⁴⁸, que se trate de linguagens, de métodos, de visões, de novos conhecimentos comuns... Toda pessoa que trabalha com a informação ou com o saber – do agricultor que desenvolve as propriedades específicas das sementes ao programador de softwares –

²⁴⁶ GORZ. A., *O Imaterial, op. cit.*, p. 10.

²⁴⁷ LAZZARATO, M. “Le Cycle de la Production Immatériel”. In: *Futur Antérieur*, 1993, n.º 16, p. 111.

²⁴⁸ Comum tem no texto de Negri a idéia de comunidade, de uma união geral entre os indivíduos. Tenta, com isso, remeter à noção de intelecto geral de Marx.

utiliza o saber comum transmitido por outros e contribui para produzi-lo.²⁴⁹

Há, nesse sentido, uma tentativa de reapropriação da teoria de Marx como produção de um “ciclo” ampliado não apenas relacionado à produção fabril, mas também à formação de um coletivo de trabalhadores inter-relacionados pela produção-consumo de conhecimentos, isto é, à reconfiguração do intelecto geral (*general intellect*). Nestes termos, a indústria tradicional, como *locus* de organização da resistência política, cederia seu lugar à grande empresa, uma sociedade-fábrica, isto é, produção/consumo/distribuição tornar-se-iam uma única e mesma coisa que se sintetiza no trabalho imaterial.

Essa abrangência produtiva e da exploração do trabalho imaterial como força produtiva central seria, dessa forma, radicalizada ao universalizar a exploração da subjetividade do trabalhador, fazendo reproduzir a *subsunção* real de sua condição social.

“É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação social produção/consumo. O ativamento, tanto da cooperação produtiva, quanto da relação social com o consumidor, é materializado nesse processo de comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). Ele dá forma e materializa as necessidades, o imaginário, os gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (seu valor de uso sendo essencialmente seu conteúdo informacional e cultural) consiste no fato de que ela não é atribuída no ato do consumo, mas ao contrário é alargada, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Seu valor de uso não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma seu usuário.”²⁵⁰.

²⁴⁹ NEGRI, T., « De l’Avenir de la Democratie » *op. cit.*, p. 44.

²⁵⁰ LAZZARATO, M. “Le Cycle de la Production Immatériel”. In: *Futur Antérieur*, 1993, n.º 16, p. 114.

No entanto, tanto na interpretação de Lazzarato, quanto na de Negri, vemos que apropriação do conceito de trabalho imaterial dentro da relação capital X trabalho é, mais uma vez, mediada pela figura do indivíduo, do trabalhador isolado. Nas citações acima, caracterizar-se-ia a figura do produtor-consumidor como sujeito político central no contexto de uma sociedade produtora de mercadorias imateriais. Na prática, a mudança das formas de exploração do trabalho ocasionou a recomposição do conteúdo das qualificações necessárias às formas de produção. Contudo, hoje, esses conteúdos que geraram uma subjetividade específica capacitariam o segmento de trabalhadores portador desses novos conteúdos a formar uma luta anticapitalista. Ao comprar, ao consumir uma informação, criar-se-ia um processo de resistência. A luta política está, assim, posta no varejo.

Em entrevista à Revista *Alternative Internationalles*²⁵¹, Antonio Negri define a multidão (*multitude*)²⁵² como sujeito político central nas sociedades contemporâneas. No entanto, essa definição está relacionada ao indivíduo, ou melhor, ao trabalhador-consumidor, que a partir da adesão ao processo de especialização do trabalho pode colaborar para o adensamento do tecido social, pode integrar-se em uma atividade política na multidão, isto é, integrar-se ao que poderíamos nomear de corporação de indivíduos desvinculados de seu trabalho – expressa na idéia de “biopoder”.

²⁵¹ O título da revista é: “Consommateurs de tous les pays...: Quand les citoyens transforment le capitalisme e l'intérieur”. Além de o título fazer uma analogia direta a Marx “*Proletários de todos os países uni-vos!*”, *Manifesto*, *op. cit.*, p. 99, ele é extremamente sintomático de uma compreensão dos indivíduos como portadores de novas qualificações revolucionárias. Seriam os cidadãos, os sujeitos políticos centrais hoje. No mais, a capa da revista traz uma bolsa feminina toda vermelha com uma estrela amarela ao centro. Remete, assim, às formas de consumo como intervenções críticas por parte destes sujeitos-consumidores.

²⁵² NEGRI, T., « De l'Avenir de la Democracie » *op. cit.*. Negri emprega a noção de *Multitude* com o objetivo de apreender uma relação política que estaria para além das condicionantes ligadas ao trabalho imediato na indústria. Sua intenção é caracterizar o indivíduo como elo de interação de um tecido social que tende a se tornar mais denso, na medida em que sua participação produtiva cresce. Assim, ao se tornar sujeito ativo de um processo comunicacional, desenvolve uma integração entre as partes funcionais de um grande modelo de sociedade interacional.

“A multidão é um novo sujeito social emergente que é, na era da mundialização, o que era a classe operária na era industrial. Trata-se da classe social no centro da produção de riqueza no capitalismo globalizado (...) Diferentemente da classe operária, a multidão (*multitude*) não é excludente, uma vez que todas as formas de trabalho podem participar da produção imaterial: assalariado e não-assalariado, formal e informal, estável e precário, agrícola e industrial... O caráter ao mesmo tempo plural e cooperativo do trabalho imaterial traz em si um potencial de transformação social positiva, pois ele nos permite sair do impasse da soberania.”²⁵³

Tal personagem é chamado a se engajar na multidão a partir de uma forma de trabalho que é ao mesmo tempo uma atividade produtiva e uma incorporação de novos conhecimentos. Caracterizar-se-ia, assim, uma ação política isolada, dispersa na “multidão” que se faria valer pelo consumo da mercadoria-informação. Somente nesse momento é que o indivíduo poderia entrar em sintonia com o corpo social, isto é, nos termos de Negri, com a sociedade globalizada. A política formar-se-ia no mercado e a integração dos agentes políticos de todos os países dar-se-ia pela compra consciente de novas mercadorias. Portanto, há uma negação completa do conceito de classe social e, por conseguinte, uma apologia do produtor-consumidor-cidadão.

Nessa nova versão do sujeito histórico, capacitada a revolucionar a sociedade capitalista, a relação entre a qualificação profissional e a subjetividade do trabalhador é retomada. O conteúdo dos saberes do operariado foi alterado. Altera-se, assim, o sujeito político. Temos mais uma eleição, agora, com novos argumentos, mas ainda pautada em uma mesma problemática: o primado das forças produtivas.

²⁵³ NEGRI, T., « De l’Avenir de la Democratie » *op. cit.*, p. 44 – grifo meu.

A extensão da lógica fabril à sociedade veicularia uma produção social não mais presa a um universo restrito da produção taylor-fordista, mas imersa em uma relação social total. Os indivíduos em sua reprodução social reproduziriam sua integração política. Ao consumir produtos informacionais, imateriais, adensariam um tecido social novo, anticapitalista, que permitiria romper com as formas de dominação ativadas pela concorrência.

“No capitalismo moderno, o poder constituinte manifesta-se imediatamente como potência social. A trajetória histórica do desenvolvimento do capitalismo nada mais é que um processo ininterrupto de absorção da sociedade pelo capital, da acumulação primitiva à sociedade ‘pós-industrial’, processo em que o capital se constitui como trama de toda relação, como base de todo dispositivo, como finalidade de toda iniciativa. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento capitalista é disseminação de poderes na sociedade produtiva, constituição de uma rede dialética que pode – e deve – ser sempre reconduzida à unidade e redefinida através do comando.”²⁵⁴

Nesse sentido, não haveria mais sentido caracterizar analiticamente uma separação entre produção e circulação. Todos seriam produtores, na verdade, todos teriam funções específicas e se tornar mais funcional seria o mesmo que criar as bases para uma nova sociedade. O comunismo, dessa forma, já se apresentaria como objetivo social hegemônico. Reconhecer a predominância, porém, do desenvolvimento dessa manifestação seria o problema social a ser enfrentado, já que capitalistas e operários ligados à tradição taylor-fordista e a interesses ativados por esse conjunto de relações de produção travariam o

²⁵⁴ NEGRI, A., *O Poder Constituinte*, *op. cit.*, 35-356.

processo de seu reconhecimento, do “*comunismo como poder constituinte em ato*” como tendência social.²⁵⁵

III.2. Capitalista x empresário político ou o fim do antagonismo classista?

Durante os anos 1980 e 1990, uma longa discussão em torno da inviabilidade do conceito de classes sociais e de luta de classes foi travada. Em seus desdobramentos, essa discussão — que passa pela negação do trabalho industrial — foi alargada para toda e qualquer atividade produtiva, isto é, o trabalho assalariado não tinha representatividade social e conceitual para designar as forças sociais em presença.

No momento seguinte, essa discussão passa a ser encaminhada de uma forma mais clara. O trabalho ganha um outro status. Não se trata mais de negá-lo completamente, mas sim de mostrar que as novas formas de trabalho não tem, em nenhum sentido, ligação com os tipos de trabalho ativados pela indústria. Assim, o trabalho imediato perderia sua importância e o trabalho imaterial, formado por conteúdos cognitivos, elevar-se-ia como atividade central das sociedades contemporâneas. No seu escopo geral, ainda se desenvolve a tentativa de negação de uma atividade específica, a do trabalho imediato relacionado à indústria. No entanto, o argumento torna-se mais complexo. Os tipos de trabalho imaterial romperiam com uma divisão que seria central às formas de produção taylor-fordista: a divisão entre trabalho manual e intelectual.

O trabalho imaterial, dessa forma, não rompe somente com uma forma de organização da produção, mas também com os elementos na formação de uma luta política proveniente de um tipo específico de atividade produtiva. Trabalho imediato-industrial:

²⁵⁵ NEGRI, A., *O Poder Constituinte*, op. cit., p. 355.

classe trabalhadora homogênea; partido como representação política da classe trabalhadora; greve na fábrica; revolução socialista; ditadura do proletariado. Trabalho imaterial: indivíduos com profissões muito distintas, isto é, heterogeneidade e fim da classe social; movimentos sociais como representação de desejos políticos muito diferentes; aceitação da racionalidade econômica capitalista; por consequência, dualidade social (sistema e mundo da vida); negociação como estratégia da luta política; revolução social como síntese da conciliação, resignação.

A indicação da superação da “sociedade industrial” implica a superação de uma análise, de uma nova teorização sobre o capitalismo. Essa superação social pressupõe a ineficácia do pensamento marxista. A análise de Marx é atada somente à sociedade capitalista industrial. Não existiria, dessa forma, para Gorz e Negri uma teoria da história em Marx. Portanto, tornar-se-ia possível, dentro dessa perspectiva, retirar de cena a teoria das classes sociais, já que esta não daria mais conta da dinâmica introduzida pelo trabalho imaterial, haja visto a existência predominante das capacidades intelectuais desse tipo de atividade.

A questão central seria então: como conservar as teorias, conceitos, análises marxistas, se sua suposição básica está fundamentada na separação entre trabalho manual e intelectual? Assim, para as teses e problemáticas teóricas que consideram o surgimento de uma sociedade pós-industrial, o marxismo estaria superado e com ele a teoria marxista da revolução.

Essa trajetória de negação completa do trabalho imediato e da indústria como *locus* de enfiamento entre as classes sociais para um momento em que o trabalho imaterial é construído como momento de catarse social e apaziguamento do conflito, dada sua

inevitabilidade, tem uma trajetória complexa que remete, por exemplo, à questão do empresário social como indivíduo produtivo numa cadeia sistêmica de produção indicada por Negri.

De outro modo, Rifkin nos parece sintomático dessa primeira inflexão teórica, isto é, da indicação do fim do modelo de produção taylor-fordista e, por conseguinte, da teoria marxista que se baseava nela. Sua indicação é a de que estaríamos entrando em uma nova era, absolutamente diferente: a era da informação que fora constituída pela chamada terceira revolução industrial.

Um conjunto de transformações na esfera da produção representaria esta revolução, mas seu centro de fundamentação estaria nas esferas produtivas ligadas ao desenvolvimento da tecnologia e da técnica. O argumento mais radical de Rifkin é o de que estas transformações tornariam o trabalho humano inútil. O trabalho estaria em processo de extinção, já que a produção tenderia a utilizar cada vez menos trabalho. Tal afirmação é fruto de sua compreensão sobre a automação. Rifkin nos diz que “*o ritmo acelerado da automação está levando a economia global rapidamente a era da fábrica sem trabalhadores.*”²⁵⁶ Isto resultará, afirma o autor, numa clivagem no seio da população ativa. De um lado, estarão os trabalhadores ligados à produção de saberes e tecnologia; de outro, os trabalhadores que foram privados de seus postos de trabalho e que não serão mais absorvidos pela economia *high-tech* que se desenvolve.

Apesar de existir nessa argumentação de Rifkin o descarte da necessidade da exploração do trabalho como fator central da valorização do capital, é interessante notar a crítica do caráter positivo das novas tecnologias como criadora de uma sociabilidade. Ela se

²⁵⁶ RIFKIN, J.. O Fim dos Empregos: O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995, p. 08.

vincula à idéia de que a entrada nessa nova era seria estimulada por uma crença em uma problemática falsa, segundo a qual, as novas tecnologias diminuiriam os custos da produção, fazendo baixar os preços, permitindo aumentar o poder de compra e a criação de empregos.

Mesmo que a crítica de Rifkin não observe a contradição entre a necessidade da exploração do trabalho e a redução do tempo gasto na produção, faz uma importante ponderação às teses sobre a neutralidade ou positividade da tecnologia no processo de liberação do trabalhador dos domínios do capital. Mesmo não sendo seu objetivo, ao indicar o caráter utópico dessas teorias, faz explicitar o caráter mistificador da construção da história pelo primado das forças produtivas, sobretudo quando ironiza a possibilidade da construção de um “paraíso”, com aumento de empregos e diminuição da jornada de trabalho — tudo isso, com base na implementação de indústrias automatizadas.

Dominique Méda realizando uma leitura dessa questão aponta para o fato de que na França dos anos 1990 os três setores tradicionais expulsaram milhões de pessoas para o desemprego e conclui que “(...) *o único setor emergente foi aquele do conhecimento, do saber, constituído por uma pequena elite de empreendedores, de cientistas, de técnicos, programadores, de educadores e consultores.*”²⁵⁷ Na prática, o único setor que é caracterizado como aquele que, ao invés de expulsar trabalhadores, os incorpora é o ligado à produção de ciência e tecnologia, saberes e conhecimento.

Uma outra tese que fundamenta as teorias do trabalho imaterial é a de que há uma redução do trabalho imediato e um aumento da produção ligada ao conhecimento. O centro da produção capitalista estaria marcado por esse tipo de produção predominantemente

²⁵⁷ MÉDA, D. “La Littérature américaine sur le travail, *un aperçu à travers trois livres récents*”. In: *Travail et Emploi*, n° 69, 1996.

intelectual. Isto levaria Corsani, por exemplo, a indicar a existência de um “capitalismo cognitivo” como forma central de regulação social advinda da produção imaterial²⁵⁸.

Segundo Colin e Grasser, esta discussão carrega algumas ambigüidades, já que estaria presa a uma lógica individualizada da análise do trabalho. A qualificação, nesse caso cognitiva, entendida como mecanismo de libertação do trabalhador, passa, na prática, a ser meio de quantificação da produtividade do trabalho. “*No fundo, a questão é de saber se a noção de qualificação não é somente um meio de aumentar as formas de gestão da mão de obra no sentido de uma maior individualização.*”²⁵⁹ Pode-se, assim, aumentar o controle dos trabalhadores por parte das empresas no momento em que é criado um quadro de hostilidade dado pelas diferentes formas de remuneração dos trabalhadores. Thomas Coutrot, em artigo que discute a organização das empresas hoje, atribui este problema ao modelo da empresa neoliberal que, ao difundir uma “autonomia controlada”, conseguiria restabelecer seus objetivos centrais: o aumento da produção de mais-valia.²⁶⁰

O modelo neoliberal de controle dos processos de trabalho tem, nestes termos, seu foco nas idéias de transparência e dirigibilidade, afirma Coutrot. Entretanto, o que nos parece mais importante chamar a atenção, relaciona-se aos limites colocados pelo capital quando da aplicação dessas novas formas de controle da produção.

“No regime neoliberal, tanto os modos de organização do trabalho quanto os mecanismos de gestão financeira favorecem a expansão dos horizontes dos assalariados e o desnudamento da natureza das

²⁵⁸ CORSANI, A. *et alli.*. *Vers un Capitalisme Cognitif: entre mutations du travail et territoires*. Paris : L’Harmattan, Col. Logiques Sociales, 2001 ; CORSANI, Antonella. (2000) “Vers un renouveau de l’économie politique : anciens concepts et innovation théorique”. In : *Multitudes*, n° 02, pp. 15-24.

²⁵⁹ COLIN, T. & GRASSER, B.. “La gestion des compétences: un infléchissement limité de la relation salariale”. In: *Travail et Emploi*, n° 93, janvier, 2003, p. 61.

²⁶⁰ COUTROT, T.. “Organização do trabalho e financeirização das empresas: a experiência européia”. In: *Outrubro*, , 2005, n° 12.

obrigações que limitam os atores da produção. Ao mesmo tempo em que a gerência ‘convoca a subjetividade’ (...) dos assalariados, e lhes atribui responsabilidades inéditas, ela nega esta mesma subjetividade recusando todo sentido ao trabalho, exceto o de produzir mais lucros. Esta recusa do sentido do trabalho, bem como a acumulação de exigências contraditórias impostas aos assalariados, induz ao espetacular desenvolvimento da ‘insatisfação no trabalho’, das doenças profissionais, das depressões; ela contribui para a fragilização da legitimidade política da dominação.”²⁶¹

Vemos, dessa forma, que a produção anunciada como imaterial estaria ancorada na idéia de uma produção da própria subjetividade do trabalhador. É exatamente nesse sentido, que Lazzarato pretende reinterpretar os *Grundrisse*, em especial a relação contraditória entre processo de trabalho e processo de valorização. Para exemplificar sua crítica Lazzarato analisa a formação dessa nova subjetividade com base na fábrica japonesa. Aponta, assim, para um deslocamento de “conteúdo” do operário especializado para o de operário polivalente. Em suas palavras, “*há um deslocamento de ‘conteúdo para cima’, da execução à tomada de decisão. Responsabilidade que é necessária à gestão aleatória da usina automatizada e ao melhoramento contínuo da durabilidade e da qualidade do produto*”²⁶². Haveria uma internalização das prescrições tayloristas às máquinas automáticas, porém se tornaria necessário um novo quadro profissional que fornecesse o comando a essa linha de produção. Assim, Lazzarato indica que:

“A intervenção sobre os autômatos necessita de novas qualificações, mas sobretudo uma nova relação consigo mesma.” “(...) Em resumo, a

²⁶¹ COUTROT, T., “Organização do trabalho e financeirização das empresas: a experiência européia”, *op. cit.*, p. 37.

²⁶² LAZZARATO, M.. “Les caprices du flux – les mutations technologiques du point de vue de ceux qui les vivent”. In: *Futur Antérieur*, 1990, Hiver, n° 04, p. 157.

atividade não é mais padronizada, dividida, comparável. Cada vez mais interior e inaparente, ela torna-se dificilmente mensurável. Ela está fundada sobre decisões (...) mais difíceis de serem prescritas.” (...) “A consequência mais importante das modificações da organização do trabalho é então de devolver a subjetividade ao trabalhador.”²⁶³

A qualificação profissional de um ramo específico da produção é, assim, apresentada como universo de refundação das formas de organização da produção. Primeiro, há uma projeção segundo a qual a produção concentrar-se-ia, particularmente, nas esferas ligadas à produção de conhecimento; e, segundo, que os trabalhadores aí presentes passariam a produzir sob critérios nos quais a informação é incorporada como elemento de confecção das mercadorias. A produção do valor nas fábricas que impedia a entrada da informação, exteriorizar-se-ia, rompendo com essa lógica de valorização do capital. Assim, a produção teria se tornado social, já que negaria um tipo de produção baseado na indústria que estabelece uma divisão radical entre trabalho manual e intelectual.

“A velha fábrica que serviu de modelo para a ‘disciplinarização’ da sociedade está evoluindo na direção de um modelo social de ‘controle’. Esta evolução diz respeito a certas partes da fábrica mais que outras, a certos operários mais que outros, mas ela já tem um papel estratégico e motor.”²⁶⁴

Na verdade, não se trata de “devolver” a subjetividade do trabalhador, mas sim de produzi-la no sentido de aumentar o controle capitalista sobre ela. Mesmo que em sua aparência essa subjetividade seja reclamada com base nas idéias de criatividade, autonomia

²⁶³ LAZZARATO, M., “Les caprices du flux – les mutations technologiques du point de vue de ceux qui les vivent”, *op. cit.*, p. 158.

²⁶⁴ LAZZARATO, M., “Les caprices du flux – les mutations technologiques du point de vue de ceux qui les vivent”, *op. cit.*, p. 161.

e participação do coletivo de trabalhadores na produção, o controle capitalista se diversifica, podendo, com isso, usufruir-se de “corações e mentes”.

Uma das questões levantadas por Negri²⁶⁵ quando da afirmação do comunismo como um poder constituinte que não está mais ligado somente à fábrica, mas tende a se espalhar pela sociedade como um todo, é a questão da fusão entre o econômico e o político que o autor retira de Marx. Suas conseqüências teóricas parecem equivocadas, a começar pela idéia de multidão. No entanto, ao estabelecer uma tentativa de formação do capital como força social, faculta a ela uma interação, isto é, a impossibilidade de uma análise indistinta entre o movimento das estruturas econômicas e políticas e a formação histórico-social que particulariza esse movimento de forma dialética.

Esta constituição ganha um sentido tão ampliado que passa a fundir interesses opostos. Capitalistas e trabalhadores são considerados como órgãos funcionais de uma estrutura produtiva. Assim, surge a idéia de que os empresários realizariam um trabalho produtivo, isto é, se a valorização do capital não está mais restrita à produção industrial, mas sim a uma produção do indivíduo social, todos poderiam ser considerados produtivos. Todos produziriam em direção à viabilização deste indivíduo social, do coletivo organizado em poder constituinte do comunismo em ato.

Marx, ao realizar a crítica de Sênior, discutiu uma questão análoga. Sênior acreditava que o capitalista também cria valor, pois, como vê o trabalho apenas na sua forma negativa, isto é, como sacrifício, entende que o capitalista é produtivo já que ele realiza um sacrifício, o sacrifício da abstinência: em vez de consumir a totalidade do que

²⁶⁵ NEGRI, A., *O Poder Constituinte*, *op. cit.*.

produz, enriquece. Sua produção então é concebida dentro de um desejo (para utilizar um termo empregado por Negri) coletivo. Nas palavras de Marx lemos que:

“Um ser meramente negativo, nada cria. (...) o trabalho produz prazer ao operário – como certamente produz a *abstinência* o avaro que fala Sênior -, o produto não perde com ele nada de seu valor. *Somente* o trabalho produz; é a única *substância* dos produtos em qualidade de valores”.²⁶⁶

Ou ainda, como nos indica Poulantzas,

“O trabalho produtivo, em diferentes modos de produção, não é mais do que o trabalho que é explorado através do tipo específico de exploração que caracteriza esse modo de produção — por exemplo, a produção de mais-valia no modo de produção capitalista. Não significa que os trabalhadores assalariados não produtivos não sejam explorados — eles o são —, o que é, certamente, muito importante, mas não do modo específico que constitui a produção de mais-valia.”²⁶⁷

No mais, é importante mencionar que a idéia de produção exposta por Negri recorre a uma compreensão que rompe com a teoria do valor-trabalho. Não há, na verdade, mais uma determinação temporal da produção, já que ela estaria subordinada ao poder constituinte do comunismo. Para formalizar essa tese Negri considera que as formas de dominação (o poder) teriam passado por uma profunda transformação nos últimos anos. Antes era localizado, agora está difuso. Este poder não estaria mais preso à nação, à classe, a um agente específico, ele estaria diluído no corpo social. Essa difusão tornou ultrapassada

²⁶⁶ MARX, K., *Borrador*, *op. cit.*, p. 120.

²⁶⁷ POULANTZAS, N., “A Nova Pequena Burguesia”. In: POULANTZAS, N. *et alli*. *Classes e Estrutura das Classes*. Lisboa: Martins Fontes, 1977, p. 137.

e impediria qualquer forma de ruptura revolucionária com o modo de produção capitalista.²⁶⁸

A tese da imaterialidade do trabalho não estaria presa, dessa forma, às relações de produção e consumo. Trata-se também de uma concepção política que se estrutura com base em uma idéia de comunismo compatível com o mercado, com o dinheiro, com o Estado e com a propriedade privada capitalistas. Dentro dessa perspectiva, a necessidade de extinção das classes sociais seria substituída por uma possibilidade de convivência harmônica entre elas. Tudo isso ainda tendo a figura do capitalista como detentor dos meios de produção. Assim, Negri teria criado a figura do “empresário político” como um agente organizador do processo produtivo, como um agente que fundamentaria a melhor forma de se produzir sob determinadas condições histórico-sociais. Segundo Negri:

“(...) A diversidade da figura do novo empresário em relação à cooperação não é a diversidade que o coloca fora da mesma. Ao contrário, é um elemento de criatividade e um tipo de intervenção dentro da composição da cooperação do trabalho para acrescentar a qualidade produtiva em todos os sentidos. É uma atividade política, propriamente política, pois ela é dimensionada às medidas do conjunto da cooperação social, é uma práxis de transformação adequada à nova composição do trabalho social (completamente exterior ao capital).”²⁶⁹

Com base na tese de que um fluxo contínuo entre momentos da produção, circulação e distribuição teria se formado, e que esse fluxo seria na verdade o vetor de caracterização do comunismo, os antigos burgueses passam a ser considerados como

²⁶⁸ LESSA, S.. *Para Além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã (Coleção Labirintos do Trabalho), 2005.

²⁶⁹ NEGRI, A.. “O empresário político”. In: URANI, A. *et alli. Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

“empresários sociais” e os antigos operários como “trabalhadores sociais”. O trabalho taylorizado daria, assim, lugar ao trabalho imaterial como expressão do comunismo. Nesse sentido, e apenas com ele, foi possível a Negri apontar o fim da sociedade de classes, o fim da exploração do trabalho pelo capital e o começo da hegemonia do trabalho imaterial. “(...) *O que estão [Hardt e Negri] afirmando é que a identidade entre capital e sociedade em nossos dias teria levado ao comunismo.*”²⁷⁰

A universalização das forças produtivas teria produzido a identidade entre capital e sociedade. O problema é que estas forças produtivas não têm relação nenhuma com uma prerrogativa política de socialização. Elas ainda reproduzem a forma de propriedade privada, são acumuladas e sua universalização, dessa forma, só pode ser entendida como universalização dos domínios políticos e econômicos do capital. Essa extensão fictícia da lógica da fábrica à sociedade só ganha sentido como expressão de uma relação social que se torna cada vez mais dilatada, que tende a e necessita submeter tradições, valores, costumes, novos espaços, novos territórios a ela própria. É dessa expansão que depende a existência do capital.

III.3. A extensão da dominação do capital e as teorias do imaterial

As teorias sobre a não-centralidade do trabalho e sobre o trabalho imaterial, nos termos em que são apresentadas na atualidade, devem ser continuamente criticadas. Em linhas gerais, a perspectiva da classe trabalhadora é abandonada no momento em que se questiona a validade de sua intervenção política e social. No entanto, uma possibilidade de resposta a tais argumentações, estabelecendo uma análise dentro do campo marxista das atuais formas de exploração da força de trabalho, mostra-se, mesmo que preliminar,

²⁷⁰ LESSA, S.. *Para Além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*, op. cit., p. 38.

indispensável pois se preocupa em desmistificar a relação social antagônica entre capital e trabalho em um novo quadro histórico da luta de classes.

A elaboração de uma crítica sobre as transformações estruturais no processo de acumulação de capital dentro de novas formas de extração de mais-valia que permitiram vislumbrar, nos termos de Gorz, uma sociedade “emancipada” da produção e da reprodução capitalistas, mesmo que esta última não fosse completamente superada, mas apenas subjugada pela primeira, torna-se fundamental.

A tese de que o trabalho seria a forma necessária, contingente e inequívoca de organização das relações de (re)produção social capitalista, e de que o trabalho, funcionaria, dada a sua centralidade como relação social necessária para a valorização do capital, é ainda válida.

Hoje, mostra-se tendencial a caracterização de algumas formas de exploração da força de trabalho que, ao ampliar o controle e o domínio do trabalhador, reproduzem as relações de produção capitalistas submetendo ainda mais o trabalhador à “violência” do processo de valorização. O trabalho vivo, hoje produtor de valor de troca, é aquele que capta, trata, grava e comunica informação entre, de uma parte, um círculo de trabalhadores que compreendem os funcionários de escritório e os quadros e, de outra parte, os trabalhadores e as máquinas.

A padronização do trabalho intelectual como extensão do realizado durante o século XX, desenvolve-se no sentido de submeter as capacidades cognitivas dos trabalhadores no processo de valorização do capital. Esta produção requer, assim, uma força de trabalho “intelectualizada”, ou melhor, que contribua ativamente na formação de novas necessidades, de novas mercadorias, mas sem que, contudo, haja uma perda de controle do

processo de trabalho por parte dos capitalistas. A gerência científica, ao diluir a hierarquia dentro das fábricas e dos escritórios, torna imediata a responsabilidade dos trabalhadores em organizar partes, cada vez mais crescentes, da produção.

O anúncio de um “ciclo” ampliado da produção, na prática, apenas aprofunda os preceitos da indústria maquinofatureira. Não obstante, a tese sobre a passagem da indústria tradicional para a empresa-sociedade desenvolvida por Negri e Lazzarato, ao invés de pensar o extravasamento da lógica e da violência do processo de produção imediato à sociedade, isto é, a circulação de mercadorias e a produção de serviços, estabelece uma ruptura com essa lógica e fundamenta, contrariamente, uma dimensão social positiva da socialização da produção. Caracteriza, assim, uma sociedade integrada por uma vontade histórica; um corpo social no qual as partes — os indivíduos que compõem a *multidão*, ao reconhecerem o movimento inequívoco de uma história predeterminada poderiam, com base na adesão voluntária a esse movimento, aderir ao comunismo.

Este “ciclo” da produção imaterial, como chamou Lazzarato, extravasa o chão-de-fábrica e torna a figura do trabalhador autômato uma possibilidade para o conjunto da sociedade capitalista. Nesse sentido, a abrangência dessa produção e da exploração do trabalho, como força produtiva central para a reprodução das relações capitalistas, se radicaliza ao universalizar um tipo de cooperação produtiva que aprofunda a exploração da subjetividade do trabalhador e faz reproduzir a *subsunção* real de sua condição social. Por conseqüência, uma composição do trabalhador-consumidor é indicada. Diferente do

trabalhador constituído pela produção taylorista²⁷¹, o trabalhador do imaterial teria, a partir de sua intervenção neste “ciclo” produtivo, sua força política constituída.

“O consumidor é inscrito na fabricação do produto e depois em sua concepção. O consumidor não se limita mais a ‘consumir’ uma mercadoria (a destruí-la no ato de consumir). O consumo é, então, antes de tudo, um consumo de informação. Ele não é mais apenas a ‘realização’ de um produto, mas um verdadeiro processo social (...).”²⁷²

A produção, designada pelo autor como pós-taylorista, passa a ser apresentada como aquela que torna também produtiva a comunicação social e a própria relação social que a constitui. O fundamento de sua análise repousa, dessa forma, na questão da criação antecipada de uma necessidade, ou seja, hoje nada seria produzido sem antes ser vendido. A chave da valorização do capital estaria, com isso, na capacidade das empresas em colher informações que as permitam antecipar e recriar novas formas de consumo que, em certo sentido, já se anunciam no mercado. *“Essa estratégia se apóia sobre a produção e o consumo de informação. Ela mobiliza importantes estratégias de comunicação e “marketing” para recolher as informações (conhecer tendências do mercado) e fazê-las circular (construir o mercado).”*²⁷³ Vislumbra-se, assim, uma ampliação das formas de trabalho intelectualizado como uma tendência nas atuais formas de produção. Ela apareceria, aos olhos de Lazzarato, com a particularidade de inovar as relações de produção e de colocar os trabalhadores inseridos nesse universo produtivo em contato com

²⁷¹ Em duas diferentes esferas, quais sejam, a da produção e a da circulação, produtivismo e consumo foram elementos indissociáveis e complementares para a projeção do taylorismo e de todas as suas representações sociais.

²⁷² LAZZARATO, M., “Le Cycle de la Production Immatérielle”, In: *Futur Antérieur*, 1993, nº 16, pp. 111-112.

²⁷³ LAZZARATO, M., “Le Cycle de la Production Immatérielle”, *op.cit.*, p. 112.

informações que podem, pelo lado do capital, garantir a produção ao acionar estas informações com criatividade.

Em campos diferentes, essa indicação mostrar-se-ia tendencial. O trabalhador deveria integrar-se a esse universo tendo que, a partir da incorporação de novos conhecimentos, “incrementar” a produção. Caracterizar-se-ia uma necessidade que, diferentemente daquela da produção de tipo taylor-fordista, tornaria a capacidade intelectual do trabalhador o incremento central da produção em geral.

No entanto, como nos lembra Marx (ao analisar o trabalho em seu núcleo comum), o valor, mesmo se considerarmos uma ampliação das capacidades intelectuais do trabalhador coletivo, ainda é parte alíquota do total de mercadorias produzidas pelo operário, que não é paga pelo capitalista²⁷⁴. A relação social capital não é alterada. O que se altera são as necessidades sociais do capital. Este, dessa forma, deve “qualificar” a força de trabalho para que ela possa responder às necessidades de seu processo de autovalorização. A força de trabalho é aqui valor de uso do capital no processo de produção. Tem a finalidade de conservar, ao reproduzir a produção de novas mercadorias, a acumulação de capital.

Na verdade, para nós o que deve ser considerado são as relações sociais que constituem as formas de exploração do trabalho no capitalismo. Sim, os conteúdos do trabalho são importantes, pois podem, entre outras questões, elevar ou diminuir as condições de trabalho e os rendimentos do trabalhador individual e coletivo. No entanto, deve-se precisar que :

²⁷⁴ MARX, K., *Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata*. São Paulo: Moraes, s.d., p. 119.

“(...) faz pouca diferença se adotarmos o critério de produção material ou não material. Se os trabalhadores da esfera comercial são considerados por Marx como desempenhando um trabalho produtivo, não é por não efetuarem uma produção material; de algum modo fazem-no, mas é porque dependem de capital comercial e o único capital que produz mais-valia é o capital produtivo.”²⁷⁵

Longe de realizarmos uma exposição reduzida da produção taylorista ou fordista ao caracterizá-las como uma produção na qual o trabalhador estaria despojado de sua dimensão intelectual e em que sua subjetividade não fosse reclamada pelo capital, acreditamos que a dimensão intelectual nunca pode ser racionalizada a ponto de ser totalmente dissolvida. A questão é que Lazzarato, ao afirmar a tendência de uma produção e de um trabalho imaterial, não problematiza esse aspecto da questão. O trabalhador especializado é considerado uma figura sem subjetividade, pois sua capacidade subjetiva de construção da política está presa a sua atividade laborativa, ele é o trabalho que executa. Se esse trabalho não tem qualificações, ele mesmo não pode tê-las. De um lado, a produção taylorista tentava progressivamente pulverizar qualquer forma de expressão intelectual do trabalhador ao submetê-lo a uma racionalização da produção voraz, que o constituía como uma “*máquina viva*”²⁷⁶. Por outro, a produção imaterial que Lazzarato define faz da dimensão intelectual meio de valorização do capital, mas ao mesmo tempo motiva a construção da subjetividade do trabalhador.

Dentro desta perspectiva, se, por um lado, a produção taylorista separava e condicionava o trabalhador-consumidor a objeto — na medida em que lhe impunha uma

²⁷⁵ POULANTZAS, N.. “A Nova Pequena Burguesia”, *op. cit.*, p. 137.

²⁷⁶ ROMERO, D.. *Tecnologia, Subsunção e Fetice no Mundo do Capital: elementos da crítica de Marx ao tecnicismo do processo de trabalho nos Manuscritos de 1861-1863*. Dissertação de Mestrado defendida no IFCH/UNICAMP, Campinas/SP, 1999.

forma de produzir mas também de consumir; por outro, essa produção “pós-taylorista” passa agora a utilizá-lo como um indivíduo que “decidiria” e informaria, dentro de um número restrito de possibilidades, o que deveria ser produzido. Sintetizar-se-ia, assim, a figura do trabalho imaterial como uma atividade de ligação entre o produtor e o consumidor, como elo funcional da apropriação do poder político.

“É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação social produção/consumo. O ativamento, tanto da cooperação produtiva, quanto da relação social com o consumidor, é materializado nesse processo de comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). (...) Ele dá forma e materializa as necessidades, o imaginário, os gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (seu valor de uso sendo essencialmente seu conteúdo informacional e cultural) consiste no fato de que ela não é atribuída no ato do consumo, mas ao contrário é alargada, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Seu valor de uso não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma seu usuário.”²⁷⁷

Nesse sentido, a análise da composição técnica e subjetiva da classe operária seria para Lazzarato o meio para se avaliar o alargamento do conceito de trabalho. Abrem-se, pelo menos, dois caminhos para se fundamentar esse conceito. Por um lado, ele estaria relacionado ao “*conteúdo informacional*” da mercadoria. Esta questão se explicitaria, para o autor, a partir de uma postulação quantitativa. Segundo ele, o trabalho imediato utilizado nas empresas financeiras, nas empresas industriais, bem como nas do setor de serviços, estaria se subordinando às formas do trabalho imaterial, ou seja, “*à capacidade de processamento da informação e da comunicação horizontal e vertical.*”²⁷⁸ Por outro, ele

²⁷⁷ LAZZARATO, M., “Le Cycle de la Production Immatérielle”, *op.cit.*, p. 114.

²⁷⁸ LAZZARATO, M., “Le Concecp de Travail Immatériel”. In: *Futur Antérieur*, 1992/2, n° 10, *op.cit.*, p. 54.

estaria relacionado às atividades que produzem o “*conteúdo cultural*”²⁷⁹ da mercadoria. Atividades estas que salvaguardam e reiterariam opiniões, gostos, modos de viver e de consumir, além de caracterizarem expressões artísticas, estéticas e religiosas que normalmente não são relacionadas ao trabalho.

“Do ponto de vista do ‘conteúdo’, o trabalho imaterial pode ser aprendido somente pela ‘implicação da subjetividade’ e pela cooperação produtiva do trabalhador coletivo. Implicação da subjetividade e cooperação são duas faces do mesmo processo, pois um aprofundamento e um desenvolvimento da subjetividade são o pressuposto e o resultado de um aprofundamento e de um desenvolvimento das formas de cooperação e de coordenação do trabalho. Contudo, o trabalhador da grande empresa deve ser capaz de ‘analisar uma situação’ de ‘tomar decisões’, de controlar situações inesperadas e ao mesmo tempo de ter uma capacidade de comunicação e de trabalho coletivo, pois as tarefas prescritas aos operários não concernem senão às operações codificadas previamente, senão à quantidade do fluxo, o fato que, de toda forma, o sistema técnico ‘deve rodar’. O operário, mais que o apêndice da máquina, deve se tornar um elo na integração cada vez mais inserida na relação equipe/sistema.”²⁸⁰

Identificar-se-ia, nesse sentido, a presença de um “sujeito ativo” na produção: o trabalhador não estaria mais subordinado a um comando racionalizado e exterior a ele. As formas de intervenção do trabalhador dependeriam muito mais de sua própria aprendizagem, de sua “*capacidade de ativar e gerar a cooperação produtiva*”, do que de agregar funções preestabelecidas e exteriores a ele. Esta hipótese tem como base que existiria uma associação do processo de valorização ao processo de comunicação. Para

²⁷⁹ *Idem, ibidem.*

²⁸⁰ LAZZARATO, M.. “Le Concecp de Travail Immatériel”, *op.cit.*, p. 54.

realizar essa associação, pressupõe que tanto um processo quanto o outro passam a estabelecer uma quebra nas formas tradicionais de valorização do capital, já que para se produzir seria necessário que o coletivo de trabalhadores exercessem funções ligadas a concepção. Por conseqüência, tal associação tenderia a se apropriar das formas de dominação engendradas nessa produção e os conteúdos relativos ao produto do trabalho teriam uma dimensão não quantitativa, já que seriam frutos de trabalhos cognitivos, portanto não reduzíveis à medida do valor: a tempo de trabalho.

Esse redimensionamento da produção viria marcado por uma redefinição da relação entre produção e consumo. O consumidor colaboraria na valorização do capital, na medida em que ele mesmo comporia um ciclo produtivo cuja finalidade seria a de “*ativar*” a produção. “*A recepção é, então, desse ponto de vista, um ato criativo e ela é parte integrante do produto.*”²⁸¹ A relação entre a grande indústria e a produção de serviços tornar-se-ia, nesse sentido, um dos eixos centrais de legitimação do trabalho imaterial como meio de produção significativo na atualidade.

Para nós, essa questão está relacionada, sobretudo, à passagem de um tipo de economia de tempo (escala) para uma economia de inovação; ou melhor, a passagem da indústria taylorista-fordista à indústria em uma economia que se caracteriza pelo desperdício de força de trabalho e também por imperativos colhidos na circulação. Sua diferença estaria na questão da dispensabilidade permanente de uma parcela da força de trabalho, o que tornaria o aumento do desemprego uma questão sem solução nesse contexto de crise.

²⁸¹ LAZZARATO, M., “Le Cycle de la Production Immatérielle”, *op.cit.*, p. 118 – grifos do autor.

Contrariamente à tese de Lazzarato que estabelece, ao indicar “*a mercadoria ‘pós-industrial’* [como] *o resultado de um processo de criação que engaja tanto o produtor quanto o consumidor*”, o fim da divisão da relação concepção/execução do trabalho²⁸², acreditamos que as formas de controle do coletivo de trabalhadores foi alterada no sentido de transferir uma idéia de iniciativa no trabalho para os trabalhadores, quando no cotidiano de trabalho as “metas” a serem alcançadas são estratégica e previamente concebidas. Há, portanto, a construção de um conjunto de ideologias que visam a estabelecer uma idéia de liberdade de iniciativa no conjunto dos trabalhadores tanto de chão-de-fábrica (a partir do estímulo para a construção de novas idéias e de solução de problemas) e também junto aos setores de projetos, aos engenheiros e administradores — que passam a “decidir” os objetivos anuais. Nos dois casos existe, contudo, a construção prática de uma capacidade ‘*intelectual*’. Metas, idéias, formas de confecção das mercadorias são estimuladas. No entanto, o objetivo desse processo de reorganização das competências profissionais se resumem apenas em garantir a reprodução da dominação e talvez da conservação dos postos de trabalho.

No entanto, no argumento de Negri e Lazzarato, a mercadoria seria constituída pela intervenção do consumidor, estando, assim, produto e produtor sempre em mutação. Em conseqüência, a definição de produtividade não poderia estar circunscrita ao terreno da indústria estrito senso. Essa hipótese desenvolvida por Lazzarato acaba por indicar a existência de uma inversão na relação dialética entre produção e consumo²⁸³. “*A ‘necessidade de consumir, capacidade de consumir, a pulsão ao consumo’ não são mais produzidos indiretamente pelo objeto (produto), mas diretamente pelos dispositivos*

²⁸² LAZZARATO, M., “Le Cycle de la Production Immatérielle”, *op.cit.*, p. 113.

²⁸³ Essa inversão também é exposta por TOSEL, A., “Quelle pensée de l’action aujourd’hui? In: *Actuel Marx, Les Théories de L’Action aujourd’hui*, 1993, n.º 13, pp.16-39.

específicos que tendem a identificar-se com o processo de constituição da ‘comunicação social’”²⁸⁴. A produção de necessidades é negada por Lazzarato. Não é a necessidade de existência do capital que faria com que as mercadorias fossem produzidas, mas sim o impulso de consumir teria se tornado “*processo de trabalho*”. Portanto, somente a reprodução desta atividade pode assegurar o capital um valor econômico.²⁸⁵ O trabalho imaterial, para o autor, revela a produção como um ciclo que deve também produzir a própria relação social capitalista. Em consequência, a produção hoje predominante seria a de apenas uma “*relação política*”, de uma forma de poder e seu objeto (sua matéria-prima) seria a subjetividade dos indivíduos envolvidos nessa dominação.

Com isso, romper-se-ia com a lógica da produção de tipo taylor-fordista que controlava a subjetividade operária ao reduzi-la, desqualificando-a técnica e culturalmente. A produção imaterial estabeleceria a constituição da própria subjetividade como forma útil de valorização do capital, ou seja, inusitadamente, se a compararmos ao padrão de produção taylorista, hoje a subjetividade operária mostrar-se-ia como substrato central da produção (como força produtiva central). No entanto, o que mais chama atenção nesse argumento é a preocupação em situar o trabalho imaterial como uma atividade que deveria, antes de tudo, submeter-se à lógica de valorização do capital²⁸⁶. Ligado a uma forma de “*cooperação*”, o trabalho imaterial deveria ser caracterizado, prioritariamente, como um valor de uso do capital.

Entretanto, entendemos que considerar um novo tipo exploração da força de trabalho como atividade que salvaguardaria a chave para a formação de uma política

²⁸⁴ LAZZARATO, M., “Le Cycle de la Production Immatérielle”, *op.cit.*, p. 114

²⁸⁵ LAZZARATO, M., “Le Cycle de la Production Immatérielle”, *op.cit.*, p. 114-115.

²⁸⁶ LAZZARATO, M., “Le Concepc de Travail Immatériel”, *op.cit.*, p. 59.

revolucionária parece precipitado. As conclusões estão vinculadas à suposição de que, através do contato travado com a informação necessária à execução do trabalho imaterializado, existiria algum componente libertário que estimulasse tal formação política. Para não cometermos os mesmos equívocos que Serge Mallet e André Gorz cometeram quando afirmaram o caráter revolucionário do operário politécnico — a partir de sua proximidade com a técnica e com a ciência, Defendemos a idéia de que a constituição de uma consciência revolucionária não pode ser apenas derivada do posicionamento dos sujeitos no processo de produção e muito menos das competências profissionais exigidas nesse processo.

No entanto, isso não implicaria dizer que a construção de uma política revolucionária (anticapitalista) estaria presa, amarrada ao posto de trabalho, ou às qualificações técnicas que são requisitadas pela produção hoje. Nem mesmo afirmar categoricamente que, por ser o epicentro da produção das mercadorias no capitalismo, hoje tal atividade produtiva seria o elemento fundamental para a construção de um projeto político revolucionário. Sua destruição é central, isto é, só podemos pensar uma sociedade desvencilhada da dominação política e econômica do capital se superarmos as relações de produção que as estruturam. Caracterizar a luta de classes como uma designação arbitrária que vincula a profissão, a qualificação técnica, à escolha do sujeito político capaz de organizar uma política anticapitalista nos parece equivocada. Vemos, contrariamente, que as considerações teóricas sobre a formação da classe política revolucionária devem articular seu posicionamento na estrutura produtiva com as formas da sua representação político-ideológica.

“A organização política autônoma e a ideologia revolucionária da classe operária têm a ver com a classe na conjuntura. Têm a ver com o tornar a classe operária uma ‘força social’, o que determina a possibilidade de ela efetuar uma transição para o socialismo, ou seja, de fazer uma revolução social. Assim, o problema que se coloca é o de como localizar os elementos políticos e ideológicos na determinação estrutural de uma classe, mesmo que esses elementos não sejam os tradicionalmente encarados como constituintes da ‘classe para si’”²⁸⁷

Ao afirmar a relação intrínseca entre o desenvolvimento da técnica e a formação de uma luta proletária, fundamenta-se a pressuposição de que o trabalhador (sua subjetividade) constitui-se através de sua atividade profissional. Confunde-se toda a sua subjetividade com a atividade que o trabalhador exerce na divisão social do trabalho.

Mostra-se, assim, a urgência em se verificar quais seriam as atuais contradições sociais que essa nova forma de trabalho e de controle do trabalho estaria caracterizando. Entendemos, nesse sentido, que o contato com esse tipo de informação no processo de criação de mercadorias sem conteúdo físico pode ser também racionalizado à dimensão dos limites da extração de mais-valia. Em concordância com Marx, o que deveria ser aprofundado gira em torno da problematização de que:

“Enquanto o meio de trabalho tiver um caráter imediato e se encontrar no estado histórico em que o capitalismo capta e o introduz no seu processo de valorização, ele apenas pode sofrer uma mudança formal. Mas isso é suficiente para que deixe de aparecer apenas com as suas propriedades físicas.”²⁸⁸

²⁸⁷ POULANTZAS, N., “A Nova Pequena Burguesia”, *op. cit.*, p. 139.

²⁸⁸ MARX, K.. *Conseqüências Sociais do Avanço Tecnológico*. São Paulo: Edições Populares, 1980, p. 37.

De toda forma, se considerarmos a informação como subproduto do trabalho dito imaterial, ainda assim ela é constituída por tempo de trabalho explorado não pago. Sua importância poderia determinar um momento particular da luta de classes que poderia fazer crescer a resistência da classe trabalhadora, pelo menos em relação a uma luta corporativa, haja visto as possibilidades do trabalhador de, ao lidar com essas informações, capacitar-se profissionalmente. Assim, a informação sociabilizada seria uma fonte de incremento da capacidade de luta corporativa, mas viria também marcada por limites que sancionam e determinam a reprodução das classes sociais e que não estabelecem a passagem dessa luta econômico corporativa a uma luta ético-política, isto é, de uma luta entre classes sociais.

III.4. Elementos para uma análise marxista sobre as mutações no trabalho

Em resposta às teses sobre a não-centralidade do trabalho, desenvolveu-se um conjunto de argumentações sobre a atualidade das análises de Marx. Tosel, por exemplo, examinou o debate salientando que as formas de exploração do trabalhador estariam calcadas na superfluidade das classes trabalhadoras. A centralidade atual do não-trabalho seria, então, negativa, pois não permitiria a organização de relações entre atividades inseridas no tempo de trabalho e atividades inseridas no tempo livre.²⁸⁹ Este tempo livre não permitiria qualificar qualquer possibilidade material de desenvolvimento do indivíduo social, se pensarmos nos termos de Marx, pois ele seria negativamente liberado pela forma do desemprego, da precarização, do subemprego, do banco de horas, etc. veiculando, assim, a impossibilidade efetiva do usufruto desse “tempo liberado”.

²⁸⁹ TOSEL, A.. “Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus”. In: BIDET, Jaques & TEXIER, Jaques. *La Crise du Travail*. Paris: PUF, 1994.

A superfluidade do trabalho estaria calcada na pressuposição de que a produção de mercadorias ampliou-se; ou seja, que ela não está apenas ligada à produção industrial (ao setor secundário); sua abrangência seria, assim, prerrogativa de uma nova lógica produtiva ainda determinada pela valorização do capital.

A hipótese de Marx da supressão do trabalho vivo e do aumento do trabalho passado nunca foi tão pertinente. Esse pressuposto se soma a outro: o emprego, em sua concepção tradicional, não poderia mais crescer, pois hoje a incorporação da inovação tecnológica estaria cada vez mais presente.

Diferentemente daqueles que a partir dessa constatação desvinculam a teoria do valor-trabalho da luta de classes e das análises dos conflitos sociais, Tosel caracteriza um outro quadro social. Para ele, a centralidade do trabalho abstrato produz a não-centralidade do trabalho vivo para o conjunto de desempregados do mercado de trabalho. E, mesmo para aqueles que ainda trabalham, essa dinâmica do trabalho abstrato condiciona a desregulamentação (chamada flexibilização) das relações de trabalho, passando esses trabalhadores empregados, muitas vezes, a “prestadores” autômatos de serviços.

Em última análise, “*não seria o caso de situar (também) no mesmo espaço, a apropriação pelo capital das forças intelectuais?*” Mas, como considerá-la sob a ótica de que a “*missão histórica do capital é de depreciar o valor de troca da força de trabalho, aumentando, assim, a força produtiva e fazendo do desenvolvimento do indivíduo social o novo alvo imanente da produção*”?²⁹⁰ A mercadoria força de trabalho em sua forma supérflua acaba por redefinir um estágio do desenvolvimento das forças produtivas

²⁹⁰ TOSEL, A., “Centralité et non-centralité du travail”, *op. cit.*, p. 212

(trabalho abstrato) que, em seu conjunto, pode caracterizar a ruptura, mas que, contrariamente, encaminham a permanência.

“Tem-se, assim, uma dialética de continuidade pela ruptura e no interior da ruptura uma *Aufhebung*, pois a força produtiva social e o indivíduo social são conservados dentro de e por um novo modo de produção fundado sobre o princípio do tempo disponível (dito também supérfluo no sentido de liberado do trabalho).”²⁹¹

Haveria, nesse sentido, uma continuidade do processo de valorização do capital e do trabalho como meio de realização dessa valorização. O trabalho na sua forma imediata dá lugar às formas mediatas da atividade produtiva, estruturando-se e é por isso que eles conservam a caracterização do trabalho como central, uma expressão metamorfoseada do valor-trabalho. A forma do valor tornar-se-ia cada vez mais a forma do valor trabalho intelectual-abstrato, ou seja, as formas de intelectualização da força de trabalho poderiam, assim, ser entendidas como razão primeira da valorização do capital. Flexibilidade, rapidez de deslocamento, autotransformação permanente, caracterizam-se e se auto-valorizam através da incorporação constante do conhecimento retido como valor de troca. A cooperação, nesse sentido, tornar-se-ia uma forma produtiva “*processual*”, ou seja, a produção capitalista manifestar-se-ia sempre como jogo de um imenso autômato social. Mas ela agora estaria dotada de um intelecto geral nos termos de Marx? Segundo Vincent, mesmo estando sob a tutela da valorização do capital, a sociabilização da informação, como elemento necessário a esta valorização, pode tornar possível a antagonização desse sujeito social ao explicitar este processo. Comenta o autor:

²⁹¹ TOSEL, A. “Centralité et non-centralité du travail”, *op. cit.*, p. 214-215.

“O trabalho intelectual, abstrato, e seu ‘capador’, o capital, obedecem a uma lógica da subsunção generalizante sob leis da valorização que, de modo reducionista, não levam em conta senão certos processos reais. O trabalho intelectual concreto, múltiplo, ao contrário, obedece a uma lógica aberta da confrontação (sobre os objetivos e os métodos), da junção (para superar as descontinuidades) e da complementaridade assumida coletivamente.”²⁹²

A produção e as relações de produção que as constitui ampliam-se, hoje, em relação à produção taylor-fordista. O que foi considerado como uma relação direta em que era necessário desqualificar o coletivo da força de trabalho para explorá-la, passa a ser indireta sob um duplo sentido. O primeiro seria o da informação que passa das unidades produtivas como imperativos do quê e de como produzir; e o segundo seria o da interligação de ramos da produção à circulação que se estimulariam reciprocamente. No entanto, esta tendência deveria ser caracterizada como núcleo de valorização do capital, que estaria singularmente ligado à necessária precarização do trabalho material. A dinâmica capitalista, como regulamentação da produção, passa, nesse sentido, a responder também pelo controle das capacidades cognitivas no trabalho, no sentido em que necessita de indivíduos que estejam aptos a agir e a tomar decisões — mesmo que dentro de padrões estabelecidos. “*É neste contexto que deve ser recolocado o problema da medida do trabalho como momento da constituição do trabalho abstrato partindo das atividades intelectuais concretas*”²⁹³, especificamente, quando nos referimos à formação profissional de cada trabalhador.

A produção de um conhecimento específico deve ser “*objetivada*”. Nesse sentido, as relações de troca aparecem como formas de automatização do trabalho intelectual, já que

²⁹² VINCENT, J-M.. “Les Automatismes sociaux e le ‘general intellect’”. In: *Futur Antérieur*, nº 16, 1993, p. 122.

²⁹³ VINCENT, J-M., “Les Automatismes sociaux e le ‘general intellect’”, *op. cit.*, p. 124.

ele mesmo deveria ser objetivado como valor, através do dinheiro. Disso decorre que o trabalho imaterial fundamentaria um conjunto de relações sociais que se articulam em um coletivo como um ciclo produtivo ampliado e ativado pelo conjunto desses trabalhadores.

O “*intelecto geral*” deveria ser qualificado a partir da incorporação de novos conhecimentos dados no processo de reorganização da produção. A crescente “*intelectualização*” do trabalho, caracterizada pelo deslocamento da formação e de sua valorização, da produção estrito senso para outras áreas concernentes, muitas vezes, à administração e ao gerenciamento de fluxos de informação, faria aflorar novas possibilidades de superação da ordem vigente e da estruturação de um novo modo de vida. Nesse sentido, o “*intelecto geral*” apareceria como figura que agregaria conhecimentos múltiplos imersos nessas relações de trabalho. Entretanto, quando Vincent sintetiza o núcleo dessa figura coletiva capacitada de informações que poderiam libertar-se das amarras do processo de valorização, o autor acaba por reduzir a subjetividade desse possível sujeito às formas de obtenção política e ideológica determinadas, outra vez, pela dimensão imposta pela lógica da valorização do capital. Ou seja, a informação que seria absorvida ainda seria determinada pela unidade antagônica da relação capital/trabalho. A incorporação dessa informação propiciada por esse tipo de produção não garante, como não garantiu historicamente, a formação de um sujeito revolucionário.

Para além disso, a questão deveria ser discutida a partir da idéia de que tais incorporações geram antagonismos que podem dar fundamento a uma contra-ofensiva da classe trabalhadora, já que eles mesmos são incompatíveis com as promessas de equidade contidas na ideologia do progresso técnico do trabalho e da produção. Nesse sentido, uma das questões mais pertinentes ao debate dentro do marxismo seria entender os limites dessa

incorporação, na medida em que deve estar articulada a uma lógica de conjunto que tende sempre a impedir a autonomização do trabalhador frente às imposições econômicas, políticas e sociais ativadas pelo capital.

A perspectiva positiva dos processos de trabalho deve, nesse sentido, ser duramente combatida. As formas de sua veiculação teórica, como apresentamos nesse estudo, podem ser explicitadas nas teses desenvolvidas por parte da sociologia do trabalho que hoje tornou-se hegemônica no meio acadêmico. A caracterização crítica dessa perspectiva tem aqui sua necessidade configurada. Nesse sentido, tornar claras as formas de reprodução social nas teses acerca do progresso técnico caracteriza uma iniciativa sempre indispensável à análise marxista.

Considerações Finais

Dentro da perspectiva em que realizamos as discussões ao longo desta tese de doutorado, procuramos afirmar a importância das classes sociais como eixo analítico e explicativo da sociedade capitalista, o que, em síntese, não está posto para as teorias que constituem o trabalho imaterial como força produtiva central.

Entendemos que tal procedimento estratégico-teórico das teorias do imaterial está relacionado com a maneira como estas analisam o trabalhador e compreendem a formação da classe revolucionária. Por um lado, o trabalhador é relacionado diretamente ao seu posto de trabalho; suas qualificações técnicas informam as possibilidades de sua prática e consciência política. A classe revolucionária, antes da última reestruturação produtiva, foi elaborada por Gorz e Negri como uma extensão dessas atribuições técnicas. Há uma correspondência, portanto, entre as formas de apropriação concreta dos saberes empíricos e das potencialidades revolucionárias da classe trabalhadora. Por outro, a liberação do trabalhador do tempo de trabalho necessário na produção de mercadorias é caracterizada como elemento central das contradições sociais que podem implodir a estrutura desta produção. As forças produtivas, nesse sentido, são vistas em um primeiro momento — anos 1960/70 — como um elemento positivo e libertador, poderíamos dizer revolucionário, para *a nova classe operária*.

Entretanto, essa positividade com que as forças produtivas são caracterizadas ganham, nas décadas seguintes, um negatividade intransponível. As forças produtivas capitalistas, entendidas como fundamento do desenvolvimento econômico, não poderiam ser superadas. Devem ser aceitas como elemento “eterno” da vida em sociedade. O pano de

fundo que constitui essa inflexão analítica reduz-se, dessa forma, ao domínio do econômico. O primado das forças produtivas, que na década de 1960/70 informava os tipos de organização política, sindical, e também qual seria o segmento de trabalhadores capacitados para revolucionar a sociedade, sempre erigido com base nas qualificações profissionais, passa na década seguinte a ser caracterizado em torno de possíveis conteúdos imateriais. A imaterialidade do trabalho foi, então, anunciada como último momento de representação do valor como valor de troca. A impossibilidade de mensurar os *conteúdos* dos trabalhos ditos imateriais implicaria, portanto, no fim anunciado do modo de produção capitalista.

Em outros termos, acreditamos que o capital hoje aprofundou a lógica de exploração do trabalho. Às técnicas de produção taylor-fordista foram somadas a novas formas de persuasão que passam, entre outras questões, pela idéia de que o trabalhador é um *parceiro* e, como tal, deveria incorporar o “espírito” da empresa capitalista. A “subjetividade” do trabalhador é, assim, reclamada pelo capital e colocada a seu serviço.

Contudo, Gorz, Negri e Lazzarato indicam que essa forma atual de explorar o trabalho teria gerado uma subjetividade revolucionária, anticapitalista. Os *conteúdos* dos trabalhos imateriais são anunciados como políticos; eles carregariam em si a transformação da sociedade como um todo; seriam portadores do futuro, de uma sociedade comunista. Essa tese advém de uma leitura sobre o significado dos trabalhos imateriais. A relação direta, por exemplo, com a informação — um tipo de mercadoria considerada imaterial pelos autores aqui indicados — somente conseguiria adquirir valor no momento em que fosse, pelo trabalhador imaterial, reformulada, reorganizada. Dessa forma, o capital teria criado um problema sem solução. Ele passou, outra vez — como nos tempos dos mestres

de ofício — a depender do trabalhador, do saber-fazer do trabalhador. O problema se colocaria hoje nos termos de uma dependência do capital em relação aos trabalhos imateriais. O capital não poderia mais controlar os trabalhos imateriais, já que estes seriam “livres por natureza”.

Do nosso ponto de vista, o capital aprendeu a controlar as formas de trabalho cognitivo. Aprofundou sua dominação política e econômica na produção quando passou a, dentro de limites pré-estabelecidos por ele mesmo, utilizar mais adequadamente as capacidades intelectuais do trabalhador.

Acreditamos, por fim, que a perspectiva de liberação do tempo como tempo livre, ou seja, aquele que poderia ser controlado pelo coletivo de trabalhadores organizados, só pode se realizar em uma sociedade de transição socialista, na qual as antigas relações de produção capitalistas vão aos poucos sendo substituídas por relações de produção socialistas. A mudança de direção rumo ao comunismo só pode ser caracterizada depois de constituída uma dominação política, isto é, não podemos pensar a constituição de um tempo livre, sem que *toda a sociedade* esteja empenhada ativamente em exercer esse tempo. A liberação do tempo sem essa pressuposição é negativa apenas do ponto de vista da classe trabalhadora.

Portanto, o *indivíduo social* pensado por Marx nos *Grundrisse* só se revelaria coerente em uma sociedade na qual a direção política já fosse controlada por uma direção de trabalhadores associados em partido político. Esse *indivíduo social* representante de um *intelecto geral* é fruto unívoco da *constituição* da revolução dos meios de produção dominados pelo capital. A luta de classes, assim, caracteriza-se como elemento fundamental da constituição de sujeitos políticos revolucionários.

A necessidade da análise e da pesquisa sobre a formação das classes sociais hoje nos parece decisiva. As discussões sobre o conceito de classe social e a formação da classe social em classe revolucionária são urgentes. A atualização conceitual das classes sociais talvez seja o ponto decisivo para uma reformulação da teoria marxista hoje. Caracterizar esse conceito dentro de conjunturas político-econômicas distintas sem cair em um empirismo, e ainda reconhecer um caráter geral dessa conceituação sem, com isso, revelar um conjunto de conceitos essencialistas, é hoje uma tarefa primeira.

Bibliografia

- ALTHUSSER, L.. “Sobre o Processo de Conhecimento”. In: *Posições I*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- _____. *A Favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. “Sur la Pensée Marxiste”. In: *Futur Antérieur, Sur Althusser - Passages*, 1993, pp. 11-30.
- ALVES, Giovanni. “O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo”. São Paulo. IN: *Outubro*, 2002, nº 05, pp. 29-45.
- AMORIM, Elaine Regina Aguiar. No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção. Dissertação de mestrado defendida no IFCH/UNICAMP, Campinas /SP, 2003, p. 222.
- AMORIM, Henrique. Teoria Social e Reduccionismo Analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho. Dissertação de Mestrado defendida no IFCH/UNICAMP, Campinas/SP, 2001.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Campinas: Editora da UNICAMP/Cortez, 1995.
- _____. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARIAS, Santiane. *A revista Estudos Sociais e a experiência de um “marxismo criador”*. Dissertação de Mestrado defendida no IFCH/UNICAMP, Campinas/SP, 2003.

- ARTOUS, Antoine. *Travail et Émancipation Sociale: Marx et le travail*. Paris: Éditions Syllepse, 2003.
- BALIBAR, Étienne. *A Filosofia de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- _____. BALIBAR, E. “La fin de la politique”. In: *Cinq Études du Matérialisme Historique*. Paris: Maspero, 1974.
- _____. “De la periodización a los modos de producción”. In: ALTUSSER, L. & BALIBAR, E. *Para ler O Capital*. México: Siglo Veintiuno, 1977.
- _____. “Sobre os Conceitos Fundamentais do Materialismo Histórico”. In: ALTHUSSER, L. *et alli. Ler o Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BARAN, Paul. A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista: Ensaio sobre a ordem Econômica e Social Americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BARBROOK, Richard. “Le Cyber-communisme: ou le dépassement du capitalisme dans le cyberspace”. In: *Multitudes*, 2000, n° 02, pp. 186-199.
- BARTHES, R. *O Grau Zero da Escrita*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.
- BAUDELOT, Christian. & GOLLAC, Michel. *Travailler pour être Heureux ?: Le bonheur et le travail en France*. Paris: Fayard, 2003.
- BAUDOUIN, Thierry. “Le Travail, au-delà de l’usine” In: *Futur Antérieur*, 1992/2, n.º 10, pp. 94-99.
- BEAUD, Stéphane. & PIALOUX, Michel. *Retour sur la Condition Ouvrière: enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*. Paris: Fayard, 1993.
- BELL, D.. *O Fim da Ideologia*. Brasília: UNB, 1980.
- _____. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1973.

- BELLUZZO, Luiz. G de Mello. *Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política*. Campinas: Unicamp, 1988.
- BENOIT, Hector. “Sobre a Crítica (Dialética) de O Capital”. In: *Crítica Marxista: Brasiliense*, nº 3, pp. 15-44, 1996.
- BETTELHEIM, Charles. *A Luta de Classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BIHR, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. “Le prolétariat dans tous ses éclats”. In: *Le Monde Diplomatique*. 26 de março de 1991.
- BIRNBAUM, P.. *La Fin du Politique*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- BOITO, Armando. “A (difícil) formação da classe operária”. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. Vários Organizadores. São Paulo: Xamã, 2003.
- _____. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOLOGNA, Sergio. “Durée du travail et post-fordisme”. In: *Futur Antérieur*, 1996/2, nº 35-36, pp. 125-139.
- BOLTANSKI, Luc. & CHIAPELLO, Ève. *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard, 2000.
- BORON, A.. *Império e Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- BOTTOMORE, T. *Diccionario del Pensamiento Marxista*. Madrid: Tecnos, 1984.
- BOUFFARTIGUE, Paul. & BOCCHINO, Mélanie. “Travailler sans compter son temps?: les cadres et le temps de travail”. In: *Travail et Emploi, service des études et de la statistique, ministère des affaires sociales et de la solidarité nationale*, 1998/1, nº 74, pp. 37-50.
- BRAGA, J. C. Souza. *Temporalidade da Riqueza*. Campinas: Unicamp, 2000.

- BRAGA, R. A Restauração do Capital: uma Análise da Crise Contemporânea. São Paulo: Xamã, 1997.
- BRAVERMAN, Harry.. Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BURNIER, Michel. “Du travail industriel au travail relationnel: contribution à l’histoire de la socialisation du travail”. In: *Futur Antérieur*, 1994/2, n° 22, pp. 109-125.
- CASTEL, Robert. Les Métamorphoses de la Question Sociale. Paris: Fayard, 1995.
- CERICA, Claudio. & VERCELLONE, Carlo.. “Au-delà de Gorz. Travail et revenu garanti” In: *Futur Antérieur*, 1993, n° 18, pp. 93-119.
- CETTE, Gilbert. & TADDEI, Dominique. *Réduire la Durée du Travail: les 35 heures*. Paris: Librairie Générale Française. Col. Sciences Sociales, 1998.
- CHESNAIS, F.. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHILCOTE. ED. D. & CHILCOTE. R. H. “A Crise do Marxismo: Uma apreciação de Novos Rumos”. In: *Revista de Ciências Sociais*, n° 22, 1991, p. 06.
- CLARKE, Simon. “Crise do fordismo ou crise social democrata?”. In: *Lua Nova*, 1991, n° 24, pp. 117-150.
- COCCO, Giuseppe. & LAZZARATO, Maurizio. “Au-delà du Welfare State”. In: *Futur Antérieur*, n° 15, 1993/1, pp.69.
- COLIN, Thierry. & GRASSER, Benoît. “La gestion des compétences: un infléchissement limité de la relation salariale”. In: *Travail et Emploi, service des études et de la statistique, ministère des affaires sociales et de la solidarité nationale*, n° 93, 2003, pp. 61-73.
- COLLIOT-THÉLÈNE, C.. *Max Weber e a História*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- CORIAT, B.. *Penser à l'Envers: Travail et Organisation dans l'Entreprise japonaise*. França: Christian Bourgois, 1991.
- CORSANI, Antonella. "Vers un renouveau de l'économie politique: anciens concepts et innovation théorique". In: *Multitudes*, n° 02, 2000, pp. 15-24.
- _____. et alli.. *Vers un Capitalisme Cognitif: entre mutations du travail et territoires*. Paris: L'Harmattan, Col. Logiques Sociales, 2001.
- _____. et alli. *Le Bassin de Travail Immatériel (BTI) dans la Métropole Parisienne*. Paris: L'Harmattan, col. Logiques Sociales, 1996.
- COUTROT, T.. "Organização do trabalho e financeirização das empresas: a experiência europeia". In: *Outubro*, n° 12, 2005, pp. 33-43, - Tradução de Henrique Amorim.
- DANGEVILLE, Roger. *Un Chapitre Inédit du Capital*. Paris: 10/18, 1971.
- DIAS, Edmundo F. "A Liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização". *Textos Didáticos*, n° 29, agosto de 1997, Campinas: IFCH/UNICAMP.
- DUSSEL, E., *La Producción Teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. México: Siglo Veintiuno, 1998.
- DURKHEIM, Émile. *De la Division del Trabajo Social*. Argentina: Schapire, 1973.
- ENGELS, F.. *Anti-Dühring: filosofia, economia, política, socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FAUSTO, Ruy. "A pós-grande Indústria nos *Grundrisse* (e para além deles)". In: *Lua Nova*, 1989, n° 19, pp. 47-67.
- FREYSSINET, Michel.. "L'Invention du Travail" In: *Futur Antérieur*, 1993, n° 16, pp. 17-26.
- FRESSINET, Jacques. *Le Temps de Travail en Miettes: vingt ans de politique de l'emploi et de négociation collective*. Paris: L'Atelier, 1997.

FRIEDMANN, G.. *O Trabalho em Migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. & NAVILLE, Pierre. *Traité de Sociologie du Travail*. Paris: Librairie Armand Colin, vols. I e II, 1964.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. S/L: Artenova, 1977

GALTIER, Bénédicte. “Le temps partiel est-il une passerelle vers le temps plein ? “. In: *Économie et Statistique*, n° 321/322, pp. 79-86.

GODELIER, Maurice. *L’Idéal et le Matériel*. Paris, Fayard, 1984.

GORZ, André. *Estratégia Operária e Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Socialismo Difícil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Adeus ao Proletariado - Para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. *Métamorphoses du Travail. Quête du Sens: critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988.

_____. *Les Chemins du Paradis: L’Agonie du Capital*. Paris: Galilée, 1983, p. 69.

_____. “La personne devient une entreprise: note sur le travail de production de soi”. In: *Revue du Mauss* (Travailler est-il (bien) naturel: le travail après la fin du travail), n° 18, 2001, pp. 61-66.

_____. “Valeur et Richesse: le divorce”. In: *Transversales*, n° 3, 2002, pp. 45-47.

_____. “Par un revenu inconditionnel”. In: *Transversales*, n° 3, 2002, pp. 82-85.

_____. “Économie de la connaissance, exploitation des savoirs”. In: *Multitudes*, n° 15, 2004, pp. 205-215.

_____. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Giulio Einaudi, 1975, vol. I..

_____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

- GRESPLAN, Jorge. “A dialética do Averso”. In: *Crítica Marxista*: Brasiliense, nº 14, 2002, pp. 26-47.
- GURVITCH, Georges. El concepto de clases sociales: de Marx a nuestros días. Buenos Aires: Nueva Visión, 1961.
- HABERMAS, Jünger. *Teoria de la Accion Comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- _____. “A revolução e a necessidade de revisão na esquerda – o que significa socialismo?”. In: BLACKBURN, Robin.(org.). *Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1993, pp. 45-72.
- HIRANO, S.. *Classes, Estamentos e Classes Sociais em Marx e Weber*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.
- HIRATA, Helena. “Paradigmes du Travail, un point de vue transversal”. In: *Futur Antérieur*, nº 16, 1993, pp. 5-10.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- HUSSON, Michel. *Nouvelle Économie: Capitalisme Toujours!* In: *Critique Communiste*, nº 159/160, eté/automne, 2000, p. 02.
- IANNI, Octávio. *Teorias de Estratificação Social (leituras de sociologia)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- INVERNIZZI, Noela. “Qualificação e Novas Formas de Controle da Força de Trabalho no Processo de Reestruturação da Indústria Brasileira: tendências dos últimos vinte anos”. In: *Trabalho e Crítica*, (GT Trabalho e Educação da ANPED), nº 2, 2000, pp. 45-61.
- JAMESON, Frederic. “La lettre Volée de Marx”. In: VAKALOULIS, Michel & VINCENT Jean-Marie *Marx Après les Marxistes: Tomme 2: Marx au Futur*. Paris: L’Harmattan, 1997.
- _____. “Postmodernisme et marché”. In: *Futur Antérieur*, nº 12-13, 1992/4-5, pp. 220.

- KAFKA, F., *Narrativas do Espólio (1914-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KATZ, Claudio & COGGIOLA, Osvaldo. “Sete teses sobre as novas tecnologias da informação”
In: *Neoliberalismo ou crise do Capital?* São Paulo: Xamã, 1996, pp.71-118.
- KEYNES, J. M.. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia mundial)*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LABICA, Georges. “Le Retour de Karl Marx”. In: *Le Nouvel Observateur*, nº hors-série, 2003, pp. 10-13.
- LA GRASSA, G. *Valore e Formazione Sociale*. Roma: Riuniti, 1975.
- LALLEMENT, Michel. “Daedalus Laborans”. In: *Revue du Mauss* (Travailler est-il (bien) naturel: le travail après la fin du travail), nº 18, 2002, pp.28-60.
- LAZZARATO, Maurizio. “Les caprices du flux – les mutations technologiques du point de vue de ceux qui les vivent”. In: *Futur Antérieur*, nº 04, 1990, pp. 156-165.
- _____. “Le Concept de Travail Immatériel: la grande entreprise”. In: *Futur Antérieur*, nº 10, 1992/2, pp. 54-61.
- _____. “Le cycle de la Production Immatérielle”. In: *Futur Antérieur*, nº 16, 1993, pp. 111-120.
- _____. “Le ‘travail’: un nouveau débat pour de veilles alternatives”. In: *Futur Antérieur*, 1996/2, nº 35-36, pp. 100.
- _____. *Puissances de L’Invention: La psychologie économique de Gabriel Tarde contre l’économie politique*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond/Le Seuil, 2003.

- _____. “Garantir le revenu: une politique pour les multitudes”. In: *Multitudes*, n° 08, 2002, pp.15-22.
- _____ & NEGRI. “Travail immatériel et subjectivité”. In: *Futur Antérieur*, n° 06, 1991, pp.87-99.
- LEBAUBE, Alain. “Premier travail”. In: *Le Monde*, 22 janvier de 1992.
- LÊNIN, V. I. *Que Fazer?*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- LESSA, Sergio. “Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva”. In: *Crítica Marxista*, n° 15, 2002, pp. 107-139.
- _____ *Para Além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã (Coleção Labirintos do Trabalho), 2005.
- LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 1992.
- LÖWY, Michel. “Pour un marxisme critique”. In: VAKALOULIS, Michel & VINCENT Jean-Marie *Marx Après les Marxistes: Tomme 1: Marx à la question*. Paris: L’Harmattan, 1997.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- MAGALINE, A. D.. *Luta de Classes e Desvalorização do Capital*. Lisboa: Moraes, 1977.
- MALLET, Serge. *La Nouvelle Classe Ouvrière*. Paris: Éditions du Seuil, 1969.
- _____. *Le Pouvoir Ouvrier: Bureaucratie ou Democratie Ouvrière*. Paris: Anthropos, 1971.
- MANDEL, E. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *Réponse à Althusser et Jean Elleinstein*. Paris: Éditions La Brèche, 1979.
- MARAZI, Christian. *La Place des Chaussettes: le tournant linguistique de l’économie et ses conséquences politiques*. Paris: Éditions de L’Éclat., 1997.
- MARCELINO, Paula Regina Pereira. *A Logística da Precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 238 p. 2004.
- MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl. *Teorias da Mais-valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol. I..
- _____. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. “[Introdução] à Crítica da Economia Política”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *Oeuvres – Économie II*. Paris: Gallimard/Bibliothèque de la Pléiade, 1968.
- _____. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- _____. *La Guerra Civil em Francia*. México: Progreso, 1977.
- _____. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1972.
- _____. “[Prefácio] Contribuição Para a Crítica da Economia Política”. Lisboa: Estampa, 1973.
- _____. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Manuscrits de 1861-1863 (Cahiers I A V): contribution a la critique de l'économie politique*. Paris: Editions Sociales, 1979.
- _____. *Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata*. São Paulo: Moraes, s.d..
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *A crise do governo Collor e a tática do PT*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2005.
- MAZZUCHELLI, Frederico. *A Contradição em Processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. “O Pioneirismo de Smith”. Mimeo.

- MÉDA, Dominique. “Le travail incertain. B) Fin de la “Fin du Travail” et solidarités nouvelles ? : quelques notes pour finir (vraiment) avec la ‘La fin du travail’”. In: *Revue du Mauss* (Travailler est-il (bien) naturel: le travail après la fin du travail), n° 18, 2001, pp. 71-78.
- _____. *Qu’est-ce que la Richesse ?*. Paris: Champs/Flammarion, 1999.
- _____. “La littérature américaine sur le travail, un aperçu à travers trois livres récents”. In: *Travail et Emploi, service des études et de la statistique, ministère des affaires sociales et de la solidarité nationale*, n° 69, 1996, pp. 83-89.
- _____. *Le travail: un valeur en vie de disparition*. Paris: Aubier, 1995.
- MÉSZÁROS, I. “Entrevista com István Mészáros”. In: *Crítica Marxista*, n° 2, vol. 1, 1995, pp. 129-137.
- _____. “Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe Contingente”. In: *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MIGLIOLI, J. “Marx e o Colapso da União Soviética”. In: *Crítica Marxista*, n° 01, vol. 1, 1994, p. 61-63.
- MILLS, W.. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MOMMSEN, W. “Capitalismo e Socialismo. O Confronto com Karl Marx”. In: GERTZ, R. (Org.) *Max Weber & Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MOULIER-BOUTANG, Yann. “Richesse, propriété, liberté et revenu dans le ‘capitalisme cognitif’”. In: *Multitudes*, 2000, n° 02, pp. 17-36.
- NAVES, M. “Marxismo e Capitalismo de Estado”. In: *Crítica Marxista*, n° 01, vol. 1, 1994, pp. 71-74.
- NAPOLEONI, Cláudio. “Lição 1: Introdução. A Crítica da Economia Política. In: *Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

- NEGRI, Toni. & VINCENT, Jean-Marie. "Paradoxes autour du travail". In: *Futur Antérieur*, 1992/2, n° 10, pp. 5-8.
- NEGRI, Toni. "De l'Avenir de la Démocratie" (Débat avec Olivier Mongin). In: *Alternatives Internationales*, Paris, 2004, n° 18, pp. 44-47.
- _____. Proletari e Stato. Per una discussione su autonomia operaia e compromesso storico. Milão: Feltrinelli, 1976, p. 09.
- _____. *Marx – au-delà de Marx*. Paris: Christian Bourgois, 1979, pp.83-111.
- _____. "Penser à l'envers". In: *Futur Antérieur*, Été, n° 06, 1991, pp. 141-145.
- _____. "Valeur-Travail: crise e problèmes de reconstruction dans le post-moderne". In: *Futur Antérieur*, n.° 10, 1992/2, pp. 20-36.
- _____. "La première crise du post-fordisme". In: *Futur Antérieur*, n° 16, 1992/93, pp. 11-15.
- _____. "République constituante". In: *Futur Antérieur*, n° 15, 1993/1, pp. 71-80.
- _____. "Marx et le travail: le chemin de la désutopie". In: *Futur Antérieur*, n° 35-36, 1996/2, pp. 189-207.
- _____. "Capitalisme cognitif et fin de l'économie politique". In: *Multitudes*, n°. 13, 2003, pp. 197-205.
- NICOLAS-LE-STRAT, Pascal. "Travail e constitution du sens à propos d'André Gorz". In: *Futur Antérieur*, n° 35-36, 1996/2, pp. 101-109.
- OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, vol. I.
- PANZIERI, Raniero. *Spontaneità e Organizzazione: gli anni dei "Quaderni Rossi", 1959 – 1964*. Piza: BFS, 1994.
- PAULRÉ, Bernard. "De la *New economy* au capitalisme cognitif". In: *Multitudes*, n°. 02, 2000, pp. 25-42.

- PEREIRA, Duarte. “Das Classes à Luta de Classes”. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. Vários Autores, São Paulo: Xamã, 2003.
- PETRAS, James. *Ensaio Contra a Ordem*. São Paulo: Scrita, 1995.
- PIORE, Michael J. & SABEL, Charles F. *La Segunda Ruptura Industrial*. Madrid: Alianza, 1990.
- PIZZI, Gian Carlo. “L’ouvrier toyotiste et le général intellect”. In: *Futur Antérieur*, nº 14, 1992/6, pp. 93-96.
- POSTONE, M.. *Time, Labor, and Social Domination: A reinterpretation of Marx’s critical theory*. Nova York: Cambridge University Press, 1993.
- POULANTZAS, Nicos. *As Classes sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRADO, Eleutério. “Uma crítica à economia política do imaterial”. In: *Outubro*, nº 11, 2004, pp. 45-70.
- _____. “Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo – uma crítica à A. Negri e M. Hardt”. In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Revan, nº 17, 2003, pp. 109-130.
- RICARDO, David. “Princípios de Economia Política e Tributação”. In: *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RICHTA, R.. *Economia Socialista e Revolução Tecnológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- RIFKIN, J.. *O Fim dos Empregos: O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- ROLLE, Pierre. “Essai sur Pierre Naville, du surréalisme à la sociologie”. In: *Futur Antérieur*, nº 19/20, 1994, pp. 29-32.
- ROMERO, Daniel.. *Tecnologia, Subsunção e Fetiche no Mundo do Capital: elementos da crítica de Marx ao tecnicismo do processo de trabalho nos Manuscritos de 1861-1863*. Dissertação de Mestrado defendida no IFCH/UNICAMP, Campinas/SP, 1999.

- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- ROSSANDA, Rossana. De Marx a Marx: Sartre II Manifesto: Masas, espontaneidade, partido. Barcelona: Anagrama, 1975.
- RUBIN, I. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- RULLANI, Enzo. “Le capitalismo cognitif: déjà vu ?”. In: *Multitudes*, n°. 02, 2000, pp. 87-94.
- RUSS, J.. *O Socialismo Utópico*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SADER, E.. “Idéias e Imagens”. In: *Quando os Novos Personagens entram em cena*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo. As políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SAES, Décio. “Considerações sobre a análise dos sistemas de classe”. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. Vários Autores. São Paulo: Xamã, 2003.
- SCHUMPETER, J. A. *Fundamentos do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *Imperialismo e Classes Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SILVA, Jair Batista. A Perversão da Experiência no Trabalho — os bancários em face ao programa de reajustes do Banco do Brasil. Dissertação de Mestrado defendida no IFCH/UNICAMP, Campinas/SP, 2003.
- SILVA, Josué Pereira da. *André Gorz: Trabalho e Política*. São Paulo: Annablume, 2002.
- _____. “A crise da sociedade do trabalho em debate”. In: *Lua Nova*, n° 35, 1995, pp. 187-191.
- SMITH, Adam. “A Riqueza das Nações”. In: *Os Pensadores*, São Paulo: Abril, 1974.
- SOUZA, José dos Santos. “A ‘Nova’ Cultura do Trabalho e seus Mecanismos de Obtenção do Consentimento Operário: Os fundamentos da nova pedagogia do capital”. In: BATISTA,

- Roberto Leme & ARAÚJO, Renan. *Desafios do Trabalho: Capital e luta de classes no Século XXI*. Londrina: Práxis, 2003, pp. 173-200.
- SWEESY, P.. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- TAVARES, M. C.. *Ciclo e Crise: o movimento recente da Industrialização Brasileira*. Campinas: Unicamp, 1998.
- TOSEL, André. *Études sur Marx, (et Engels): vers un communisme de la finitude*. Paris: Éditions Kimé, 1996.
- _____. “Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus”. In: BIDEET, Jaques & TEXIER, Jaques. *La Crise du Travail*. Paris: PUF, 1994, pp. 209-218.
- _____. “Quelle pensée de l’action aujourd’hui? In: *Actuel Marx, Les Théories de L’Action aujourd’hui*, n.º 13, 1993, pp.16-39.
- TUDE DE SOUZA, Ângela M. “Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci”. *Textos Didáticos*, 1992, nº 05. Campinas: Editora do IFCH/UNICAMP.
- _____. “A Crise contemporânea e a nova ordem mundial: as forças produtivas e as classes sociais na atual ordem hegemônica”. In: *Universidade e Sociedade*, nº06, 1994, pp. 33-39.
- TURCHETTO, M.. “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano”. In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Revan, nº 18, 2004, pp. 84-99.
- URANI, A. et alli. *Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- VELHO, O. G. et alli.. *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- VELTZ, Pierre. “La nouvelle révolution industrielle”. In: *Revue du Mauss (Travailler est-il (bien) naturel: le travail après la fin du travail)*, nº 18, 2001, pp. 67-70.

_____. “Vers un Nouveau Modèle d’Organisation ? : Déstabilisation et résistance du taylorisme”.

In: *Futur Antérieur*, n.º 10, 1992/2, pp. 62-80.

VINCENT, Jean-Marie. *Critique du Travail: le faire et l’agir*. Paris: PUF, Pratiques Théoriques, 1987.

_____. “Poïèsis, praxis et communication: sur la théorie sociale de J. Habermas”. In: *Futur Antérieur*, n.º 11, 1992/3, pp. 19-28.

_____. “Les Automatismes Sociaux et le ‘général intellect’”. In: *Futur Antérieur*, n.º 16, 1993, pp. 121-130.

_____. “La déstabilisation du travail”. *Futur Antérieur*, n.º 35-36, 1996/2, pp. 13-31.

_____. “Contre la valeur-travail”. In: *Futur Antérieur*, n.º 43, 1997-98/3, pp. 05-27.

_____. *Un Autre Marx: Après les marxismes*. Paris: Cahiers Libres/ Editions Page Deux, 2001.

VIRNO, Paolo. “Quelques notes à propos du général intellect”. In: *Futur Antérieur*, n.º 10, 1992/2, pp. 54-53.

VIVERET, Patrick. *Reconsidérer la Richesse*. Paris: Editions de l’Aube, 2003.

_____. “Reconsidérer la richesse”. In: *Transversales* (numéro spécial en collaboration avec citoyens et un collectif d’associations), n.º 70, 2001, pp. 59-62.

WACQUANT, Loïc. *Les Prisons de la Misère*. Paris: Éditions Raisons D’Agir, 1999.

ZARIFIAN, Philippe. “Travail Industriel, Socialisations et Liberté”. In: *Futur Antérieur*, n.º 16, 1993, pp. 75-87.